



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

O ano de 2025 reafirmou o papel estratégico da ENBPar na execução das políticas públicas que sustentam o desenvolvimento energético nacional e a soberania do País. A Companhia avançou de maneira consistente na estruturação de seus processos, no fortalecimento da governança e no aperfeiçoamento dos mecanismos de integridade, consolidando-se como uma instituição mais madura, transparente e alinhada às prioridades do Governo Federal.

O fortalecimento da indústria nuclear brasileira, componente central da política energética e pilar da autonomia tecnológica do País, esteve e está entre nossas principais prioridades. Em 2025, conduzimos ações decisivas para ampliar a capacidade nacional de produção de urânio e para apoiar a modernização da INB. A publicação da RFI do PROURANIO, construída em articulação com o BNDES, representa um passo histórico na construção de alternativas de investimento, competitividade e desenvolvimento industrial em um setor altamente estratégico.

Esse movimento integra uma agenda mais ampla de modernização do Estado. No âmbito do Inova Estatais, ampliamos iniciativas voltadas à eficiência e à inovação nas empresas públicas e asseguramos a contratação da Fundação Getúlio Vargas para apoiar o processo de estruturação organizacional da ENBPar, assegurando aderência às melhores práticas e à visão de futuro da Companhia.

No cumprimento de suas responsabilidades legais, a ENBPar entregou resultados expressivos. O Programa Luz para Todos ultrapassou metas e levou energia a milhares de famílias, contribuindo diretamente para a redução das desigualdades regionais. O Procel avançou com iniciativas de eficiência energética que fortalecem a transição para uma economia de baixo carbono, em consonância com o compromisso do Brasil com a sustentabilidade e com o combate às mudanças climáticas.

Internamente, seguimos fortalecendo políticas que traduzem valores essenciais para a administração pública contemporânea. Em 2025, estruturamos a agenda de diversidade, equidade e inclusão, com a criação do Comitê Gestor de DE&I, consolidando um espaço permanente para promover respeito, representatividade e igualdade de oportunidades. A participação ativa da ENBPar no Pacto pela Diversidade das Estatais Federais e o reconhecimento recebido no primeiro biênio do programa evidenciam nosso compromisso com uma cultura organizacional mais justa e alinhada às diretrizes de governo.

Também ampliamos ações de transparência e participação social, o que resultou na conquista do Selo Prata no Programa Nacional de Transparência Pública, reafirmando a responsabilidade da Companhia perante a sociedade.

Olhando para o futuro, a ENBPar seguirá fortalecendo seu posicionamento como holding estratégica do setor energético brasileiro, cumprindo a agenda que contempla avanços estruturantes na expansão e modernização da cadeia do combustível nuclear, incluindo a continuidade do PROURANIO, a parceria, também com o BNDES, para a construção da primeira Usina de Conversão de Urânio do país, o desenvolvimento da Mina de Santa Quitéria, a ampliação da capacidade de enriquecimento e novos investimentos em pesquisa, inovação e prospecção mineral, reforçando o papel do Brasil no mercado global de energia nuclear.

No mesmo sentido, a Companhia continuará seu compromisso com a transição energética, a sustentabilidade e a universalização do acesso à energia, ampliando a eficiência dos Programas de Governo, aprimorando a atuação corporativa em ASG e contribuindo para uma matriz energética limpa, diversificada e resiliente.

Reitero, por fim, o compromisso da ENBPar com a sociedade brasileira e com seu acionista único, a União.

Atuemos com responsabilidade, transparência e dedicação ao interesse público, fortalecendo a segurança energética e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

APRESENTAÇÃO

O Relatório da Administração é uma ferramenta essencial de transparência, que contempla os principais fatos, atividades e resultados da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar) no exercício 2025.

O documento inclui as Demonstrações Financeiras e resume os projetos em andamento, alinhados ao Planejamento Estratégico e ao Plano Diretor de Negócios e Gestão vigentes da Companhia. Assim, as informações aqui reunidas não apenas cumprem o papel de prestação de contas, mas também servem como um guia das ações em curso, beneficiando tanto a sociedade quanto o acionista único da Empresa, a União.

O PAPEL DA ENBPar

A Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), foi criada por meio do Decreto nº 10.791, de 10 de setembro de 2021, no âmbito do processo de desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobras), para manter sob seu controle, empresas, instalações e participações detidas ou gerenciadas pela Eletrobras, especificamente a Eletronuclear S.A. (Eletronuclear) e Itaipu Binacional (art. 3º, Inciso I).

A Constituição da Companhia ocorreu em 4 de janeiro de 2022, e seu efetivo funcionamento teve início em 17 de junho de 2022, contado a partir da conclusão do processo de desestatização da Eletrobras. Desde então, a Companhia é responsável por:

- Manter sob o controle da União a operação das Usinas Nucleares da Eletronuclear S.A. (Eletronuclear);
- Manter a titularidade do capital social e a aquisição dos serviços de eletricidade da Itaipu Binacional;
- Gerir os contratos de financiamento que utilizem recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), celebrados até 17 de novembro de 2016;
- Administrar os bens da União sob a administração (BUSA), conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.383, de 26 de dezembro de 1974;
- Administrar a conta corrente denominada Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), de que trata a Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000;
- Gerir os contratos de comercialização da energia gerada pelos empreendimentos contratados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

A ENBPar assumiu o controle acionário da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB) em outubro de 2022, por meio do aumento do capital social da ENBPar com as ações detidas pela União, conforme autorizado pelo Decreto nº 11.235, de 13 de outubro de 2022.

Ainda, a ENBPar tem a responsabilidade pela gestão do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – Luz Para Todos (LPT).

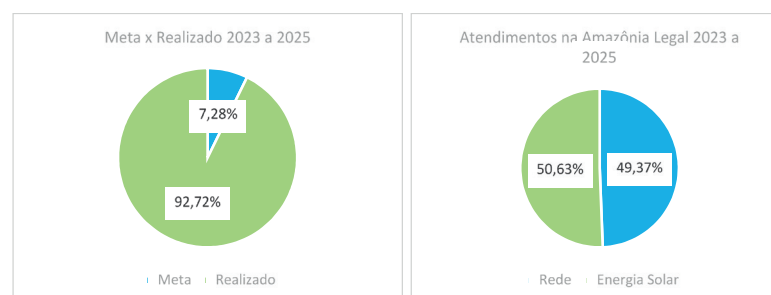
PROGRAMAS DE GOVERNO

Luz para Todos

Instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, o Programa Luz para Todos é um marco na inclusão energética, ampliando o acesso à eletricidade em áreas rurais e remotas e transformando a vida de milhões de pessoas historicamente desassistidas.

Com o objetivo de concluir a universalização o Governo Federal lançou o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) e lançou o Programa em 2023, por meio do Decreto nº 11.628, de 4 de agosto de 2023, com a meta de atender 435 mil ligações até 2028, sendo 220 mil ligações somente na Amazônia Legal. O investimento previsto é de R\$ 16 bilhões.

No período entre 2023 e 2025 foram realizadas 197.240 ligações da meta de 212.723 ligações, ou seja, 92,72% de realização. O destaque maior é para a região da Amazônia Legal com 160 mil ligações realizadas, dentre as quais, 81.046 ligações foram feitas por meio de sistemas de energia solar fotovoltaica.



No âmbito do Plano Diretor de Negócios e Gestão da ENBPar as metas do Luz para Todos no ano de 2025 foram estabelecidas em 66.670 ligações e R\$ 2.805.809.800,00 de investimentos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Os resultados obtidos foram de 72.544 ligações e investimentos da CDE em R\$ 2.096.882.909,04.

Em 2025 foram assinados 23 novos contratos, com investimentos de R\$ 4,63 bilhões, com 142.236 ligações que atenderão cerca de 570 mil pessoas.

Destaque para os Estados do Pará com 43.060 ligações, com investimentos de R\$ 1,24 bilhão; Bahia com 29.562 ligações e investimentos de R\$ 933,7 milhões; e Maranhão com 19.047 ligações e R\$ 575,5 milhões de investimentos.

Este feito permitiu à ENBPar receber à título de Taxa de Ressarcimento dos Custos Administrativos o valor de R\$ 46.578.665,20.

Meta Física por Unidade Federativa - PDNG 2025

UF	Metas Ligações (UC's)		Ligações (UC's) registradas	
	Total Geral		Realizado	%
AC	4.460		8.206	184,0%
AM	-		72	-
AP	3.920		3.262	83,2%
BA	8.240		6.976	84,7%
CE	1.756		-	0,0%
GO	315		-	0,0%
MA	5.134		2.085	40,6%
MT	1.896		1.179	62,2%
PA	26.885		39.528	147,0%
PB	120		116	96,7%
PI	6.700		4.041	60,3%
RJ	303		-	0,0%
RO	3.392		4.741	139,8%
RR	3.017		1.438	47,7%
TO	532		900	169,2%
Total Geral	66.670		72.544	108,8%

Meta Financeira - Recursos CDE - PDNG 2025

UF	Meta Recurso CDE (R\$)		Recursos Liberados CDE (R\$)	
	Recurso CDE (R\$)		Liberado	%
AC	R\$ 184.060.800,00		R\$ 184.704.055,00	100,3%
AM	-		-	-
AP	R\$ 256.843.000,00		R\$ 92.671.128,00	36,1%
BA	R\$ 412.000.000,00		R\$ 280.125.057,00	68,0%
CE	R\$ 87.800.000,00		-	-
GO	R\$ 94.500.000,00		-	-
MA	R\$ 256.700.000,00		R\$ 212.361.426,00	82,7%
MT	R\$ 107.800.000,00		R\$ 13.565.268,00	12,6%
PA	R\$ 1.021.315.500,00		R\$ 988.447.782,00	96,8%
PB	R\$ 6.000.000,00		R\$ 425.862,00	7,1%
PI	R\$ 139.037.500,00		R\$ 10.983.712,00	7,9%
RJ	R\$ 10.550.000,00		R\$ 715.658,40	6,8%
RO	R\$ 105.115.500,00		R\$ 150.362.752,44	143,0%
RR	R\$ 103.837.500,00		R\$ 145.656.884,40	140,3%
TO	R\$ 20.250.000,00		R\$ 16.863.323,80	83,3%
Total Geral	R\$ 2.805.809.800,00		R\$ 2.096.882.909,04	74,7%

Outra ação importante foi o processo de encerramento de 18 contratos, do total de 20, herdados da Eletrobras, destes, concluídos 4 contratos com a devolução de cerca de R\$ 35 milhões, com outros 4 em fase final de encerramento.

Ainda, foram realizadas 10 inspeções físicas em 3.335 unidades consumidoras que representam 39.821 ligações, abrangendo 101 municípios localizados nos estados: Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia e Roraima.



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



MA - Tutóia - Comunidade Jurucutuoca



AP - Laranjal do Jari - Comunidade Diversas Rios



MT - Barão de Melgaco - Comunidade Aldeia Coqueiro



AM - BERURI - Nossa Senhora de Nazaré - Lago do Arumã



RO - Candeias do Jamari - Gleba Jacundá



RO - Candeias do Jamari - Gleba Jacundá



RR - Rorainópolis - Vila Xixuau



RO - Guajará Mirim - Aldeia Castanheira

As diretrizes do Programa Luz para Todos estão em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU): utilização de fontes de energia limpa e renovável para geração de eletricidade, combate à pobreza energética, valorização e respeito à cultura dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, inclusão social e produtiva de comunidades vulneráveis, e preservação do bioma Amazônia.



Procel

Criado pela Portaria Interministerial nº 1.877/1985, o Procel tem como missão promover o uso eficiente da energia elétrica e combater desperdícios. Somente nos últimos cinco anos, as ações do Procel proporcionaram 114,55 bilhões de kWh em economia de energia. Essa economia tem um impacto direto e crucial na transição energética em quatro eixos centrais:

- Fomento ao uso racional de recursos naturais: por meio de medidas de eficiência energética uma quantidade menor de recursos naturais é necessária para a geração de energia.
- Postergação de investimentos: ao reduzir a demanda total de energia e aumentar a economia no uso de energia, a pressão sobre o sistema existente é reduzida, o programa contribui para um planejamento de expansão de infraestrutura mais gradual e menos oneroso, postergando investimentos imediatos em novas infraestruturas de geração, transmissão e distribuição de energia.
- Redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE): a aplicação de medidas de eficiência energética possibilita a redução na emissão de GEEs ao diminuir o consumo de energia, especialmente a proveniente de fontes fósseis como carvão, petróleo e gás natural.
- Aumento de competitividade e inovação do país: a eficiência energética impacta positivamente a competitividade do país por meio de múltiplos fatores, principalmente pela redução de custos operacionais, aumento da produtividade e fomento à inovação.

A ENBPar, na função de Secretaria Executiva do Procel, atua na execução das ações previstas no Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAR) e administração da conta corrente do Procel, incluindo suporte na seleção e análise dos projetos propostos de cada PAR Procel, atua nas atividades relacionadas ao Selo Procel, é responsável pela gestão do portal eletrônico do Procel, bem como pela estruturação e execução de chamadas públicas do PAR. Também conduz a estruturação e a gestão de projetos, realiza a prestação de contas dos recursos aplicados e efetua o monitoramento e o reporte das atividades do Programa.

Desde a transição do programa para a ENBPar, a Empresa fortaleceu a governança e aprimoramento contínuo da gestão do Procel. Em 2025, destaca-se o aprimoramento de processos de planejamento orçamentário e financeiro do Programa, a qual viabilizou melhor fluidez no acompanhamento e atualização do PAR, seu monitoramento sistemático em termos de execução das despesas e a promoção do alinhamento entre planejamento, execução e controle.

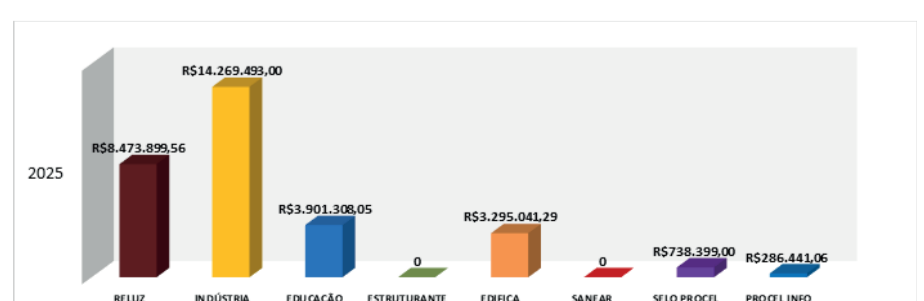
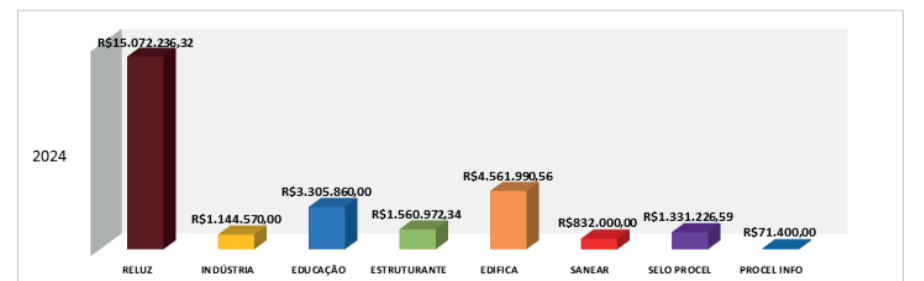
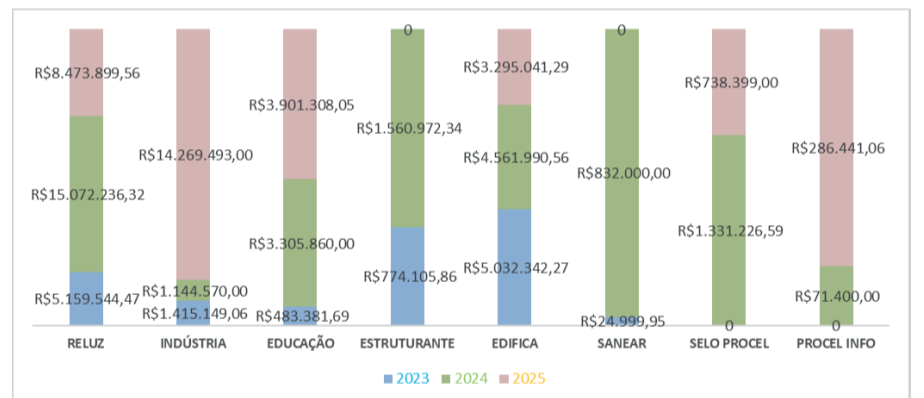
No que se refere a projetos, o programa encerrou 2025 com 273 projetos, dos quais 124 em execução e 93 a estruturar.



Fonte: SharePoint PROCEL
Atualizada em 06/01/2026

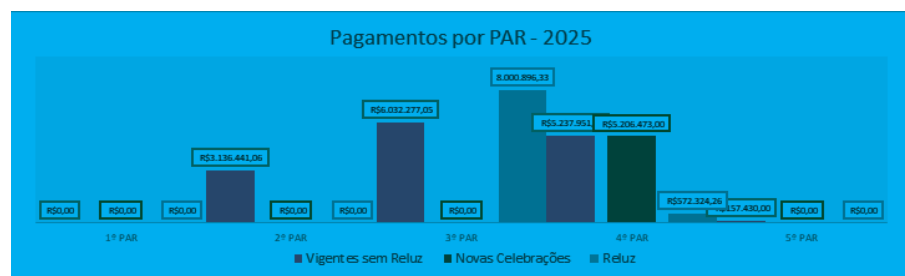
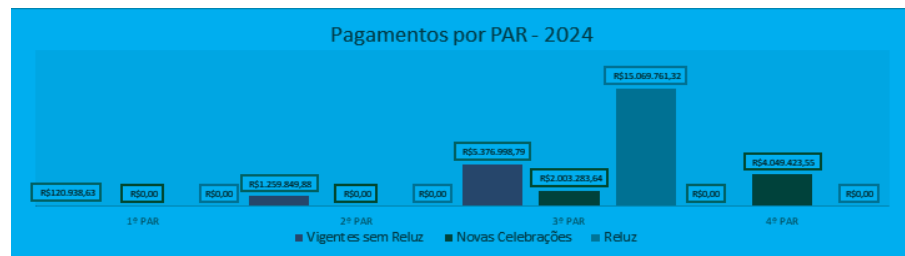
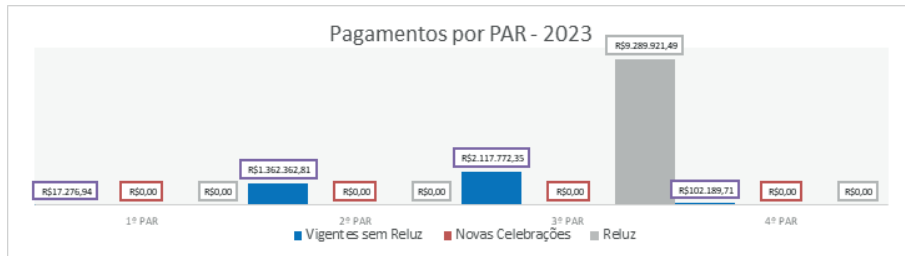
Em termos de realizado do programa, os gráficos abaixo ilustram o ano de 2025 por ano e subprograma:

Realizados por ano e subprograma no agregado





MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



Entre 15 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2025, a ENBPar consolidou um portfólio expressivo de iniciativas vinculadas ao Procel, combinando projetos herdados da Eletrobras e novos projetos iniciados sob a atual governança do Programa. O conjunto de dados consolidados revela a maturidade crescente da gestão e a evolução da capacidade institucional ao longo do período.

Do total de 96 projetos sub-rogados da Eletrobras, 36 foram concluídos (incluindo projetos convencionais e Termos de Cooperação Técnica (TCT) da 3ª Chamada Pública do Procel Reluz (TCT Reluz), enquanto 60 permaneceram em execução até o encerramento do período.

Paralelamente, foram 78 novos projetos iniciados sob gestão da ENBPar, dos quais 70 seguiram em execução e 8 foram cancelados, todos no âmbito do TCT Reluz, em razão de incompatibilidades técnicas, dificuldades regulatórias ou inviabilidade de implementação da parte da municipalidade.

Excluindo o escopo específico dos TCTs do Procel Reluz, a carteira de projetos convencionais registrou 23 iniciativas em execução, sendo 18 originadas na própria ENBPar e 5 provenientes da fase de sub-rogação. O volume indica expansão significativa da atuação direta da Empresa na formulação e implementação de projetos.

No eixo de iluminação pública eficiente, o Procel Reluz totalizou 107 TCTs em execução, com 52 iniciados pela ENBPar e 55 sub-rogados da Eletrobras, reforçando seu papel como o maior bloco de projetos do Programa em termos de volumetria e abrangência municipal.

Procel Edifica

Em 2025, o Procel Edifica fortaleceu seu papel como eixo estruturante da política nacional de eficiência energética em edificações, ampliando ações regulatórias, acelerando projetos demonstrativos e consolidando ferramentas essenciais para a transição energética no ambiente construído.

Chamada Pública Energia Zero para Prédios Públicos (CPEZ)

A CPEZ foi o maior marco do ano e consolidou-se como a mais ampla iniciativa já realizada no país para incentivo à construção e retrofit de edificações públicas com altíssima eficiência energética e potencial de geração distribuída. A CPEZ prevê R\$100 milhões a fundo perdido para os entes selecionados.

- Recorde histórico de participação, com 144 propostas submetidas por órgãos públicos federais, estaduais e municipais;
- Abrangência nacional, com participação de todas as regiões e forte presença de instituições de ensino, saúde, segurança pública e administração direta;
- Processo de avaliação técnica em curso, conforme cronograma; e
- A CPEZ representa um salto na difusão de práticas NZEB no setor público e seu resultado final será divulgado no 1º semestre de 2026.

NZEB (Edificações de Energia Quase Zero)

Em 2025 houve continuidade e consolidação da rede de edifícios demonstrativos resultante do Concurso NZEB, financiados pelo Procel, ampliando a capacidade nacional de pesquisa aplicada e validação de soluções inovadoras. Houve evolução considerável das obras da NZEB UFPel, LabZero UnB e NZEB Unila, fortalecendo a presença de unidades em diferentes zonas bioclimáticas.

O Procel Edifica também expandiu estudos essenciais para o avanço técnico e regulatório do setor, com destaque aos projetos abaixo:

- PBE Edifica na Prática: ampliação das ações de treinamento e capacitação de profissionais do setor público e privado;
- Integração do SIDAC ao PBE Edifica: avanço no desenvolvimento de ferramentas de suporte à avaliação, cadastramento e transparência de edificações etiquetadas; e
- Estudos aprofundados sobre ilhas de calor urbano, modelagem microclimática e planejamento urbano climático, ampliando a capacidade de diagnóstico e intervenção em escala urbana.

Procel Reluz

Em 2025, o Procel Reluz consolidou-se como uma das iniciativas mais relevantes do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, ampliando de maneira significativa o alcance das ações de modernização da iluminação pública e fortalecendo a infraestrutura urbana orientada à eficiência energética.

Ao longo do ano, avançou-se simultaneamente na execução e na expansão das frentes operacionais. A 3ª Chamada Pública seguiu com 129 projetos em andamento, dos quais 78 mil pontos de iluminação já haviam sido modernizados e 106,5 mil pontos estavam previstos, superando a meta inicial e demonstrando elevada capacidade de entrega dos municípios participantes. Em paralelo, foram realizados 11 blocos de inspeções técnicas, abrangendo 21 municípios e 2 consórcios intermunicipais, reforçando o controle de qualidade, a conformidade das obras e o suporte contínuo às administrações locais.

O marco estratégico de 2025 foi o lançamento da Super Chamada Pública Procel Reluz (4º e 5º PAR), estruturada para ampliar o acesso dos municípios do país às tecnologias de LED e soluções inteligentes para iluminação pública. Com 155 propostas submetidas, totalizando R\$ 228,4 milhões em projetos, a iniciativa recebeu contribuições de todas as cinco regiões brasileiras.

A ampla participação evidencia o compromisso da ENBPar de estimular a participação de todas as regiões do país no programa.

Plataforma Reluz Fácil

Em 2025, houve avanço significativo no desenvolvimento da Plataforma Reluz Fácil, ferramenta digital concebida para apoiar prefeituras, consultores e equipes técnicas na elaboração, submissão e gestão de projetos de modernização da iluminação pública. Foram concluídas as etapas de definição da identidade visual e iniciado o desenvolvimento da solução, que incorporará funcionalidades como cálculos luminotécnicos automatizados, análises de viabilidade econômica, identificação de pendências técnicas e geração de documentação padronizada para participação em chamadas públicas. A plataforma tem potencial para ampliar a capilaridade do Procel Reluz, especialmente entre municípios com menor capacidade técnica, tornando-se referência nacional em apoio à estruturação de projetos de eficiência energética.

Projeto Cidades Inteligentes – UNICAMP

O Projeto Cidades Inteligentes (UNICAMP) avançou como um dos mais robustos casos de modernização e automação da iluminação pública no âmbito do Procel Reluz. Ao longo de 2025, foram instalados mais de 2,6 mil pontos de iluminação LED no campus da universidade, integrados a sensores e sistemas de telemetria. Iniciaram-se os testes de telegestão, possibilitando monitoramento remoto, detecção de falhas em tempo real e controle individualizado das luminárias. Também foram realizados ensaios de dimerização, ajustando automaticamente o fluxo luminoso conforme o uso das áreas e as condições ambientais.

O projeto gera insumos técnicos, metodologias e evidências que subsidiarão futuras chamadas públicas e apoiarão a disseminação de soluções inteligentes em municípios de diferentes portes.

Selo Procel

O principal produto do programa é o Selo Procel de Economia de Energia, ou simplesmente Selo Procel, concedido de forma voluntária aos equipamentos mais eficientes no consumo de energia elétrica e amigáveis ao meio ambiente, comercializados no país, assim como a edificações residenciais e não residenciais.

Em relação a equipamentos, são 43 categorias de produto existentes em seu escopo, dentre os quais tem-se eletrodomésticos diversos, luminárias, reatores motobombas, motores elétricos e sistemas de aquecimento solares e fotovoltaicos.

Equipamentos

Em 2025, o programa manteve forte desempenho com 1.479 Selos Procel concedidos, evidenciando a continuidade do mercado em buscar produtos mais eficientes.

O atendimento técnico a consumidores, fabricantes e instituições aumentou para 755 registros, refletindo maior engajamento e demanda por informações qualificadas. O período também foi marcado pela Consulta Pública Procel 001/2025 para Revisão dos Critérios do Selo Procel para Luminárias LED para Iluminação Viária, que resultou em novo normativo que elevou padrões de desempenho e segurança.

Edificações

O Selo Procel Edificações apresentou crescimento expressivo, passando de 5 certificações em 2024 para 42 em 2025, demonstrando maior capacidade do setor em atender às normas de desempenho energético e crescente interesse de empreendimentos públicos e privados pela certificação.

O destaque do ano foi a certificação da MRV Arena, o primeiro estádio no Brasil a receber o Selo Procel, repercutindo amplamente na imprensa nacional e expandindo a visibilidade do Programa.

A ampliação do número de selos reflete o amadurecimento das metodologias do PBE Edifica, o avanço dos projetos NZEB e a maior adoção de práticas eficientes em edificações de alta complexidade e relevância pública.

Chamada Pública Cap Lab-R

O subprograma também lançou a Chamada Pública Cap Lab-R, destinada à capacitação laboratorial para ensaios de eficiência energética para refrigeradores comerciais. Com investimento de até R\$ 8 milhões, a iniciativa visa ampliar a infraestrutura nacional de ensaios, fortalecer organismos de avaliação da conformidade e preparar o país para a implementação de novos critérios de etiquetagem e MEPS voltados a esse segmento estratégico.

A Cap Lab-R, lançada em novembro de 2025, tem como objetivo aumentar a capacidade nacional de ensaios para refrigeradores comerciais, fortalecendo os organismos de avaliação da conformidade e preparando o país para futuros requisitos de etiquetagem.

Plataforma Smart Selo Procel

Outro avanço transformador foi a implantação da Plataforma Smart Selo Procel, um sistema baseado em tecnologia blockchain, que passou a registrar informações de certificação de forma rastreável, segura e inviolável.

A solução moderniza completamente o fluxo de concessão do Selo, permite consulta por QR Code e elimina riscos de falsificação, aumentando a transparência e a confiabilidade para consumidores, fabricantes e órgãos reguladores.

Procel Estruturante

Em 2025, o Procel Estruturante avançou na consolidação de mecanismos técnicos, regulatórios e tecnológicos essenciais para apoiar a gestão do Procel e ampliar a efetividade das políticas de eficiência energética. Entre as principais ações do período, destaca-se o fortalecimento do FGEnergia, cujo regulamento foi aprimorado para ampliar a capilaridade bancária e alinhá-lo aos demais instrumentos do BNDES, preparando o relançamento nacional do fundo e facilitando o acesso de micro, pequenas e médias empresas ao crédito para projetos de eficiência energética.

O subprograma também impulsionou o ecossistema de inovação com o Concurso Lab Procel II, estruturado em três chamadas públicas voltadas a soluções para cidades inteligentes, indústria 4.0 e economia circular. Com investimento total de R\$ 33 milhões, a iniciativa visa acelerar tecnologias emergentes, fomentar novos negócios e estimular a criação de soluções escaláveis voltadas à eficiência energética em diversos segmentos.

Outro avanço relevante foi o desenvolvimento, em parceria com a UFABC, da nova Metodologia de Avaliação de Impactos Regulatórios associada à Lei nº 10.295/2001. A primeira fase do projeto foi concluída, com entrega da base de dados e início da modelagem de ferramentas de simulação, permitindo ao Procel aprimorar sua capacidade de medir os efeitos energéticos, econômicos e tecnológicos das regulamentações de eficiência.

Complementando o conjunto de ações estruturantes, foram concluídos estudos da Pesquisa de Posses e Hábitos (PPH) para o setor comercial e serviços, além da integração das bases históricas das PPHs em um repositório unificado. Esses dados alicerçam decisões regulatórias e o direcionamento de programas e chamadas públicas, reforçando o papel do Procel como referência nacional em diagnóstico e inteligência de consumo energético.

No eixo de transparência e acesso à informação, foi concluído o novo Portal Procel Info, modernizando a plataforma pública de dados do Procel e facilitando a navegação, consulta de resultados, manuais e informações técnicas. O portal estabelece um ambiente digital mais robusto para comunicação institucional e prestação de contas do Programa.

Procel Educação

O subprograma ampliou o alcance da formação técnica e da cultura de eficiência energética a partir de desdobramentos finais do projeto EnergIF (fase 1). O projeto representou marco na integração da eficiência energética à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Com ações distribuídas em todas as regiões do país, o projeto estruturou bases técnicas e pedagógicas essenciais para a formação de profissionais alinhados às demandas da transição energética.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Entre seus principais resultados, destacam-se: a capacitação de mais de 300 docentes, a implantação do Portal de Gerenciamento Energético (PGEN) em mais de 200 unidades, a entrega de equipamentos para 15 laboratórios especializados, a criação de mais de 100 cursos e unidades curriculares voltados a energias renováveis e eficiência energética, superando significativamente as metas iniciais estabelecidas para o ciclo. Esses avanços fortaleceram a autonomia técnico-operacional das instituições federais e ampliaram o potencial de disseminação do conhecimento junto a estudantes, professores e comunidades locais.

Com os resultados consolidados e o engajamento crescente da Rede Federal, o Programa terá em 2026 um salto qualitativo com a Fase 2 do EnerGIF, que contará com investimento ampliado de R\$ 41,3 milhões.

Essa nova etapa tem foco na expansão da infraestrutura laboratorial, com previsão de entrega de 25 novos laboratórios, na capacitação de mais de 400 unidades consumidoras, na formação adicional de 200 docentes em edificações e 200 em indústria, e no desenvolvimento de novas tecnologias de monitoramento e comunicação para gestão energética. Além disso, a Fase 2 prioriza o fortalecimento de gestores e equipes técnicas, promovendo a consolidação de rotinas permanentes de gestão energética nos Institutos Federais, CEFETs e Colégio Pedro II.

A área de educação realizou também o lançamento da Chamada Pública Espaço Procel E3: Educação, Energia e Eficiência em novembro de 2025, com o objetivo de apoiar a criação ou modernização de espaços expositivos interativos dedicados à educação sobre energia elétrica, eficiência energética e fontes renováveis.

A iniciativa visa fortalecer a cultura de uso racional de energia e ampliar o acesso da população à informação qualificada, contribuindo para a transição energética justa e inclusiva. Destinada a museus, centros culturais, bibliotecas públicas e instituições sem fins lucrativos com finalidade científica ou cultural, a chamada prevê recursos de até R\$ 15 milhões, permitindo apoiar projetos entre R\$ 300 mil e R\$ 3 milhões.

O edital contempla todas as regiões do país, podendo selecionar entre 5 e 50 projetos, a depender da qualidade das propostas.

Procel Indústria

O Aliança 2.0 manteve-se como a principal iniciativa de grande porte em diagnósticos industriais no país, ampliando significativamente o engajamento das indústrias e os resultados projetados. Principais resultados e avanços:

- 24 grandes indústrias elegíveis na fase 2, com 12 adesões efetivas e 4 plantas adicionais em finalização de acordo;
- Realização de diagnósticos avançados focados em processos termoquímicos, permitindo identificar oportunidades expressivas de economia de energia e modernização tecnológica;
- O projeto se apoia no desempenho histórico do Aliança 1.0, que identificou R\$ 198 milhões em oportunidades de redução de consumo, com 61% das medidas implementadas, gerando economia anual de R\$ 122 milhões com apenas R\$ 10 milhões em investimentos; e
- Em 2025, houve fortalecimento da articulação com tomadores de decisão, incluindo evento nacional com C-levels da indústria, que contribuiu diretamente para ampliar adesões e acelerar negociações.

Projeto de Sistemas Termossolares em Indústrias de Bebidas

O projeto de Sistemas Termossolares foi concluído com sucesso, representando um marco tecnológico para processos térmicos industriais no Brasil.

Resultados alcançados:

- Quatro cervejarias dos estados de MT, CE e SP passaram a operar plenamente com sistemas de aquecimento solar industrial;
- Economia média de 20% a 22% no consumo total de energia das plantas;
- Redução de 40% a 50% no uso de combustíveis fósseis para aquecimento de processos;
- Redução anual estimada de 34 tCO₂;
- Instalação de 195 coletores solares integrados aos sistemas térmicos; e
- Reconhecimento nacional: Projeto vencedor do prêmio COBEE de Melhor Iniciativa de Eficiência Energética na Indústria.

Projeto "Índice de Malmquist e Método DEA"

O estudo baseado no Índice de Malmquist e Data Envelopment Analysis (DEA) avançou como uma das iniciativas analíticas mais relevantes do subprograma. Em linhas gerais, o projeto tem por objetivo:

- Avaliar a eficiência energética e produtividade de 10 setores industriais brasileiros, considerando dados energéticos, tecnológicos e produtivos;
- Fornecer ferramentas robustas para apoio a políticas públicas e decisões empresariais em cenários de alto consumo ou eventuais restrições energéticas; e
- Realizar entregáveis que incluem definição de variáveis, estruturação de base de dados, desenvolvimento de algoritmos e aplicação inicial da metodologia nos setores avaliados.

Principais Participações e Patrocínios do Procel em 2025

Em 2025, o Procel intensificou sua presença institucional em eventos estratégicos do setor de energia, eficiência energética e inovação, fortalecendo sua visibilidade nacional e ampliando o diálogo técnico com agentes públicos, privados e acadêmicos. As participações e patrocínios do Programa ao longo do ano contribuíram para a disseminação de resultados, troca de conhecimentos, articulação com entidades setoriais e fortalecimento da política nacional de eficiência energética.

Em 2025, o Procel apoiou financeiramente iniciativas relevantes para o setor energético, com foco em eventos de disseminação técnica, inovação e qualificação profissional. Os principais patrocínios foram:

- COBEE – Congresso Brasileiro de Eficiência Energética
- SNPTEE – Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica
- CPIIC – Congresso Internacional de Iluminação Pública
- COP30 – Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

Além disso, durante o ano de 2025 o Procel esteve presente em fóruns de grande relevância técnica, que envolveram gestores públicos, reguladores, entidades do setor produtivo, associações técnicas, universidades e organismos internacionais. Entre os destaques estão:

- COP30 – Belém (PA): O Procel apresentou casos de sucesso, iniciativas de inovação e ações estruturantes, reforçando o protagonismo do Brasil em eficiência energética; e
- SNPTEE, COBEE, CBPE e outras conferências técnicas nacionais: Nessas agendas, equipes do Programa participaram de painéis, workshops e discussões voltadas para iluminação pública, edificações eficientes, indústria, etiquetagem e políticas públicas.

Bens da União Sob Administração (BUSA)

O acervo de Bens da União Sob Administração (BUSA) reúne atualmente 2.012 (dois mil doze) ativos, dos quais 1.935 (um mil novecentos e trinta e cinco) encontram-se em condições de uso e estão vinculados às atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Esses bens foram disponibilizados às empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor elétrico para fins operacionais, sem qualquer ônus financeiro.

Ao longo de 2025, a gestão do BUSA passou por um processo consistente de fortalecimento, marcado pela adoção de práticas voltadas à qualificação das informações patrimoniais e à melhoria dos controles administrativos. Um dos principais focos desse trabalho foi a revisão completa da base de dados, o que ampliou a confiabilidade das informações e favoreceu uma gestão mais eficiente e transparente.

Como resultado desse esforço, destacam-se as seguintes entregas:

- Transferência de 04 (quatro) imóveis à gestão direta da união, possibilitando sua futura destinação a equipamentos públicos de interesse coletivo;

- Aprovação, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, do estudo ambiental elaborado pela ENBPar referente à Mini Central Hidrelétrica de Quebra Dentes, atualmente desativada e localizada no estado do Rio Grande do Sul, viabilizando as medidas para o início das obras de recuperação; e
- Continuidade dos procedimentos de devolução de bens que não apresentam mais utilidade para o setor elétrico, em alinhamento às diretrizes do Governo Federal e às ações previstas no Programa de Democratização dos Imóveis da União, com o objetivo de promover o uso mais adequado do patrimônio público.

PRISMA ECONÔMICO

O desempenho de 2025 evidencia um cenário de pressão operacional, com queda de receita e aumento de custos impactando diretamente a rentabilidade e margens. Por outro lado, observa-se uma melhora consistente no resultado financeiro, que atuou como fator mitigador da queda do lucro.

Os resultados indicam a necessidade de recomposição de receitas e maior controle estrutural de custos, especialmente em pessoal, provisões e depreciação, para recuperação dos níveis históricos de margem e rentabilidade.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	3.821.466	4.338.805
Custos operacionais	(2.591.571)	(2.236.608)
Receitas / (Despesas) operacionais	(1.079.339)	(1.115.855)
Resultado de equivalência patrimonial	179.838	156.848
Resultado financeiro	(39.792)	(367.153)
Imposto de renda e contribuição social	(200.568)	(97.692)
LUCRO DO EXERCÍCIO	90.034	678.345
Atribuível a ENBPar	186.591	308.149
Atribuível as participações dos não controladores	(96.557)	370.196

Apesar do avanço no resultado financeiro, o lucro líquido do exercício totalizou R\$ 90.034 em 2025, representando uma queda de 86,7% em relação a 2024 (R\$ 678.345), refletindo principalmente:

- redução do resultado operacional,
- aumento da carga de custos,
- maior despesa com imposto de renda e contribuição social (+104,9%).

O lucro atribuível aos acionistas controladores também apresentou redução (-39,4%), enquanto a participação de não controladores passou de resultado positivo relevante em 2024 para prejuízo em 2025.

Receita Operacional Bruta

A receita operacional líquida totalizou R\$ 3.821.466 em 2025, representando uma redução de 11,9% em relação a 2024 (R\$ 4.338.805). Essa variação é explicada, sobretudo, pela diminuição na receita com suprimento de energia elétrica (-13,0%), principal linha de faturamento, parcialmente compensada pelo aumento nas receitas de ressarcimento de encargos (+34,4%). Adicionalmente, observa-se redução nos impostos sobre receita e encargos setoriais, atenuando parcialmente a queda da receita bruta.

RECEITAS OPERACIONAIS CONSOLIDADAS	31/12/2025	31/12/2024
Receita com Suprimento de Energia Elétrica	4.188.824	4.816.685
Receita com Ressar. Encargos de Admin. e Supervisão	154.016	114.580
Receita com Venda de Produtos e Serviços	8.188	12.197
Impostos sobre a Receita e Encargos Setoriais	(529.562)	(604.657)
TOTAL	3.821.466	4.338.805

Custos e despesas operacionais

No que se refere aos custos e despesas operacionais, houve um aumento de 15,9% nos custos operacionais, que passaram de R\$ 2.236.608 em 2024 para R\$ 2.591.571 em 2025. Esse crescimento foi impulsionado principalmente por:

- aumento de despesas com pessoal (especialmente na rubrica de custos),
- elevação significativa de depreciação e amortização (+40,4%),
- constituição de provisões operacionais e judiciais, inexistentes em 2024.

Por outro lado, algumas linhas contribuíram positivamente, como a redução nos gastos com combustível (-7,0%) e encargos de uso da rede elétrica (-2,8%).

As despesas operacionais apresentaram redução de 12,5%, indicando esforço de racionalização, especialmente em pessoal, serviços e materiais.

RECEITAS OPERACIONAIS CONSOLIDADAS	31/12/2025		31/12/2024	
Custos e despesas operacionais consolidadas	Custos	Despesas	Custos	Despesas
Custo do produto vendido	(1.581)	-	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	(233.658)	-	(240.364)	-
Combustível para produção de energia	(623.898)	-	(670.608)	-
Pessoal	(783.478)	(515.114)	(648.016)	(723.852)
Materiais	(85.285)	(24.160)	(70.086)	(43.639)
Serviços	(271.708)	(183.645)	(275.488)	(221.805)
Depreciação / Amortização	(294.898)	(45.172)	(192.057)	(52.695)
Provisões e indenizações oper. e judiciais	(223.991)	(213.353)	-	(96.567)
Outros custos e despesas	(73.074)	(134.641)	(139.989)	(137.322)
TOTAL	(2.591.571)	(1.116.085)	(2.236.608)	(1.275.880)

EBITDA

O EBITDA consolidado atingiu R\$ 670.041 em 2025, com queda expressiva de 52% frente a 2024 (R\$ 1.387.942). Como consequência, a margem EBITDA recuou de 32% para 18%, evidenciando deterioração da eficiência operacional.

EBITDA / MARGEM EBITDA - CONSOLIDADO	31/12/2025	31/12/2024
(A) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	90.034	678.345
(B) Depreciação e Amortização	(340.070)	(244.752)
(C) Resultado Financeiro	(39.792)	(367.153)
(D) Imposto de Renda e Contribuição Social	(200.145)	(97.692)
(E) EBITDA - CVM nº 156/22 - (E = A+B+C+D)	670.041	1.387.942
(F) EBIT - CVM nº 156/22 - (F = A+C+D)	329.971	1.143.190
Margem EBITDA	18%	32%

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro apresentou melhora significativa, passando de um resultado negativo de R\$ 367.153 em 2024 para uma perda de R\$ 39.792 em 2025 (redução de 89,2% no resultado negativo). Essa evolução foi impulsionada principalmente por:

- aumento relevante nos ganhos com o fundo de descomissionamento (+75,1%),
- maior rendimento de aplicações financeiras (+35,0%),
- redução expressiva do impacto do ajuste a valor presente (AVP).

Por outro lado, houve aumento dos encargos da dívida (+7,3%), parcialmente compensando essa melhora.



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



RESULTADO FINANCEIRO CONSOLIDADO	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações Financeiras	227.450	168.507
Ganho sobre fundo de descomissionamento	427.684	244.198
Outras receitas financeiras	67.390	104.634
Encargos da dívida	(544.543)	(507.508)
AVP da obrigação para desmobilização dos ativos	(69.522)	(261.987)
Outras despesas financeiras	(147.167)	(149.462)
Variações cambiais líquidas	(1.084)	34.465
TOTAL	(39.792)	(367.153)

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Gestão de Pessoas

A ocupação dos cargos/funções comissionados de livre provimento na ENBPar seguem as normas definidas no Plano de Funções da Empresa. Os nomes dos indicados são submetidos à Comissão Interna de Avaliação de Pessoas, que considera os requisitos de qualificação, formação e tempo de serviço dos profissionais indicados e, ainda, as atribuições dos cargos/funções a serem preenchidos.

O atual quadro funcional da ENBPar é temporário, composto por 168 cargos/funções de livre provimento, regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e pelas normas infraconstitucionais, afetas ao tema.

Gênero

O perfil das equipes da ENBPar, ao final de 2025, era composto por 47% de profissionais do sexo feminino e 53% do sexo masculino.

	Quantidade	Proporção
Feminino	75	47%
Masculino	84	53%

Considerando o quadro de pessoal ocupado ao final de 2025, a distribuição em cargos de gestão (Superintendentes, Gerentes e Chefes de área) por gênero, é representado por 56% de homens e 44% de mulheres, sendo ainda, a ocupação de cargos técnicos-operacionais na proporção de 47% de homens e 53% de mulheres.

Em assessoramento a proporção é de 83% de homens e 17% de mulheres.

Gênero	Gestão	Técnico Operacional	Assessoramento
Feminino	35	39	1
Masculino	45	34	5

A ENBPar em consonância com as políticas públicas de diversidade, inclusão e igualdade de gênero, mantém em seu quadro de funcionários, a seguinte proporção de mulheres por nível hierárquico:

Hierarquia	Quantidade	Proporção
1º Nível	4	33%
2º Nível	13	33%
3º Nível	18	47%
4º Nível	20	54%
5º Nível	18	43%

Em 2025, a ENBPar manteve em seus órgãos de administração a seguinte quantidade e proporção de mulheres:

Colegiado	Quantidade	Proporção
DIREX	-	-
CONSAD	1	14%
COFINS	1	20%
COAUD	1	25%

Quanto à remuneração, eis a quantidade de homens e mulheres estão distribuídos conforme as faixas salariais a seguir:

Remuneração	Feminino	Masculino
30.711,00	4	10
25.078,48	13	22
18.248,81	18	17
12.579,60	20	16
9.434,70	18	19

Em comparação ao exercício anterior, nota-se uma evolução explicitada pelos gráficos a seguir:

Quantidade e proporção de mulheres por nível hierárquico no último dia do exercício de 2025

Hierarquia	Quantidade	Proporção
1º Nível	4	33%
2º Nível	13	33%
3º Nível	18	47%
4º Nível	20	54%
5º Nível	18	43%

Quantidade e proporção de mulheres por nível hierárquico no último dia do exercício de 2024

Hierarquia	Quantidade	Proporção
1º Nível	4	27%
2º Nível	11	32%
3º Nível	10	52%
4º Nível	14	45%
5º Nível	11	44%

Número e proporção de mulheres em cargos de administração da Empresa no último dia do exercício em 2025

Colegiado	Quantidade	Proporção
DIREX	-	-
CONSAD	1	14%
COFINS	1	20%
COAUD	1	25%

Número e proporção de mulheres em cargos de administração da Empresa no último dia do exercício em 2024

Colegiado	Quantidade	Proporção
DIREX	-	-
CONSAD	-	-
COFINS	1	20%
COAUD	1	50%

Número de homens e mulheres por nível de remuneração no último dia do exercício de 2025

Remuneração	Feminino	Masculino
30.711,00	4	10
25.078,48	13	22
18.248,81	18	17
12.579,60	20	16
9.434,70	18	19

Número de homens e mulheres por nível de remuneração no último dia do exercício de 2024

Remuneração	Feminino	Masculino
29.296,00	6	9
23.923,00	10	24
17.408,00	9	10
12.000,00	18	12
9.000,00	9	17

Em 2025, a ENBPar iniciou a estruturação institucional da agenda de diversidade, equidade e inclusão, com a deliberação, pela Diretoria Executiva, para criação de grupo de trabalho multidisciplinar com a finalidade de estruturar a temática no âmbito da Empresa. A iniciativa resultou na instituição do Comitê Gestor de Diversidade, Equidade e Inclusão (CGDE&I), instância responsável por coordenar as ações relacionadas ao tema, inclusive pela elaboração da minuta de política institucional de diversidade, equidade e inclusão.

No mesmo período, a ENBPar atuou no âmbito do Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão nas Empresas Estatais Federais, participando das iniciativas voltadas à construção e ao aprimoramento de conteúdos e referenciais relacionados à temática, em articulação com outras empresas estatais, tendo, inclusive, recebido reconhecimento institucional pela participação no primeiro biênio do Pacto.

Adicionalmente, a Empresa promoveu iniciativas institucionais voltadas ao fortalecimento de ambiente organizacional mais inclusivo e respeitoso, com destaque para ações de conscientização sobre prevenção ao assédio, à discriminação e à violência, bem como para o estímulo à utilização dos canais institucionais de denúncia e das instâncias de integridade.

No que se refere à promoção da diversidade em posições de liderança, a ENBPar observa as disposições da Lei nº 15.177/2025, registrando participação de 33% de mulheres no primeiro e no segundo níveis hierárquicos.

Desenvolvimento de Pessoas

A ENBPar mantém Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), aprovado pela Diretoria Executiva. Em 2025, foram oportunizadas 233 ações de capacitações, que somaram 4.167 horas, referentes aos seus objetivos estratégicos, que totalizaram investimentos de mais de R\$ 470 mil.

Tecnologia e Inovação com Foco em Transformação Digital

Em 2025, a ENBPar deu continuidade ao direcionamento de estruturar e fortalecer sua infraestrutura e seus serviços de TIC, com foco em sustentar processos de negócio, reduzir riscos operacionais e apoiar projetos corporativos. Esse direcionamento mantém aderência ao Plano Estratégico e ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI/PDTIC), mantendo como premissa a infraestrutura adequada para sistemas, aplicações e ambientes informatizados.

Principais entregas e avanços em 2025:

- Apoio às iniciativas do Programa Procel: apoiou a execução e a evolução de iniciativas digitais que sustentam a operação do Procel e ampliam transparência, alcance e eficiência dos programas. Entre os destaques estão Chamada Pública Procel / Procel Reluz, Plataforma Reluz Fácil, Plataforma Smart Selo Procel, Novo Portal Procel Info, Espaço Procel E3;
- Implementação das Salas de Videoconferência; e
- Consolidação do SEI (Sistema Eletrônico de Informações).

Licitações e Contratos

Em 2025, foram conduzidos 7 (sete) processos licitatórios, todos na modalidade Pregão Eletrônico, dos quais 1 (um) restou fracassado e 6 (seis) foram concluídos com êxito.

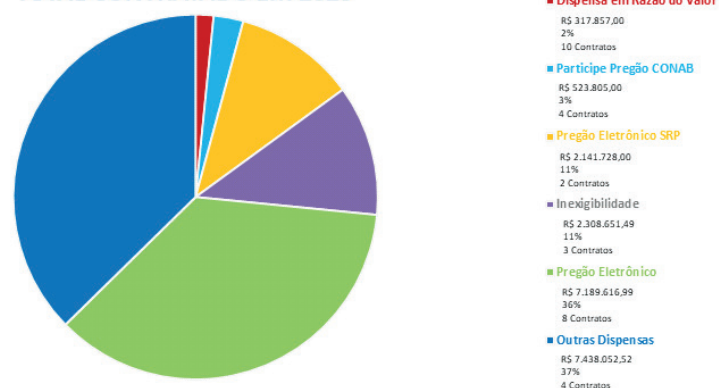
Ademais, a ENBPar participou, na condição de participante, do Pregão Eletrônico – SRP nº 90013/2024, conduzido pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), na qualidade de órgão gerenciador. Em razão da participação da ENBPar nos procedimentos iniciais da contratação, a Companhia integrou a respectiva ata de registro de preços, da qual resultou a formalização de 1 (um) contrato.

Além disso, foram realizadas 14 (quatorze) contratações diretas por dispensa de licitação, sendo 10 (dez) dispensas em razão do valor e 4 (quatro) outras dispensas para contratação de remanescente, locação de imóvel e contratação instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, além de 3 (três) contratações por inexigibilidade de licitação, aplicáveis às situações de inviabilidade de competição, em razão de monopólio legal, fornecedor exclusivo ou contratação de serviço técnico especializado de natureza singular, com notória especialização, na hipótese de assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias.

Quanto aos contratos firmados no exercício de 2025, apresenta-se, no quadro e no gráfico a seguir, o resumo dos instrumentos celebrados, com a indicação dos respectivos valores e percentuais, por modalidade de contratação:

TOTAL CONTRATADO NO ANO DE 2025			
MODALIDADE	QTD	QTD. DE CONTRATOS GERADOS	VALOR TOTAL DOS CONTRATOS FORMALIZADOS
PREGÃO ELETRÔNICO	6	8	R\$ 7.189.616,99
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP	2	2	R\$ 2.141.728,00
PREGÃO ELETRÔNICO - CONAB Participe	1	4	R\$ 523.805,00
DISPENSAS EM RAZÃO DO VALOR	10	10	R\$ 317.857,00
OUTRAS DISPENSAS	4	4	R\$ 7.438.052,52
INEXIGIBILIDADE	3	3	R\$ 2.308.651,49
TOTAL GERAL ANO 2025			R\$ 19.919.711,00

TOTAL CONTRATADO EM 2025



No âmbito da transparência ativa, houve um avanço com a implementação de painel em Power BI para divulgação das informações referentes aos contratos (acesso ao painel <https://enbpar.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/>), bem como com a publicidade do relatório de execução contratual (acesso ao relatório <https://enbpar.gov.br/relatorio-de-execucao-contratual-da-enbpar/>), o que proporciona maior clareza, acessibilidade e facilidade de análise dos dados, reforçando o compromisso da Companhia com a publicidade, o controle social e as boas práticas de governança, e que contribuiram para que o Tribunal de Contas da União (TCU) outorgasse à ENBPar o Selo Prata, no âmbito do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP).



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa da ENBPar é estruturada sobre um arcabouço robusto, plenamente aderente à legislação de regência das empresas estatais, incluindo a Lei nº 13.303/2016, o Decreto nº 8.945/2016 e as diretrizes da CGPAR, que orienta a atuação da Companhia, assegurando transparência, responsabilidade, integridade, conformidade e alinhamento às prioridades do acionista único, a União.

A estrutura de governança corporativa atual da ENBPar é composta pela Assembleia Geral de Acionistas e pelos órgãos estatutários (Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, Conselho de Administração e Conselho Fiscal), bem como pelas estruturas de integridade, Auditoria Interna, Ouvidoria, Corregedoria, Comissão de Ética, Assessoria de Integridade e Gestão de Risco, Assessoria de Governança Corporativa e estrutura de proteção de dados pessoais, na figura da Encarregada de Dados.

Em 2025, a maturidade da governança da ENBPar foi reconhecida por diferentes instâncias de controle e supervisão. No 7º ciclo do Indicador de Governança e Políticas Públicas — IG Sest, a Empresa obteve desempenho classificado na faixa de EXCELENCIA na dimensão de Governança Corporativa, com pontuação máxima em diversos blocos, incluindo Conselho de Administração e Diretoria, Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho Fiscal e Auditoria Interna.

Esse resultado evidencia a solidez dos mecanismos adotados, o funcionamento regular das instâncias de governança e a aderência às melhores práticas recomendadas pela administração pública federal.

Ainda em 2025, a ENBPar recebeu o Selo Prata no Programa Nacional de Transparência Pública do Tribunal de Contas da União (TCU), reconhecimento que reforça o compromisso da Companhia com a publicidade de informações, a integridade dos processos e a promoção do controle social sobre suas atividades.

Outro marco institucional relevante foi a aprovação, pela Sest/MGI, da criação da Assessoria de Governança Corporativa, que passou a fortalecer a coordenação das práticas de governança e a harmonização das políticas corporativas no âmbito da holding e de suas subsidiárias. A medida integra a estratégia de consolidação da ENBPar como empresa pública moderna, transparente e orientada ao interesse público.

No âmbito da proteção de dados pessoais, a Companhia avançou na estruturação de sua governança de privacidade, com a formalização de instância responsável pela adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Esse processo incluiu o fortalecimento do papel do Encarregado de Dados (DPO), a revisão de políticas internas, o aprimoramento de procedimentos de segurança da informação e a adesão às práticas recomendadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

A ENBPar também deu continuidade ao aperfeiçoamento de sua governança estratégica, contratando a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para apoiar o processo de transformação institucional, com foco na modernização de estruturas, no fortalecimento dos processos decisórios, na revisão de papéis organizacionais, na melhoria dos fluxos de governança e na preparação da Companhia para desafios futuros como holding de alto impacto no setor energético.

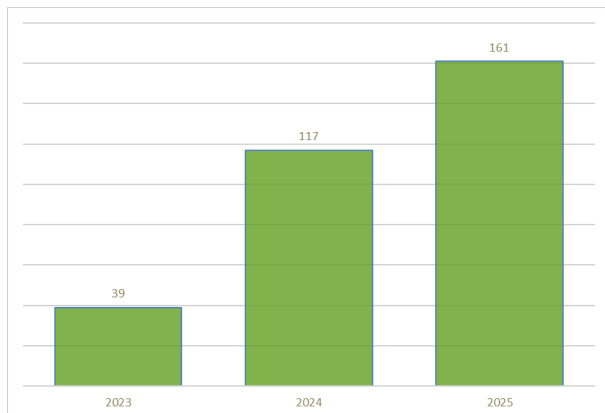
Destacamos, também, o desempenho das áreas de governança ao longo do exercício foi marcado por iniciativas importantes:

Ouvidoria

Em 2025 a Ouvidoria da ENBPar participou de eventos externos, bem como continuou a construir um diálogo mais próximo com as demais ouvidorias da Holding ENBPar. A participação em eventos externos favoreceu a troca de experiências e a ampliação de conhecimentos fundamentais para o desempenho dos trabalhos.

Na busca de institucionalização a Ouvidoria deu passos importantes em 2025, como a instalação em espaço físico mais adequado para o seu funcionamento além da aprovação e entrada em vigor de seu Regimento Interno.

Em 2025 foram recebidas 161 manifestações pela Ouvidoria da ENBPar. Na série histórica, que vem sendo montada desde 2023, houve acréscimo na quantidade de manifestações recebidas em 2025, conforme demonstra gráfico abaixo:



Fonte: Plataforma Fala.BR/CGU

Neste total está incluído as manifestações de Ouvidoria que podem ser inseridas utilizando os formulários disponibilizados na Plataforma Fala.BR que são: Denúncias, Elogios, Reclamações, Solicitações e Sugestões e ainda as demandas via Lei de Acesso à Informação (LAI).

As demandas de Ouvidoria foram 98 (60,87% do total). As demais 63, foram demandas LAI (39,13%). Do total de 98 manifestações de Ouvidoria recebidas, 61 foram respondidas, 9 arquivadas e 28 encaminhadas para outros órgãos. O tempo médio de respostas, da ENBPar, foi de 25 dias e nenhuma demanda foi respondida fora do prazo. As 28 demandas encaminhadas referiam-se a assuntos que, diretamente não eram afeitos à ENBPar, mas a alguma subsidiária ou de assuntos fora do escopo da Holding ENBPar e que, por este motivo, foram encaminhadas para órgãos públicos ao qual o assunto se referia.

Quanto às 63 manifestações LAI recebidas, 56 foram respondidas e 7 encaminhadas para outros órgãos públicos. O tempo médio de cada resposta foi de 14 dias, sendo que 85,71% dos acessos foram concedidos, 8,93% correspondiam a informação inexistente, 3,57% foram permitidos acesso parcial e 1,79% não se tratava de pedido de informação. Dos acessos concedidos parcialmente, os motivos foram pelo fato de parte da informação pertencer a outro órgão ou por parte da informação ser inexistente.

Das 161 manifestações recebidas, entre LAI e Ouvidoria 78 foram referentes às Subsidiárias da ENBPar, sendo 14 para Itaipu, 34 para a Eletronuclear e 30 para a INB.

Além das atividades rotineiras da Ouvidoria de receber as manifestações, encaminhar para as áreas responsáveis pela formulação das respostas, recepcionar estas respostas, verificar as informações constantes das respostas e devolver a melhor resposta possível ao demandante, em 2025, a Ouvidoria da ENBPar participou de reuniões dos Conselhos da ENBPar e realizou reuniões mensais com as ouvidorias da Holding.

Corregedoria

A Corregedoria da ENBPar constitui instância essencial de apoio à governança corporativa, orientando sua atuação para o fortalecimento dos mecanismos institucionais de integridade, a prevenção de irregularidades administrativas e a apuração de possíveis ilícitos, contribuindo para a consolidação de uma cultura organizacional pautada transparência e responsabilidade na gestão pública.

Em 2025 a atuação da área focou em três eixos complementares — governança, integridade e atividade investigativa — que, de forma integrada, estruturam as ações corretivas e ampliam a capacidade institucional de prevenção e tratamento de riscos e desvios administrativos.

No eixo de governança, o exercício de 2025 foi marcado pelo fortalecimento institucional da função corretiva, destacando-se iniciativas voltadas à estruturação da atividade de correção em seu papel de

holding e reflexos nas empresas controladas. Permaneceram como diretrizes a articulação com as instâncias de integridade da ENBPar e o alinhamento técnico com as áreas de correção das subsidiárias, visando uniformizar entendimentos e fluxos de atuação.

Nesse contexto, foram promovidas ações estruturantes, entre as quais se destacam: a atuação na criação da Corregedoria das Indústrias Nucleares do Brasil – INB; a realização da ação orientativa “Diálogos com as Instâncias de Integridade: Delimitando raio de atuação e transparência ativa”; atividades voltadas à prestação de contas e transparência; a análise de conformidade básica do Código de Conduta e Integridade da ENBPar; as contribuições técnicas prestadas à criação da Política de Divulgação de Informações.

No eixo de integridade, compreendido sob a perspectiva preventiva, a Corregedoria manteve a adoção de recomendações orientativas como instrumento central para antecipação e mitigação de riscos administrativos. Essa estratégia mostrou-se especialmente adequada ao contexto de estruturação institucional da Empresa, permitindo fortalecer controles e procedimentos antes da materialização de eventuais irregularidades.

No eixo investigativo, a unidade apresentou expressivo desempenho operacional, registrando a elaboração de 16 produções técnicas investigativas em 2025, número significativamente superior às 6 análises realizadas em 2024, evidenciando ampliação da capacidade de resposta institucional e maior maturidade dos processos internos de apuração.

Os resultados e entregas decorrentes dessas iniciativas encontram-se, detalhadas e disponíveis para consulta em seção específica da página institucional da Corregedoria da ENBPar, na aba Planejamento e Resultados.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna da ENBPar constitui instância essencial de apoio à governança corporativa, estando vinculada diretamente ao Conselho de Administração da ENBPar para auxiliar a Empresa a atingir seus objetivos por meio de processos efetivos de gestão de riscos, controle e governança, atuando de forma independente, em caráter avaliativo e consultivo, com o propósito de agregar valor e aprimorar as operações da Companhia.

Sua atuação orienta-se ao fortalecimento dos controles internos, da gestão de riscos e dos mecanismos de governança, com vistas à promoção da integridade, da conformidade normativa e da eficiência da gestão.

No ano de 2025, foi estabelecido um processo de integração junto as auditorias internas da holding – Eletronuclear, INB e Itaipu, não apenas em face do vínculo institucional, mas principalmente ao intercâmbio de informações e pontos comuns de interesse, preservando a independência e autonomia administrativa e operacional das unidades e fortalecendo a conexão e o alinhamento das ações das auditorias internas.

Ponto de destaque foi a atuação mais próxima dos órgãos de controle – Controladoria-Geral da União/CGU e Tribunal de Contas da União/TCU, assim como a realização de trabalhos de auditoria que resultaram no aprimoramento dos processos organizacionais da Empresa.

O resultado consistiu na identificação de oportunidades de melhorias para oferecer maior governança corporativa para a Empresa enquanto holding, assim como para que a Auditoria Interna possa atingir sua missão de auxiliar a ENBPar a alcançar seus objetivos, por meio de uma avaliação sistemática, que leve ao aprimoramento contínuo dos processos de governança, controles internos e de gerenciamento de riscos.

Integridade e Gestão de Riscos

Em 2025, a atuação da ENBPar contou com as seguintes Políticas:

Código de Ética e Integridade: Define princípios, valores e padrões de conduta que orientam relações internas e externas com foco em ética, legalidade e responsabilidade institucional.

Política de Alçadas: Define limites de competência decisória, assegurando segregação de funções, rastreabilidade e governança nos processos internos.

Política de Segurança da Informação e Telecomunicação: Define diretrizes de proteção da informação, gestão de acesso, classificação e medidas preventivas contra incidentes cibernéticos.

Política de Transações com Partes Relacionadas: Define rito qualificado de análise e aprovação, prevenindo conflitos de interesse e assegurando independência nas decisões.

Política de Divulgação de Informações: Estabelece regras para comunicação institucional, garantindo transparência, precisão e aderência aos requisitos legais e regulatórios.

Política de Patrocínios: Regula critérios, requisitos e prestação de contas em patrocínios, garantindo alinhamento estratégico e transparência.

Política de Recebimento de Brindes e Hospitalidades: Estabelece limites e vedações para oferta e recebimento de brindes e hospitalidades, prevenindo riscos éticos.

Política de Indicação de Conselheiros e Diretores: Regula critérios de elegibilidade, vedações e requisitos legais aplicáveis às indicações para órgãos estatutários.

Política de Conformidade Corporativa: Estabelece as diretrizes para a estruturação e o fortalecimento dos controles internos, a definição de papéis e responsabilidades no âmbito do modelo das Três Linhas, bem como os mecanismos de monitoramento contínuo. Abrange, ainda, os processos de identificação, avaliação e tratamento de desvios e não conformidades, com vistas à promoção da integridade, da conformidade normativa e da efetividade dos processos organizacionais.

Política de Distribuição de Dividendos: Define critérios para apuração e destinação de dividendos, assegurando governança e alinhamento financeiro.

Programa de Integridade: Integra os mecanismos de prevenção, detecção e resposta, fortalecendo a cultura ética, a transparência e o monitoramento contínuo.

Política de Divulgação de Informações: Estabelece regras para comunicação institucional, garantindo transparência, precisão e aderência aos requisitos legais e regulatórios.

Com esse conjunto de iniciativas, reconhecimentos e avanços estruturais, a ENBPar reforça seu compromisso com a boa governança, a ética pública e a eficiência administrativa, com vistas a se tornar referência nacional entre as empresas públicas federais na adoção de práticas modernas, transparentes e alinhadas aos valores do Estado brasileiro.

Para mais informações, acesse: <https://enbpar.gov.br/>, abas Governança e Integridade.

DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO

O direcionamento estratégico da ENBPar, reafirmado no Planejamento Estratégico (PE) ciclo 2026–2030 e no Plano Diretor de Negócio e Gestão (PDNG 2026), consolida a atuação da Companhia como holding estratégica responsável por coordenar subsidiárias, ativos e programas essenciais ao setor energético nacional.

Esse posicionamento reflete a missão institucional da Empresa e orienta um conjunto integrado de ações voltadas ao fortalecimento da segurança energética, ao desenvolvimento sustentável e à modernização do Estado brasileiro.

A estratégia corporativa parte do entendimento de que a ENBPar ocupa um papel singular no ecossistema energético do País: ao mesmo tempo em que detém a responsabilidade sobre empresas de alta relevância estratégica (Itaipu Binacional, Eletronuclear e INB) também conduz programas de grande impacto social e ambiental, como o Luz para Todos e o Procel.

Assim, seu direcionamento estratégico articula as agendas de energia limpa, eficiência energética, transição energética justa e fortalecimento da indústria nuclear, em alinhamento às diretrizes de governo e aos desafios estruturais do setor.

Identidade Empresarial

A Identidade Empresarial traduz os fundamentos que sustentam o posicionamento institucional da ENBPar.

Missão

Exercer o papel de holding estratégica de suas participações e gerir os Programas de Governo sob sua responsabilidade, contribuindo para a segurança energética do País e para o desenvolvimento sustentável.

Propósito

Ser reconhecida como empresa de referência na condução de negócios nucleares e em energia limpa, na gestão qualificada de Programas de Governo e na adoção de práticas ambientais, sociais e de governança alinhadas aos mais elevados padrões institucionais.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Valores

- Pessoas: valorização da dedicação, do desenvolvimento profissional e do trabalho colaborativo.
- Integridade: atuação ética, transparente e responsável em todas as instâncias da organização.
- Segurança: compromisso permanente com a segurança nuclear, operacional e institucional.
- Inovação: busca contínua por soluções modernas, eficientes e adaptadas às necessidades do setor energético.
- Excelência: aprimoramento de processos e estímulo à superação de desempenho, promovendo qualidade e confiabilidade.

Diretrizes Estratégicas

As diretrizes que orientam a atuação da ENBPar refletem sua responsabilidade como entidade pública, seu papel no fortalecimento da matriz energética nacional e sua função de coordenação estratégica das empresas do Grupo:

Holding Estratégica

Consolidar o papel da ENBPar como empresa controladora, atuando na coordenação das operações das subsidiárias, na geração de sinergias, na otimização de decisões estratégicas, na orientação de investimentos e na criação de valor de longo prazo. Essa atuação assegura alinhamento institucional, maior eficiência na gestão e fortalecimento da governança integrada do Grupo.

Sustentabilidade Econômico-Financeira

Garantir a viabilidade financeira presente e futura da Companhia e de suas subsidiárias, assegurando receitas adequadas, equilíbrio das contas, racionalidade na alocação de recursos e condições para investimentos estruturantes (especialmente os relacionados ao ciclo do combustível nuclear), à modernização de ativos e à transição energética.

Eficiência Operacional

Promover a modernização e padronização de processos, o uso de tecnologias inovadoras, a melhoria contínua e a cultura orientada a resultados, reduzindo desperdícios e elevando a produtividade sem comprometer a qualidade e a segurança das operações do Grupo.

Programas de Governo

Aprimorar a gestão dos Programas de Governo sob responsabilidade da ENBPar, com foco na universalização do acesso à energia elétrica (Luz para Todos) e na promoção da eficiência energética (Procel). A atuação nesse eixo contribui para a redução das desigualdades, a promoção do desenvolvimento regional e o avanço da transição energética no País.

Projetos Prioritários para 2026

Em 2026, a ENBPar priorizará um conjunto de cinco projetos estratégicos que representam desdobramentos concretos de suas diretrizes corporativas e estão alinhados aos desafios e oportunidades identificados no Planejamento Estratégico:

Fortalecer a indústria nuclear, apoiando a expansão e modernização da cadeia do ciclo do combustível nuclear, incluindo iniciativas relacionadas ao PROURANIO, Santa Quitéria, enriquecimento, conversão, P&D, prospecção e inovação, e consolidando o papel da ENBPar no fortalecimento da soberania nacional e da competitividade energética do Brasil.

Fortalecer o papel de Holding, consolidando a posição da ENBPar como coordenadora estratégica do Grupo, aprimorando o alinhamento de objetivos, a governança integrada e a atuação conjunta com as subsidiárias.

Estruturar a Companhia, a partir da atualização e do aprimoramento da estrutura organizacional, dos processos internos e das capacidades técnicas, assegurando coerência entre as necessidades operacionais e o papel institucional da Empresa.

Estabelecer metas de resultados, implementando um modelo robusto de gestão orientada a metas e desempenho, garantindo maior eficiência, transparência e previsibilidade na gestão da ENBPar e das empresas controladas.

Gerir com eficiência os Programas de Governo, elevando a eficácia, a qualidade e o impacto social dos programas Luz para Todos e Procel, e reforçando o compromisso da Empresa com o desenvolvimento social e a transição energética justa.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalente de caixa	4	6.258.700	5.495.534	6.476.457	6.112.769
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	199.145	966.200
Clientes	6	1.968.681	2.386.378	2.387.847	2.804.136
Tributos a compensar	7	141.269	222.863	298.113	371.328
Estoques	9	-	-	2.589.120	1.998.707
Almoxarifado		-	-	359.555	345.294
Empréstimos e financiamentos	16	109.181	159.938	69.172	144.885
Imposto de renda e contribuição social	8.1	57.257	42.263	354.090	701.533
Outros	10	776.023	1.102.698	858.548	1.182.703
		9.311.111	9.409.674	13.592.047	14.627.555
NÃO CIRCULANTE					
Realizado a longo prazo					
Fundo para descomissionamento	11	-	-	3.153.411	2.814.458
Clientes	6	-	58.012	6.439	61.167
Tributos a compensar	7	-	-	73.742	32.533
Depósitos judiciais	19.1	15	-	98.393	87.499
Estoque	9	-	-	944.574	1.289.551
Empréstimos e financiamentos	16	1.537.647	1.478.126	1.111.679	1.073.168
Impostos diferidos	8.2	270.670	283.929	332.368	339.962
Outros	10	466.911	510.438	475.046	518.370
		2.275.243	2.330.505	6.195.652	6.216.708
Investimento	12	5.844.092	6.068.554	1.337.773	1.376.425
Imobilizado	13	8.012	9.404	15.929.864	15.260.324
Intangível	14	3.523	2.579	1.221.935	1.146.157
		8.130.870	8.411.042	24.685.224	23.999.614
TOTAL DO ATIVO		17.441.981	17.820.716	38.277.271	38.627.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Fornecedores	15	3.261.508	3.926.609	4.334.059	4.870.487
Empréstimos e financiamentos	16	69.172	144.885	1.105.383	1.096.130
Tributos a recolher	17	157.491	127.318	344.467	495.220
Folha de pagamento e obrigações estimadas	18	12.262	11.439	506.664	470.975
Benefício pós-emprego	21	-	-	2.300	2.119
Incentivo de desligamento de pessoal	20	-	-	40.818	31.550
Provisões para litígios e passivos contingentes	19	-	13	130.355	143.892
Arrendamentos		3.621	3.403	35.760	25.585
Previdência privada		-	-	24.352	26.971
Encargos setoriais		-	-	118.980	138.811
Conta de comercialização de energia e Programas de Governo	22	4.779.131	3.913.445	4.779.131	3.913.445
Dividendos a pagar		44.315	94.692	47.872	98.248
Obrigações com clientes		438.902	505.519	448.970	515.377
Outros	10	27.072	510.715	64.129	547.944
		8.793.474	9.238.038	11.983.240	12.376.754
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	16	1.111.679	1.073.168	7.027.038	7.389.129
Folha de pagamento e obrigações estimadas	18	479	518	479	518
Benefício pós-emprego	21	-	-	195.946	178.963
Incentivo de desligamento de pessoal	20	-	-	-	27.420
Provisões para litígios e passivos contingentes	19	-	4.209	454.254	249.336
Arrendamentos		1.795	4.644	22.819	11.317
Previdência privada		-	-	164.535	170.280
Obrigações para desmobilização de ativos e ressarcimento excedente sobre fundo de descomissionamento	23	-	-	3.153.411	2.814.458
Outros	10	-	39.766	-	39.766
		1.113.953	1.122.305	11.018.482	10.881.187
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24				
Capital social		6.323.492	6.323.492	6.323.492	6.323.492
Reservas		828.444	686.168	828.444	686.168
Ajustes de avaliação patrimonial		382.618	450.713	382.618	450.713
		7.534.554	7.460.373	7.534.554	7.460.373
Participação de acionistas não controladores		-	-	7.740.995	7.908.855
		7.534.554	7.460.373	15.275.549	15.369.228
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.441.981	17.820.716	38.277.271	38.627.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta	25	155.335	112.732	4.351.028	4.943.462
(-) Deduções sobre a receita		(14.369)	(10.428)	(529.562)	(604.657)
Receita operacional líquida		140.966	102.304	3.821.466	4.338.805
Custos operacionais	26	-	-	(2.591.571)	(2.236.608)
RESULTADO BRUTO		140.966	102.304	1.229.895	2.102.197
Despesas operacionais	27	(47.131)	(44.434)	(1.116.085)	(1.275.880)
Resultado da equivalência patrimonial	28	27.629	69.615	179.838	156.848
Outras receitas e despesas líquidas	29	18.987	7	43.395	156.544
		(515)	25.188	(892.852)	(962.488)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		140.451	127.492	337.043	1.139.709
Receitas financeiras		175.277	97.968	722.524	517.339
Despesas financeiras		(4.209)	(3.827)	(761.232)	(918.957)
Variações cambiais		(10.799)	20.771	(1.084)	34.465
Resultado financeiro	30	160.269	114.912	(39.792)	(367.153)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		300.720	242.404	297.251	772.556
Imposto de renda e contribuição social	8.4	(107.480)	72.204	(200.568)	(97.692)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO		193.240	314.608	96.683	674.864
Participações no resultado	18	(6.649)	(6.459)	(6.649)	3.481
LUCRO DO EXERCÍCIO		186.591	308.149	90.034	678.345
Atribuível a:					
Acionistas controladores				186.591	308.149
Participação dos não controladores				(96.557)	370.196
				90.034	678.345
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	32	0,046648	0,077037		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTES	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO DO EXERCÍCIO		186.591	308.149	90.034	678.345
Outros componentes do resultado abrangente					
Itens que não serão reclassificados para o resultado					
Reserva de reavaliação, líquida dos impostos	12.2	17	98	17	98
Perdas/ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	12.2	(33.618)	79.501	(104.901)	212.571
Compra de participação societária		-	-	(20)	-
		(33.601)	79.599	(104.904)	212.669
Itens a serem posteriormente reclassificados para resultado					
Variação cambial de investida	12.2	(34.494)	67.548	(34.494)	67.548
		(34.494)	67.548	(34.494)	67.548
		(68.095)	147.147	(139.398)	280.217
Total do resultado abrangente do exercício		118.496	455.296	(49.364)	958.562
Atribuível a:					
Acionistas controladores				118.496	455.296
Participação dos não controladores				(167.860)	503.266
				(49.364)	958.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas			Lucros acumulados	Total controladora	Participação não controladores	Total consolidado	
			Legal	Lucro	Estatutária					
Em 31 de dezembro de 2024	6.323.492	450.713	44.995	357.097	284.076	-	7.460.373	7.908.855	15.369.228	
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	186.591	186.591	(96.557)	90.034	
Outros resultados abrangentes										
Variação cambial de investidas	-	(34.494)	-	-	-	-	(34.494)	-	(34.494)	
Reserva de reavaliação líquida dos impostos	-	17	-	-	-	17	17	-	17	
Perdas atuariais com planos de benefícios definidos	-	(33.618)	-	-	-	-	(33.618)	(71.283)	(104.901)	
Compra de participação societária	-	-	-	-	-	-	-	(20)	(20)	
Total do resultado abrangente do exercício	-	(68.095)	-	-	-	186.591	118.496	(167.860)	(49.364)	
<i>Destinação proposta à Assembleia Geral Ordinária:</i>										
Reserva legal	-	-	9.330	-	-	(9.330)	-	-	-	
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(44.315)	(44.315)	-	(44.315)	
Transferência entre reservas	-	-	-	(357.097)	490.043	(132.946)	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2025	6.323.492	382.618	54.325	-	774.119	-	7.534.554	7.740.995	15.275.549	
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Capital social	AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas Legal	Reservas Lucro	Reservas Estatutária	Lucros acumulados	Total controladora	Participação não controladoras	Total consolidado
Em 31 de dezembro de 2023	5.111.344	1.212.148	303.566	25.060	357.097	-	90.554	7.099.769	7.405.589	14.505.358
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	308.149	308.149	370.196	678.345
Integralização AFAC	1.212.148	(1.212.148)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes										
Variação cambial de investidas	-	-	67.548	-	-	-	-	67.548	-	67.548
Reserva de reavaliação, líquida dos impostos	-	-	98	-	-	-	-	98	-	98
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	-	-	79.501	-	-	-	-	79.501	133.070	212.571
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	147.147	-	-	-	308.149	455.296	503.266	958.562
<i>Destinação proposta à Assembleia Geral Ordinária:</i>										
Reserva legal	-	-	-	19.935	-	-	(19.935)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(94.692)	(94.692)	-	(94.692)
Transferência entre reservas	-	-	-	-	-	284.076	(284.076)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	6.323.492	-	450.713	44.995	357.097	284.076	-	7.460.373	7.908.855	15.369.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



DO LADO DO POVO BRASILEIRO

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	300.720	242.404	297.251	772.556
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:				
Depreciação e amortização	1.684	1.748	372.115	244.752
Variações cambiais não realizadas financeiramente	10.799	(20.771)	9.555	21.592
Variações monetárias	(1.084)	(1.375)	84.055	(35.322)
Encargos de dívida	-	-	544.543	528.305
Equivalência patrimonial	22.640	(449.152)	(179.838)	(156.848)
Lucro não realizado	(50.269)	379.537	(50.269)	379.537
Consumo de combustível nuclear	-	-	623.898	855.662
Rendimentos sobre fundo de descomissionamento	-	-	(427.684)	(244.198)
Reversão provisão para descomissionamento	-	-	-	(2.274.586)
Provisões ressarcimento excedente sobre fundo de descomissionamento	-	-	223.991	2.151.593
Ajuste a valor presente para desmobilização de ativos	-	-	69.522	261.987
Outros	(124)	1.402	209.321	372.440
	(16.354)	(88.611)	1.479.209	2.104.914
Cientes	475.709	434.337	77.253	552.339
Estoque	-	-	(1.231.465)	(942.039)
Tributos a compensar	121.713	(85.057)	434.564	62.316
Dividendos a Receber	-	21.366	-	21.366
Outros ativos	2.282	-	145.786	-
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais	599.704	370.646	(573.862)	(306.018)
Fornecedores	(663.706)	(278.803)	(359.642)	(335.241)
Conta de comercialização e Programas de Governo	520.523	147.991	520.523	145.992
Impostos e taxas, exceto IRPJ e CSLL	(32.621)	27.517	(111.645)	131.925
Outros Passivos	52.432	(66.237)	483.681	(359.464)
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais	(123.372)	(169.532)	532.917	(416.788)
	476.332	201.114	(40.945)	(722.806)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(90.470)	(54.513)	(189.207)	(402.709)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	670.228	300.394	1.546.308	1.751.955
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(2.938)	(4.179)	(1.121.877)	(2.103.447)
Dividendos recebidos	22.146	(10.951)	22.146	(21.902)
Aplicação/(Resgate) de títulos e valores mobiliários	-	-	933.480	470.991
Recebimento de rendimento de capital Itaipu	177.419	158.774	177.419	158.774
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	196.627	143.644	11.168	(1.495.584)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamento de encargos financeiros	-	-	(509.960)	(271.712)
Pagamento de previdência complementar	-	-	(39.935)	(5.727)
Pagamento de dividendos	(98.755)	(97.470)	(120.120)	(97.470)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	-	442.496
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	-	-	(448.422)	(273.783)
Empréstimos concedidos a controladas	-	(400.000)	-	-
Pagamento de obrigações de arrendamento - IFRS 16	(4.934)	(1.986)	(42.184)	(31.293)
Pagamento de incentivo de desligamento	-	-	(33.167)	-
Caixa líquido proveniente (utilizado nas) das atividades de financiamento	(103.689)	(499.456)	(1.193.788)	(237.489)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	763.166	(55.418)	363.688	18.882
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.495.534	5.550.952	6.112.769	6.093.887
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.258.700	5.495.534	6.476.457	6.112.769
	763.166	(55.418)	363.688	18.882

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITAS	155.335	112.739	4.351.028	5.445.554
Suprimento de energia elétrica	-	-	4.206.325	4.816.685
Ressarcimento de encargos administração e supervisão	155.335	112.732	154.016	114.580
Venda de produtos e serviços	-	-	8.188	12.197
Outras receitas	-	7	23.001	502.702
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(40.502)	(610)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(13.881)	(7.221)	(2.031.161)	(2.103.070)
Encargos da rede de transmissão	-	-	(241.334)	(240.364)
Custos de produtos e serviços vendidos	-	-	(1.581)	(51.209)
Provisões e reversões operacionais/judiciais	-	-	(429.892)	124.717
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	(623.898)	(670.607)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(13.881)	(7.221)	(734.456)	(1.265.607)
VALOR ADICIONADO BRUTO	141.454	105.518	2.319.867	3.342.484
Depreciação e amortização	(1.684)	(1.748)	(340.070)	(143.520)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO DISTRIBUÍDO PELA EMPRESA	139.770	103.770	1.979.797	3.198.964
Valor adicionado recebido em transferência	221.893	187.475	945.757	863.703
Receitas financeiras	175.277	117.860	722.524	706.855
Resultado de equivalência patrimonial	27.629	69.615	179.838	156.848
Outras receitas e despesas não operacionais	18.987	-	43.395	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	361.663	291.245	2.925.554	4.062.667
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	361.663	291.245	2.925.554	4.062.667
Colaboradores (Empregados e Administradores)	38.215	33.273	1.305.241	1.290.677
Remuneração direta	23.830	28.714	707.033	919.543
Benefícios	2.938	2.073	406.867	305.261
FGTS	2.610	2.486	68.501	65.873
Encargo social	8.837	-	122.840	-
Governo (Tributos)	121.849	(53.120)	730.130	988.363
Federais	121.849	73.799	603.571	770.682
Estaduais	-	-	436	192.619
Municipais	-	-	458	20.523
Encargos setoriais	-	52	125.665	146.448
Crédito fiscal diferido	-	(126.971)	-	(141.909)
Agentes financiadores	15.008	2.943	800.149	1.105.282
Juros	15.008	2.943	762.316	1.074.099
Aluguéis	-	-	37.833	31.183
Destinação do lucro	186.591	308.149	90.034	678.345
Lucros retidos do exercício	142.276	213.457	45.719	583.653
Dividendos	44.315	94.692	44.315	94.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS (Em Milhares de Reais)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBPar (“ENBPar” ou “Companhia” ou “Controladora”) é uma empresa pública, organizada sob a forma de sociedade anônima. A Controladora foi criada a partir do Decreto nº 10.791/2021 e constituída em 04 de janeiro de 2022, com sua sede fixada no Centro Empresarial Parque da Cidade Corporate, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701, 702, 704, 705 e 801, Asa Sul, CEP 70.308-200, Brasília – Distrito Federal.

A Controladora tem como atividades manter sob o controle da União a operação das usinas nucleares, por meio da Eletronuclear S.A. (Eletronuclear) e as atividades relacionadas à extração e produção de urânio no país, exercidas das Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB), bem como manter a titularidade do capital social e viabilizar a aquisição dos serviços de eletricidade da Itaipu Binacional (Itaipu) por órgão ou por entidade da Administração Pública Federal, a fim de atender ao disposto no Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai (Tratado de Itaipu), gerir contratos de financiamento que utilizem os recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), operacionalizar e gerir os instrumentos contratuais do programa Luz para Todos (LPT), administrar os bens da União (BUSA), administrar o Procel e gerir contratos de comercialização de energia gerada pelos empreendimentos contratados no âmbito do Proinfa.

✓ Eletronuclear

A Eletronuclear tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica por elas decorrente e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Dentro do escopo desse objeto, a Eletronuclear exerce as atividades de exploração das usinas de Angra 1 e 2, bem como a construção da terceira unidade nucleoeletrônica, denominada usina Angra 3.

✓ Indústrias Nucleares do Brasil S.A (INB)

A INB atua no setor nuclear como executora da atividade monopolizada conferida à União, denominada Ciclo do Combustível Nuclear, englobando as etapas industriais de produção relacionadas à exploração de urânio, desde a etapa de mineração e beneficiamento do concentrado de urânio até a fabricação de componentes e montagem final dos elementos combustíveis que acionam os reatores nas usinas nucleares.

✓ Itaipu Binacional

A Itaipu é uma Entidade Binacional criada e regida, em igualdade de direitos e obrigações, pelo Tratado assinado em 26 de abril de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, também citados no referido documento como Altas Partes, sendo seu capital pertencente, atualmente, em partes iguais à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar e à Administración

Nacional de Electricidad (ANDE). Cada empresa tem a participação de 50% do capital social e ela é regida pelo Tratado Binacional e seus Anexos. A Itaipu Binacional é classificada contabilmente como investimento com controle conjunto, nos termos do CPC 19 / IFRS 11.

Gestão dos recursos relativos a fundos setoriais e programas governamentais

✓ Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)

Instituído pela Lei nº 10.438/2002, o Proinfa representa um marco estratégico na diversificação da matriz energética brasileira. Por meio do aproveitamento de fontes energéticas locais, o programa incorporou ao Sistema Interligado Nacional (SIN) 131 novos empreendimentos, dos quais 60 são Pequenas Centrais Hidrelétricas (1.159,24 MW), 52 usinas eólicas (1.282,52 MW) e 19 usinas térmicas movidas a biomassa (533,34 MW), totalizando uma capacidade instalada de 2.975,10 MW.

Em 1º de junho de 2023, as competências relativas à gestão dos contratos do Proinfa foram transferidas para a ENBPar, consolidando o papel estratégico da Controladora no setor energético nacional.

Desde o início da operação do primeiro empreendimento viabilizado pelo Proinfa, em 2006, até 31 dezembro de 2025, aproximadamente 161,32 milhões de MWh foram adicionados ao SIN. Essa expressiva contribuição reforça o impacto positivo do programa na evolução e na diversificação da matriz energética brasileira.

Em 27 de janeiro de 2026, foi publicado o Decreto nº 12.934/2026 (evento subsequente à data-base), que dispõe sobre as condições e os procedimentos para a prorrogação do período de suprimento dos contratos de compra e venda de energia elétrica no âmbito do Proinfa.

A partir da publicação do referido Decreto, a gestão do Programa iniciou as análises e providências necessárias para o atendimento às exigências regulatórias nele estabelecidas, em consonância com o arcabouço normativo vigente.

Encontra-se em fase de elaboração a documentação aplicável à prorrogação dos contratos, as quais deverão ser disponibilizadas no site oficial do Proinfa no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do Decreto. E em continuidade aos procedimentos mencionados, os aditivos deverão ser assinados até a data limite de 31 de março de 2026.

✓ Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel)

Criado pela Portaria Interministerial nº 1.877/1985, o Procel tem como missão promover o uso eficiente da energia elétrica e combater desperdícios. Somente nos últimos cinco anos, as ações do programa proporcionaram 114,55 bilhões de kWh em economia de energia. Essa economia tem um impacto direto e crucial na transição energética em quatro eixos centrais:

1. Fomento ao uso racional de recursos naturais: por meio de medidas de eficiência energética uma quantidade menor de recursos naturais é necessária para a geração de energia;



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



- II. Postergação de investimentos: ao reduzir a demanda total de energia e aumentar a economia no uso de energia, a pressão sobre o sistema existente é reduzida, o programa contribui para um planejamento de expansão de infraestrutura mais gradual e menos oneroso, postergando investimentos imediatos em novas infraestruturas de geração, transmissão e distribuição de energia;
- III. Redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE): a aplicação de medidas de eficiência energética possibilita a redução na emissão de GEEs ao diminuir o consumo de energia, especialmente a proveniente de fontes fósseis como carvão, petróleo e gás natural. Isso ocorre porque a produção de energia a partir desses combustíveis é uma das principais fontes de emissão de GEE, responsáveis por agravar as mudanças climáticas;
- IV. Aumento de competitividade e inovação do país: a eficiência energética impacta positivamente a competitividade do país por meio de múltiplos fatores, principalmente pela redução de custos operacionais, aumento da produtividade e melhoria da sustentabilidade ambiental. Ela também impulsiona a inovação, incentivando o desenvolvimento e a adoção de novas tecnologias, como inteligência artificial para gestão energética e equipamentos mais modernos.

A governança do Programa foi modernizada pela Lei nº 13.280/2016, que alterou parcialmente a Lei nº 9.991/2000, criando o Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAR) e instituindo o Comitê Gestor de Eficiência Energética (CGEE), responsável por aprovar projetos e rubricas, acompanhar execução e avaliar resultados em relação aos investimentos do PAR, com transparência e participação social. O CGEE é composto pelo Ministério de Minas e Energia (MME); ENBPar; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI); Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); Confederação Nacional da Indústria (CNI); Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE); e Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE).

A governança conta ainda com o Grupo Coordenador de Conservação de Energia Elétrica (GCCE), que tem ampla representatividade por meio dos entes acima e entes como o Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Confederação Nacional do Comércio (CNC), entre outros. O GCCE tem por objetivo a definição de metas do Procel, a análise das prestações de contas e a elaboração de planos de cada PAR Procel.

Os recursos do Procel têm natureza de fundo e correspondem a um percentual da Receita Operacional Líquida (ROL) de concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, conforme a Lei nº 9.991/2000.

Em junho de 2023, a gestão do Procel foi oficialmente transferida para a ENBPar, como Secretaria Executiva do programa, consolidando um novo ciclo de governança e transparência. Essa transição simboliza o fortalecimento de uma agenda estratégica para o Brasil, alinhada à transição energética global e a urgência imposta pela emergência climática.

A ENBPar, como Secretaria Executiva do Procel, atua na execução das ações previstas no PAR e administração do saldo da conta corrente do Procel, incluindo:

- suporte na seleção e análise de projetos propostos de cada PAR Procel;
- atividades do Selo Procel;
- gestão do portal eletrônico do Procel;
- estruturação e execução de chamadas públicas do PAR Procel;
- estruturação e gestão de projetos do PAR Procel;
- prestação de contas dos recursos aplicados em cada PAR Procel;
- monitoramento e reporte das atividades do Programa; e
- prestação de contas à sociedade.

✓ Reserva Global de Reversão - RGR

A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo setorial do setor elétrico brasileiro, criado para financiar investimentos públicos voltados à expansão, à modernização e à melhoria da infraestrutura, contribuindo para a continuidade e a qualidade do serviço prestado à população. Instituída pelo Decreto nº 41.019/1957 e regulamentada pela Lei nº 5.655/1971, a RGR é composta por recursos pagos pelas concessionárias.

Esses recursos são utilizados, entre outras finalidades, para permitir que o poder público assumira os bens e instalações utilizados na prestação do serviço quando uma concessão se encerra, evitando a interrupção do atendimento à população, além de apoiar a ampliação e a modernização dos sistemas de geração, transmissão e distribuição e assegurar a continuidade e a qualidade do fornecimento à população. Desde 2016, a administração financeira da RGR é realizada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), conforme a legislação vigente.

A ENBPar é responsável pela gestão e acompanhamento dos contratos de financiamento da RGR firmados até 17 de novembro de 2016, atuando no controle, na fiscalização e na adequada recuperação dos recursos públicos, em observância aos princípios da transparência, governança e eficiência.

✓ Bens da União sob Administração - BUSA

O Decreto nº 1.383/1974, convertida na Lei nº 14.120/2021, por meio do novo art. 2º, inciso III, determinou que os bens e instalações encampados e desapropriados, com recursos da conta da RGR, ficariam integrados à mesma conta como patrimônio da União em regime especial de utilização no serviço público de energia elétrica, sob a administração da ENBPar até que sejam: i) alienados; ii) transferidos à administração dos concessionários, dos permissionários ou dos autorizados de geração, de transmissão ou de distribuição de energia elétrica; ou iii) transferidos à gestão da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia.

✓ Luz Para Todos - LPT

De acordo com o Decreto nº 11.628/2023, o Programa Luz para Todos tem como objetivo promover o acesso à energia elétrica à população do meio rural e aos residentes de regiões remotas da Amazônia Legal que ainda não dispõem desse serviço público de distribuição. No exercício da função de Agente Operacionalizador do Programa, a ENBPar tem como principais atribuições a análise dos Programas de Obras, a assinatura, a gestão e a fiscalização dos contratos do Programa Luz para Todos junto às distribuidoras de energia elétrica, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida da população do meio rural e das regiões remotas da Amazônia Legal.

2 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1 – Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais do Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além das disposições contidas na legislação societária brasileira. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas na gestão da Administração da Controladora e suas controladas.

Foi aprovada, em reunião realizada no dia 31 de março de 2026 pelo Conselho de Administração da ENBPar, a emissão das demonstrações financeiras.

2.2 – Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Controladora, no processo de aplicação das práticas contábeis, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. As transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento ou envolvem maior grau de complexidade estão descritos na Nota explicativa 3.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico,

exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados a seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado utilizando outra técnica de avaliação.

2.3 – Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da ENBPar, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 – Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão relacionadas a seguir:

2.4.1 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e a gestão de caixa.

2.4.1.1 – Caixa restrito

O caixa restrito é composto por depósitos bancários e aplicações financeiras mensuradas ao valor justo, sendo os recursos arrecadados pelos respectivos fundos utilizados exclusivamente para atender às suas disposições regulamentares, não estando disponíveis para a operação. Estão disponíveis para operações designadas da conta de comercialização de energia elétrica de Itaipu, Proinfa, Procel e RGR.

2.4.2 – Títulos e valores mobiliários

São referentes às aplicações financeiras destinadas à compra de ativo fixo, fundo para descomissionamento e outras atividades de investimento, de curto e longo prazo. São inicialmente mensurados a valor justo e, posteriormente, pelo valor justo por meio do resultado (VJR).

2.4.2.1 – Fundo para descomissionamento

O Fundo de Descomissionamento (FDES) é classificado como ativo financeiro mensurado ao VJR, sendo, como regra geral, apresentado no ativo não circulante em razão de sua vinculação às obrigações futuras de descomissionamento. Os ganhos e perdas decorrentes da mensuração a valor justo são reconhecidos no resultado do exercício. Contudo, quando houver intenção e expectativa de utilização dos recursos no prazo de até doze meses após a data-base das demonstrações financeiras, o montante correspondente é reclassificado para o ativo circulante, em conformidade com os critérios de classificação estabelecidos no CPC 26 (R1) (IAS 1).

2.4.3 – Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber das concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no SIN, pela venda de energia elétrica no decurso normal das atividades da Controladora e da Eletronuclear, e pela venda de produtos e serviços pela INB.

As contas a receber de clientes são contabilizadas com base no regime de competência, sendo reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, menos a PECLD. Os valores são baixados da provisão e reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

As contas a receber são normalmente liquidadas no seu respectivo vencimento.

2.4.4 – Imposto de renda de pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ e CSLL)

As despesas de IRPJ e CSLL do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto se estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, se aplicável.

Os encargos de IRPJ corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder o limite estabelecido em lei. A CSLL é calculada à alíquota de 9%. Ambos os tributos consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício, quando aplicável.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível para compensação.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los na apuração dos tributos correntes.

2.4.5 – Estoque

O estoque é apresentado pelo custo médio de aquisição ou pelo valor líquido de mercado/realização ou pelo valor de produção e não excede os custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

2.4.5.1 – Estoque de combustível nuclear

Os materiais em estoque de combustível são classificados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo estimado de consumo. Os elementos de combustível nuclear estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado (PCU) e são apropriados ao resultado em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica. O estoque de combustível é composto pelo concentrado de urânio em estoque, os serviços correspondentes e os elementos de combustível nuclear utilizados nas usinas Angra 1 e 2.

2.4.5.2 – Estoque de matéria-prima, produtos em elaboração e produtos acabados

Os materiais em estoque são classificados no ativo circulante, representam a matéria-prima, produtos em elaboração e produtos acabados, que são compostos por urânio natural, enriquecido e em diversos teores; concentrado de urânio; pastilhas; e outros.

2.4.6 – Ativos financeiros decorrentes de contratos com o poder concedente

A Controladora e suas controladas reconhecem ativo financeiro decorrente de contrato com o poder concedente quando possuem direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente, em contraprestação pela construção, melhoria, operação ou manutenção de ativo pertencente ao setor público, conforme previsto na ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

O ativo financeiro é inicialmente reconhecido pelo valor justo e subsequentemente mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

2.4.7 – Investimentos

2.4.7.1 – Investimentos da Controladora

Os investimentos da Controladora em suas controladas são registrados pelo método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 18 (R3) / IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. De acordo com esse método, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição e, posteriormente, ajustados pela participação da Controladora nos resultados e nos outros resultados abrangentes das investidas, após a data da aquisição.

Os resultados auferidos pelas investidas são reconhecidos no resultado da Controladora, enquanto as variações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido das investidas são refletidas em outros resultados abrangentes. Os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos ou a receber reduzem o valor contábil do investimento.

Quando houver indícios de perda por desvalorização, o valor recuperável dos investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial é avaliado nos termos do CPC 01(R1) / IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



2.4.7.2 - Critérios de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas (Consolidado) abrangem as demonstrações da Controladora e de suas controladas Eletronuclear e INB, conforme definido no CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas. O controle de uma entidade sobre a outra é caracterizado quando a Controladora possui, direta ou indiretamente, poder sobre a investida, exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e capacidade de utilizar seu poder para afetar tais retornos.

As políticas contábeis das controladas são harmonizadas às práticas adotadas pela Controladora, quando necessário.

Os saldos, transações, receitas e despesas entre as empresas consolidadas são integralmente eliminados. A participação de não controladores, quando aplicável, é apresentada separadamente no patrimônio líquido e no resultado consolidado.

2.4.8 – Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição dos ativos e, no caso de ativos qualificáveis, também inclui os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

Os itens do ativo imobilizado referem-se, substancialmente, à infraestrutura para geração de energia elétrica, produção industrial e bens corporativos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando estão prontos e em operação. A depreciação reconhecida é mensurada com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear.

A Eletronuclear considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, que são tidas como aceitáveis pelo mercado, limitada a data da licença de operação das usinas.

Na Controladora e na INB a depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada de cada bem.

Os ativos de Direito de uso são depreciados pela vida útil ou por um período inferior, se aplicável, conforme os termos do respectivo contrato de arrendamento.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos do imobilizado incluem a estimativa de custos de desmobilização de suas unidades operativas, nos termos do que estabelece o CPC 27 - Ativo imobilizado (Nota explicativa 13).

Os ganhos e as perdas de alienações são reconhecidos em "outras receitas e despesas, líquidas" na demonstração do resultado.

2.4.9 – Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos respectivos ativos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

2.4.10 – Valor recuperável dos ativos

A Controladora e suas controladas avaliam periodicamente se há alguma indicação de que seus ativos não financeiros tenham sofrido alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa que reflete uma avaliação atual de mercado e/ou custo de oportunidade da Controladora e de suas controladas, do valor da moeda no tempo e dos riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros foi efetuada.

2.4.11 – Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação diretamente atribuíveis, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Quando os seus termos contratuais são modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado. Quando tal modificação for substancial, o financiamento original é extinto e reconhecido um novo passivo financeiro, com impacto no resultado.

2.4.12 – Participação nos lucros e resultados (PLR) e Remuneração variável anual (RVA)

A Controladora e suas controladas devem reconhecer o custo esperado dos pagamentos de PLR quando tiverem uma obrigação legal de eventos passados e essa obrigação pode ser estimada de forma confiável. O Programa RVA regula a participação dos diretores executivos nos resultados, conforme legislação vigente e diretrizes da Secretaria de Coordenação das Estatais (SEST). O pagamento é condicionado ao tempo de serviço e ao cumprimento de metas previamente estabelecidas.

2.4.13 – Provisões para litígios e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes para obrigações presentes resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões para contingências judiciais são reconhecidas quando uma contingência representa provável saída de recursos para liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com outros processos, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

2.4.14 – Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego representam estimativas atuariais relevantes e materialmente significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, em razão do seu horizonte de longo prazo, da sensibilidade às premissas econômicas e demográficas e dos potenciais impactos sobre o patrimônio líquido e o resultado abrangente.

2.4.14.1 – Eletronuclear S.A.

2.4.14.1.1 – Obrigações de aposentadoria

A Eletronuclear patrocina planos de benefícios pós-emprego classificados como planos de benefício definido e planos de contribuição definida, financiados por meio de contribuições a fundos constituídos com base em avaliações atuariais periódicas.

Nos planos de contribuição definida, a Eletronuclear realiza contribuições fixas a uma entidade separada, não possuindo obrigações legais ou construtivas adicionais após o pagamento das contribuições devidas. As contribuições são reconhecidas como despesa no resultado do exercício quando incorridas, sendo eventuais pagamentos antecipados registrados como ativo, na medida em que representem direito a reembolso ou redução de contribuições futuras.

Nos planos de benefício definido, o valor do benefício a ser recebido pelo empregado é determinado com base em fatores como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesses planos, a Eletronuclear assume o risco atuarial e possui a obrigação de complementar os benefícios caso os ativos do plano não sejam suficientes para honrar os compromissos assumidos.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial corresponde ao valor presente da obrigação de benefício definido na data-base, deduzido do valor justo dos ativos do plano. A obrigação é apurada anualmente por atuários independentes, com base no método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações é calculado mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros estimados, utilizando taxas compatíveis com títulos de mercado denominados na mesma moeda dos benefícios e com prazos semelhantes aos das obrigações.

Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes principalmente de alterações nas premissas atuariais e da diferença entre o retorno esperado e o retorno efetivo dos ativos do plano, são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes. Os custos de serviços passados são reconhecidos integralmente no resultado, em que ocorrem as alterações nos planos.

2.4.14.1.2 – Outras obrigações pós-emprego

A Eletronuclear concede a seus empregados benefícios de assistência médica pós-aposentadoria, bem como seguro de vida para empregados ativos e inativos. O direito a esses benefícios, em geral, está condicionado ao cumprimento de requisitos de idade, tempo mínimo de serviço ou à ocorrência de invalidez enquanto empregado ativo.

As obrigações decorrentes desses benefícios são mensuradas com base em metodologia atuarial similar à aplicada aos planos de benefício definido. Os custos são apropriados ao longo do período de prestação dos serviços, e os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes.

2.4.14.1.3 – Benefícios de rescisão

Os benefícios de rescisão são reconhecidos quando a Eletronuclear não pode mais retirar a oferta de tais benefícios ou quando reconhece custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25 / IAS 37 e envolvam o pagamento desses benefícios, o que ocorrer primeiro.

Nos casos de programas de desligamento voluntário, os benefícios são mensurados com base na melhor estimativa do número de empregados que se espera que aceitem a oferta. Os benefícios com vencimento superior a doze meses após a data-base são ajustados a valor presente, quando aplicável.

2.4.14.2 – INB

2.4.14.2.1 – Plano de benefício definido

A INB mantém plano de benefício definido destinado a assegurar aos seus participantes renda vitalícia pós-emprego em patamar semelhante ao da fase ativa, por meio da complementação dos benefícios pagos pela previdência social, bem como o pagamento de pensões aos dependentes.

Os benefícios abrangem auxílio-doença, aposentadorias por invalidez, idade, tempo de contribuição, aposentadorias especiais e respectivas modalidades antecipadas, abono anual e pensão por morte.

O custeio do plano é realizado por meio de contribuições dos participantes (ativos e assistidos) e das patrocinadoras. As contribuições formam as provisões necessárias à garantia do pagamento dos benefícios contratados. Os recursos arrecadados e os resultados da sua gestão constituem um patrimônio coletivo, administrado de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), nos termos da Resolução nº 4.994/2022.

2.4.15 – Arrendamentos

A Controladora e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamentos mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos sem refletir a inflação futura projetada. Os pagamentos são descontados pela taxa incremental sobre empréstimos da Eletronuclear, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas. Na Controladora a taxa aplicada é com base na inflação projetada da época, a qual representava o custo de oportunidade da empresa na ocasião.

Remensurações refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado). As remensurações são reconhecidas no passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

Os juros e outras despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil. O direito de uso adquirido por meio de arrendamento financeiro está classificado no ativo não circulante sendo depreciado pelo prazo do arrendamento.

2.4.16 – Obrigação para desmobilização de ativos (Descomissionamento)

O descomissionamento de usinas nucleares pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

Conforme previsto no pronunciamento IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, equivalente ao CPC 25, é constituída provisão ao longo do tempo de vida útil econômica de usinas termonucleares. O objetivo de tal provisão é alocar ao respectivo período de operação os custos a serem incorridos com sua desativação técnico-operacional, ao término da sua vida útil, estimada em quarenta anos.

Nos termos do CPC 27 e ICPC 12, a Eletronuclear contabilizou no ativo imobilizado, em contrapartida ao passivo não circulante, os valores das estimativas aprovadas. O custo total estimado é descontado a valor presente, com base em taxa que represente o custo de capital e registrado no imobilizado, em contrapartida à obrigação para desmobilização de ativos. A Eletronuclear revisa anualmente os valores da provisão do passivo para descomissionamento.

Mensurada pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização das usinas nucleares, quais sejam: o desmantelamento e a descontaminação dos materiais, equipamentos e instalações, os quais incorrerão no término da vida útil econômica das usinas, tendo como contrapartida o respectivo imobilizado.

2.4.17 – Reconhecimento de receita

A norma estabelece um modelo de cinco etapas, sendo elas: (1) identificação do contrato; (2) identificação das obrigações de desempenho separadas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho separadas; e (5) reconhecimento da receita, para determinar quando reconhecer a receita e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber.

A receita é reconhecida dependendo se determinados critérios são cumpridos:

- (i) Com o passar do tempo, de uma forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou
- (ii) Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

A receita da Controladora e de suas controladas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda e comercialização de energia, prestação de serviços e venda de produtos. A receita proveniente da venda de geração e comercialização de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos do contrato de fornecimento.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



2.4.18 – Resultado financeiro

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira.

São registrados também os juros dos passivos de arrendamentos, os efeitos dos encargos dos títulos de dívidas sobre empréstimos, financiamentos e os ganhos e perdas referente às aplicações financeiras. Maiores informações sobre as práticas contábeis das transações citadas podem ser observadas nas respectivas notas explicativas.

2.4.19 – Transações entre partes relacionadas

As transações com partes relacionadas da Controladora e suas controladas são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, em condições semelhantes as praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável.

2.4.20 – Demonstração do valor adicionado (DVA)

Conforme o artigo 7º da Lei nº 13.303/2016, as disposições da Lei nº 6.404/1976 sobre escrituração e demonstrações financeiras aplicam-se a empresas públicas, sociedades de economia mista de capital fechado e suas subsidiárias, incluindo a obrigatoriedade de auditoria independente.

A legislação exige que Controladoras abertas elaborem e divulguem a DVA como parte das demonstrações financeiras. Para empresas de capital fechado, a DVA é obrigatória segundo o CPC 09, aprovado pela Deliberação Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 557/08. No IFRS, sua apresentação não é exigida.

A DVA detalha a riqueza gerada pela empresa e sua distribuição entre empregados, governo, acionistas e outros stakeholders.

2.4.21 – Adoção de novas normas e interpretações

A Administração avaliou a aplicação das alterações e novas interpretações aos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e às normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e concluiu que não houve impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício. As normas e interpretações aplicáveis são apresentadas a seguir:

a) Novas normas e interpretações vigentes e aplicáveis a Controladora e suas controladas ao exercício de 2025:

Norma revisada	Alterações	Aplicável a partir
CPC 26 / IAS 1	Alterações na classificação de passivos como circulantes ou não circulantes, com ênfase no passivo não circulante com cláusulas restritivas (covenants).	01/01/2024
CPC 06 / IFRS 16	Alterações sobre o passivo de arrendamento em operações de venda e leaseback, com novos requisitos para reconhecimento e mensuração de transações de retroarrendamento.	01/01/2024
CPC 03 / IAS 7 e CPC 40 / IFRS 7	Alterações relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (supplier finance arrangements), exigindo divulgações adicionais sobre os efeitos desses acordos sobre passivos e fluxos de caixa.	01/01/2024
O CPC 10 / Resolução CVM nº 223	Requisitos para reconhecimento, mensuração e divulgação de Créditos de Carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (allowances) e Créditos de Descarboxinação (CBIO).	01/01/2025 (aplicação retrospectiva, quando aplicável)
CPC 02 / IAS 21	Alterações relacionadas à falta de conversibilidade da moeda, com critérios de mensuração e divulgações adicionais.	01/01/2025

b) Novas normas e interpretações ainda não vigentes:

Norma revisada	Alterações	Aplicável a partir
IFRS S1 e IFRS S2*	Normas relacionadas à divulgação de informações de sustentabilidade e clima (ESG), estabelecendo requisitos para transparência e relatórios corporativos.	Exercícios a partir de 2026
IFRS 7 / CPC 40	Emendas que estabelecem requisitos de divulgação relativos a: (i) investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes.	01/01/2026
IFRS 9 / CPC 48	Emendas relacionadas à liquidação de passivos financeiros por meio de sistemas de pagamento eletrônico e à avaliação das características contratuais de fluxo de caixa dos ativos financeiros.	01/01/2026
IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40	Alterações relacionadas à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros e contratos vinculados à energia cuja geração dependa de fenômenos naturais.	01/01/2026
IFRS 18 / CPC 51	Nova estrutura para apresentação da demonstração do resultado, com categorias operacionais, de investimento e financiamento, além de novos subtópicos e divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027

* As normas IFRS S1 e IFRS S2, que tratam das divulgações relacionadas à sustentabilidade e ao clima, passarão a ser divulgadas no Brasil a partir de 2026, como relatórios obrigatórios para empresas de capital aberto e entidades reguladas pela CVM. A ENBPar está avaliando a aplicabilidade dessas normas no âmbito do Grupo, bem como eventuais impactos em suas práticas de divulgação e reporte de informações relacionadas à sustentabilidade.

3 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Controladora deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contabilizados como receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que forem efetuados, caso impactem apenas esse período, ou de forma prospectiva, caso também afetem períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Controladora, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos é inerentemente incerta, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Controladora pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em períodos futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Controladora e de suas controladas, a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios.

3.1 – Provisão para redução do valor recuperável (Impairment) de ativos

A Administração da Controladora e de suas controladas considera premissas e dados técnicos para elaboração do teste de determinação de recuperação de ativos. Nesta prática, são aplicadas premissas, baseadas na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa e práticas de

avaliação comumente utilizadas no mercado. Para determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação à taxa de desconto. Tais premissas podem, eventualmente, não se verificarem no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada.

A vida útil adotada está de acordo com as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens em vigor.

Diversos eventos incertos também compõem as premissas utilizadas pela Controladora e suas controladas, dentre eles: as tarifas futuras para venda de energia elétrica; a data da entrada em operação de empreendimento em construção; a taxa de crescimento da atividade econômica no país.

3.2 – Provisão para desmobilização de ativos

A Eletronuclear reconhece provisão para obrigações com a desativação de ativos relativos às suas usinas termoeletricas. Para determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação à taxa de desconto, ao custo estimado para a desativação e remoção de todas as usinas dos locais e à época esperada dos referidos custos. A estimativa dos custos é baseada nos requerimentos legais, regulatórios e ambientais para a desativação e remoção de todas as usinas em conjunto, assim como os preços de produtos e serviços a serem utilizados no final da vida útil.

3.3 – Obrigações atuariais

Nas controladas Eletronuclear e INB, as obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes das existentes e registradas atualmente (Nota explicativa 21).

3.4 – Provisões e passivos contingentes

A provisão para risco trabalhista, tributário, ambiental e cível é reconhecida conforme CPC 25, quando há obrigação presente (legais ou presumidas) resultante de evento passado, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores, com base na avaliação dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados, não sendo constituída provisão.

Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis (Nota explicativa 19).

3.5 – Provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A Controladora e as suas controladas adotaram a abordagem simplificada e calculam a perda esperada, com base na expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida útil do instrumento financeiro de acordo com o IFRS 9.

Considera-se um ativo financeiro inadimplente quando for improvável que o credor pague integralmente suas obrigações com a Controladora e suas controladas.

3.6 – Avaliação de instrumentos financeiros

A Controladora e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros sob duas categorias: custo amortizado e valor justo por meio de resultado. A classificação depende do modelo de negócio no qual o instrumento financeiro é mantido e nas características de fluxo de caixa contratual. Os valores justos dos instrumentos financeiros são determinados com base em preços de mercado ou técnicas de avaliação (Nota explicativa 36).

3.7 – Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Eletronuclear considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os seus passivos de arrendamento.

A Controladora considera como taxa incremental a projeção da inflação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice utilizado nos contratos base para os arrendamentos.

3.8 – Determinação da vida útil dos ativos

A Eletronuclear registra depreciação acelerada sobre o ativo cujo término de vida útil supera a data da licença de operação das usinas.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

3.9 – Consumo de combustível nuclear

A Eletronuclear efetua acompanhamento mensal do desempenho dos elementos combustíveis por meio do sistema Cadastro de Combustível Nuclear (CCN), que proporcionaliza os custos de aquisição das cargas de combustíveis nucleares para cada elemento de combustível nuclear no momento da inclusão no sistema e calcula mensalmente o consumo de cada elemento. Este consumo (amortização) é registrado contabilmente com base no relatório gerado pelo CCN, que apresenta a queima (consumo) mensal, a queima acumulada mensalmente e o saldo residual dos elementos combustíveis que compõem o núcleo do reator.

3.10 – Tratamentos fiscais incertos

A Eletronuclear está em processo de revisão tributária e, nesse contexto, é importante destacar que ela adota um julgamento contábil crítico ao avaliar se é provável que as suas posições tributárias serão aceitas pelas autoridades fiscais, essa questão pode impactar as demonstrações financeiras.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os critérios de classificação e mensuração de caixa e equivalentes de caixa estão descritos na Nota explicativa 2.4.1. A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa da Controladora e do Consolidado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	-	-	21.087	25.527
Aplicações financeiras	997.801	748.788	1.194.471	1.340.496
Banco do Brasil (a)	858.399	645.383	1.055.068	1.237.091
Caixa Econômica Federal (b)	139.402	103.405	139.403	103.405
Caixa restrito (c)	5.260.899	4.746.746	5.260.899	4.746.746
Proinfa	2.409.499	2.019.298	2.409.499	2.019.298
Procel	1.371.260	1.261.424	1.371.260	1.261.424
Comercialização de energia de Itaipu	1.480.140	1.466.024	1.480.140	1.466.024
	6.258.700	5.495.534	6.476.457	6.112.769

a) As aplicações financeiras no fundo BB Extramercado FAE 2 FI apresentaram rentabilidade acumulada em 2025 de 14,70% na Controladora e de 14,72% na INB (em 2024, 9,21% na ENBPar e 9,20% na INB). No Consolidado, a variação decorre, principalmente, da redução das aplicações financeiras livres mantidas no Banco do Brasil pela INB, em função da realocação dos recursos para fundos com destinação específica, notadamente o Fundo Estatutário de Desmobilização e Descomissionamento (FDD) e o Fundo de Inovação e Atualização Tecnológica (FATI), em conformidade com os normativos internos da Controladora.

b) As aplicações financeiras no fundo Caixa Extramercado IFRM 1 apresentaram rentabilidade acumulada em 2025 de 14,67% na Controladora (em 2024 de 9,20%).

c) O caixa restrito somente pode ser utilizado para suas respectivas atividades relacionadas. O montante compreende os saldos das contas de aplicações financeiras destinadas e relacionadas à atividade de comercialização da energia elétrica de Itaipu e programas de governo, administradas pela Controladora. Os recursos estão aplicados no fundo BB Extramercado FAE 2 FI, com rentabilidade acumulada em 2025 de 14,70% (em 2024, foi de 9,21%).



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



5 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários referem-se a aplicações financeiras realizadas pela Eletronuclear em fundos de investimento de renda fixa, mantidas com o objetivo de gestão de liquidez e de atendimento a finalidades específicas, incluindo obrigações regulatórias associadas ao descomissionamento de usinas nucleares.

Esses ativos são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, nos termos do CPC 48 / IFRS 9, uma vez que não atendem aos critérios para mensuração ao custo amortizado e não se qualificam como equivalentes de caixa, considerando suas características de resgate, volatilidade de valor e finalidade específica.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os títulos e valores mobiliários consolidados, integralmente atribuíveis à Eletronuclear, apresentavam a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
BB Extramercado FAE 2 FI	111.003	559.548
BB Extramercado FAE 2 -FDES	88.142	406.652
	199.145	966.200

A aplicação no fundo BB Extramercado FAE 2 FI apresenta perfil de baixo risco, compatível com a política de investimentos da Eletronuclear, conforme descrito na Nota 33.3 – Gestão de Riscos Financeiros, tendo registrado rentabilidade acumulada de 14,71% em 2025 (9,21% em 2024).

O fundo BB Extramercado corresponde diretamente ao Fundo de Descomissionamento, constituído para suportar obrigações futuras relacionadas ao descomissionamento das usinas nucleares, conforme exigências regulatórias aplicáveis. Os recursos desse fundo mantêm relação econômica direta com o passivo constituído para descomissionamento, contribuindo para a mitigação do risco financeiro associado a essas obrigações de longo prazo. A aplicação do BB Extramercado DESC acumulou 15,74% de rentabilidade em 2025 (6,71% em 2024).

Em 5 de fevereiro de 2025, foi realizado resgate parcial do Fundo de Descomissionamento (FDES), no montante de R\$ 406.652, referente ao ressarcimento de encargos tributários incorridos no período de 2010 a 2023, originalmente pagos com recursos de caixa não restrito da Eletronuclear, decorrentes da tributação incidente sobre os rendimentos do fundo.

O resgate foi efetuado de forma limitada e criteriosa, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro entre o ativo do Fundo de Descomissionamento e o respectivo passivo constituído, com base nos saldos apurados em 31 de dezembro de 2024, não acarretando impacto adverso relevante sobre o resultado do exercício nem sobre a capacidade da Eletronuclear de cumprir suas obrigações regulatórias futuras.

6 – CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento/Fornecimento de energia				
Energia contratada (a)	1.877.941	2.184.125	2.294.553	2.601.883
Energia de curto prazo	32.728	86.123	32.728	86.123
Outros clientes	58.012	174.142	67.005	177.297
	1.968.681	2.444.390	2.394.286	2.865.303
Circulante	1.968.681	2.386.378	2.387.847	2.804.136
Não circulante	-	58.012	6.439	61.167
	1.968.681	2.444.390	2.394.286	2.865.303

a) A variação decorre principalmente da diminuição da quantidade de potência contratada da Usina Hidrelétrica (UHE) Itaipu, conforme estabelecido na Resolução Homologatória nº 3.836.

A ENBPar realiza o faturamento da energia adquirida de Itaipu para 33 distribuidoras do Brasil. O faturamento foi realizado mensalmente, com base na Resolução Normativa nº 1.009/2022, da ANEEL, para todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no SIN.

No âmbito do Proinfa, o faturamento decorre do Plano Anual do Proinfa (PAP), elaborado pela ENBPar e submetido à homologação da ANEEL, o qual estabelece as quotas anuais de energia e de custeio do Programa.

A composição do contas a receber por vencimento está demonstrada a seguir:

Suprimento/Fornecimento de energia	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	1.968.681	2.312.195	2.394.286	2.733.108
Vencidos até 90 dias (b)	-	132.195	-	132.195
	1.968.681	2.444.390	2.394.286	2.865.303

b) Os valores vencidos de clientes do Proinfa foram analisados individualmente, considerando os títulos vencidos há menos de 90 dias. Após avaliação e negociação com os respectivos clientes, não foram identificados riscos que justificassem a constituição de provisão para perdas.

7 – TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS (a)	27.075	40.833	52.452	66.800
COFINS (a)	114.192	182.009	230.294	297.837
ICMS (b)	-	-	18.236	9.598
Outros (c)	2	21	70.873	29.626
	141.269	222.863	371.855	403.861
Circulante	141.269	222.863	298.113	371.328
Não circulante	-	-	73.742	32.533
	141.269	222.863	371.855	403.861

a) Os créditos de PIS e COFINS, no âmbito da Controladora, são originados, majoritariamente, das operações relacionadas às Contas de Comercialização de Itaipu e ao Programa Proinfa, vinculados à sistemática não cumulativa das contribuições. Esses créditos são utilizados prioritariamente para compensação com débitos próprios das respectivas operações e, quando compensados com débitos de outros programas de gestão da ENBPar, há o correspondente reembolso financeiro ao programa de origem, preservando-se a neutralidade entre as contas administradas.

A redução dos saldos em 31 de dezembro de 2025, quando comparados a 31 de dezembro de 2024, decorre principalmente do maior volume de compensações realizadas no exercício, aliado à redução da base geradora de créditos no período, refletindo a dinâmica operacional das Contas de Comercialização de Itaipu e do Proinfa. No Consolidado, os saldos incluem ainda os créditos apurados pelas subsidiárias, justificando a diferença em relação à Controladora.

b) No âmbito do Consolidado, especificamente nas subsidiárias, os créditos fiscais de ICMS originam-se, principalmente, das aquisições de matérias-primas e demais insumos utilizados no processo produtivo, bem como das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado.

c) No Consolidado, a variação do grupo "Outros" decorre, principalmente, da expectativa de aproveitamento dos créditos tributários, originados, em sua maioria, na INB, que passou a pleitear sua compensação por meio de pedido de ressarcimento em espécie junto à Receita Federal do Brasil. Destacam-se, nesse contexto, os créditos de PIS/PASEP e COFINS retidos na fonte em operações realizadas com a Eletronuclear S.A. e com o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, referentes às retenções ocorridas entre dezembro de 2022 e dezembro de 2023, os quais não possuem natureza de receita operacional.

Reforma tributária

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, derivada da Proposta de Emenda à Constituição nº 45/2019, estabelecendo o novo sistema tributário sobre o consumo no Brasil.

Posteriormente, a Lei Complementar nº 214/2025, sancionada em 16 de janeiro de 2025, consolidou a base regulatória da reforma, definindo os principais conceitos, a transição dos tributos e as obrigações acessórias relativas ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e ao Imposto Seletivo (IS), que substituirão gradualmente os tributos indiretos tradicionais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em razão da etapa atual de implementação, ainda não é possível mensurar com precisão os impactos definitivos da reforma tributária sobre a Controladora. A partir de 2026, inicia-se formalmente o período de transição, com a introdução progressiva das novas regras, inclusive teste de destaque de IBS e CBS nas notas fiscais e adequação das obrigações acessórias; espera-se que a operacionalização efetiva da CBS comece em 2027 e a do IBS em fases subsequentes até 2033, quando o novo sistema estará plenamente em vigor. Os principais pontos de atenção para mensuração de impactos incluem: (i) adaptação sistêmica e de sistemas de emissão de documentos fiscais; (ii) avaliação dos efeitos da não cumulatividade e da apuração de créditos tributários no novo modelo; (iii) tratamento dos incentivos fiscais vigentes e sua transição; (iv) efeitos sobre o equilíbrio econômico-financeiro de contratos de longo prazo; e (v) mudanças operacionais na cadeia de fornecimento decorrentes da nova sistemática tributária.

8 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

8.1 – Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo negativo de IRPJ e CSLL (a)	57.257	42.263	354.090	701.533
IRPJ e CSLL diferidos (8.2)	270.670	283.929	332.368	339.962
	327.927	326.192	686.458	1.041.495

a) Na Controladora e em suas controladas, o saldo negativo refere-se substancialmente às antecipações de IRPJ e às retenções de IRRF incidentes sobre receitas e aplicações financeiras. No Consolidado, o crédito de saldo negativo é composto, majoritariamente, por valores registrados na controlada Eletronuclear, decorrentes de apurações de exercícios anteriores, os quais foram parcialmente consumidos ao longo do exercício por meio de compensações formalizadas via PER/DCOMP, utilizadas para abatimento de débitos de PIS/PASEP e COFINS.

8.2 – Impostos Diferidos

	Controladora				
	Base	IR (25%)	CSLL (9%)	31/12/2025	31/12/2024
Variação cambial positiva (negativa)	3.772	943	339	1.282	(2.344)
Provisões diversas	2.971	742	267	1.009	768
Provisão pagamento PLR e RVA	7.071	1.768	636	2.404	2.440
Lucro não realizado (a)	782.274	195.570	70.405	265.975	283.065
	796.088	199.023	71.647	270.670	283.929

	Consolidado				
	Base	IR (25%)	CSLL (9%)	31/12/2025	31/12/2024
Variação cambial positiva (negativa)	3.772	943	339	1.282	(2.344)
Provisão pagamento PLR e RVA	7.071	1.768	636	2.404	2.440
Lucro não realizado (a)	782.274	195.570	70.405	265.975	283.065
Provisões/reversões diversas	(63)	(17)	(6)	(23)	(279)
Provisão com contingências	184.498	46.125	16.605	62.730	57.080
	977.552	244.389	87.979	332.368	339.962

a) A principal diferença temporária que origina o ativo fiscal diferido refere-se ao lucro não realizado vinculado ao combustível nuclear das usinas de Angra 1 e 2. O combustível é reconhecido como estoque na Eletronuclear e amortizado à medida que a energia é efetivamente gerada, sendo a amortização realizada de forma proporcional à queima nuclear de cada lote ao longo dos respectivos ciclos operacionais. Assim, a realização do lucro não realizado está diretamente associada à geração futura de energia, conforme o planejamento operacional e os contratos vigentes, o que fundamenta a expectativa de reversão das diferenças temporárias e a consequente realização integral dos créditos fiscais registrados.

8.3 – Cronograma de utilização do crédito fiscal

As parcelas dos créditos fiscais têm suas compensações programadas conforme abaixo, considerando a expectativa de realização do lucro não realizado:

	Controladora				
	2026	2027	2028	2029	Total
Impostos diferidos	93.052	88.356	88.356	906	270.670

8.4 – Imposto de renda e contribuição social corrente sobre o lucro líquido

A despesa de imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ") e de contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") reconhecida no resultado do exercício é composta pelos tributos correntes e diferidos, apurados em conformidade com a legislação tributária vigente.

Considerando as projeções de resultados tributáveis futuros elaboradas com base em premissas operacionais, regulatórias e econômico-financeiras aprovadas pela Eletronuclear, bem como o histórico recente de apuração de resultados fiscais e o ambiente regulatório aplicável às suas atividades, a Eletronuclear concluiu que, na data-base de 31 de dezembro de 2025, não existem evidências suficientes que assegurem a realização provável dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, motivo pelo qual tais créditos não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do CPC 32 / IAS 12; nessa data, os montantes acumulados de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL totalizavam, respectivamente, R\$ 183.741 e R\$ 386.803 (R\$ 146.309 e R\$ 329.951 em 31 de dezembro de 2024), sendo que a Eletronuclear revisa periodicamente essa avaliação à luz da evolução dos resultados, do planejamento tributário e de eventuais alterações no cenário regulatório e operacional.

As alíquotas nominais aplicáveis são de 25% para o IRPJ (15% acrescido de adicional de 10%) e 9% para a CSLL, totalizando 34%.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes dos tributos	300.720	242.404	297.251	772.556
Participação no resultado	(6.649)	(6.459)	(6.649)	3.481
	294.071	235.945	290.602	776.037
IRPJ e CSLL (alíquota nominal)	(99.960)	(80.221)	(98.781)	(263.835)
Base efeitos das adições e exclusões:				
Equivalência patrimonial	(7.698)	152.735	44.053	53.360
Provisões	-	-	(53.523)	34.030
Compensação de prejuízo fiscal	-	-	37.154	70.378
Demais adições e exclusões	(800)	(310)	(110.704)	(35.964)
(-) PAT	978	-	3.347	1.100
(-) Impostos diferidos não constituídos	-	-	(22.114)	43.239
	(107.480)	72.204	(200.568)	(97.692)
IRPJ e CSLL - Corrente	(94.221)	(54.767)	(192.957)	(239.601)
IRPJ e CSLL - Diferido	(13.259)	126.971	(7.611)	141.909
	(107.480)	72.204	(200.568)	(97.692)
Taxa efetiva	-36%	30%	-67%	-13%



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



9 – ESTOQUES

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante		
Matéria prima e produtos em processo e acabados	1.731.911	1.362.363
Elementos prontos (a)	857.209	636.344
	2.589.120	1.998.707
Ativo não circulante		
Elementos prontos (a)	944.574	1.289.551
	944.574	1.289.551
	3.533.694	3.288.258

- a) O combustível nuclear utilizado nas usinas nucleares de Angra 1 e 2 é composto por elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior. Em sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, os quais são classificados contabilmente no ativo não circulante, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso. Após a conclusão do processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante, é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no ativo não circulante, a parcela restante. A amortização do combustível nuclear ocorre pela perda do potencial de energia térmica dos elementos, que proporciona a geração de energia elétrica. A amortização não é linear e, na ausência de geração de energia, não há amortização. A quantidade de Elementos Combustíveis (ECs) e o grau de enriquecimento de cada lote inserido no núcleo do reator são especificados durante a elaboração do projeto neutônico para a encomenda. Cada lote de ECs adquirido possui uma expectativa de queima média ao longo de sua vida útil ou "Queima de Descarga". Esse valor, definido na etapa de projeto do núcleo, pode ser reavaliado a cada ciclo operacional e está relacionado à quantidade de energia térmica disponível para ser gerada pelos ECs daquele lote durante o processo de irradiação dentro do reator. Também associado ao lote existe o chamado "Valor Amortizável", que consiste no somatório de todos os custos relacionados à aquisição do combustível nuclear, incluídos os gastos diretos, tributos e possíveis créditos fiscais envolvidos. Todos os custos associados ao processo de fabricação são apropriados ao lote por meio de coletores de custos (ordem interna) e sua ativação ocorre na ocasião da 1ª criticidade do ciclo para o qual ele foi encomendado, configurando o seu "Saldo a Amortizar". A razão entre o saldo a amortizar e a energia disponível para ser gerada pelo elemento é a chamada "Taxa de Amortização". O produto entre essa taxa e a energia gerada ao longo de um mês resulta na "Cota de Amortização Mensal", que deve ser abatida do saldo a amortizar do elemento combustível. Dessa forma, à medida que o EC gera energia, o seu "Saldo a Amortizar" vai sendo reduzido, de maneira que, ao término de sua vida útil, seu saldo seja nulo.

10 – OUTROS

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Diferimento Itaipu (a)	27.072	550.108	27.072	550.108
Ressarcimento (b)	18.243	22.628	18.243	22.628
Despesa antecipada	2.090	963	35.677	30.243
Adiantamento (c)	724.007	471.228	738.442	490.790
Dividendos a receber	-	21.365	-	-
Valores a receber (d)	465.501	465.501	465.501	465.501
Outros	6.021	81.343	48.659	141.803
	1.242.934	1.613.136	1.333.594	1.701.073
Circulante	776.023	1.102.698	858.548	1.182.703
Não Circulante	466.911	510.438	475.046	518.370
	1.242.934	1.613.136	1.333.594	1.701.073

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Diferimento Itaipu (a)	27.072	550.108	27.072	550.108
Outros	-	373	37.057	37.602
	27.072	550.481	64.129	587.710
Circulante	27.072	510.715	64.129	547.944
Não Circulante	-	39.766	-	39.766
	27.072	550.481	64.129	587.710

- a) Conforme a Resolução Homologatória nº 2.969/2021 da ANEEL e suas atualizações, os valores de bônus da conta de comercialização de Itaipu, referentes a 2020 e 2021, bem como os valores repassados por Itaipu para minimizar o impacto da COVID-19, foram cedidos a determinadas distribuidoras elegíveis para serem recompostos à conta de comercialização de energia elétrica de Itaipu em 12 parcelas, a partir de dois anos da disponibilidade do recurso, sendo atualizados pela Taxa Selic do período correspondente.
- b) Os valores estão relacionados ao ajuste do dólar sobre o ressarcimento de encargos de supervisão e administração sobre a comercialização de energia elétrica de Itaipu, conforme o Anexo C do Tratado Binacional, firmado entre Brasil e Paraguai.
- c) Na Controladora, o valor substancial refere-se ao direito de compensação financeira decorrente do mecanismo de equalização do Proinfra, relacionado às diferenças apuradas entre a energia contratada e remunerada pelo programa e a energia efetivamente entregue pelos geradores participantes. Tais geradores estão vinculados a contratos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), biomassa e usinas eólicas. As compensações financeiras decorrem das variações entre os montantes pagos com base na energia contratada e os volumes efetivamente gerados, sendo o ajuste realizado no exercício subsequente, normalmente em 12 parcelas mensais, conforme regulamentação aplicável.
- d) Valores a serem repassados pela Axia Energia (antiga Eletrobras) referentes a depósitos judiciais vinculados a processos do Proinfra. Tais depósitos encontram-se atualmente registrados em nome da Axia Energia, estando em curso medida administrativa e judicial para sua transferência para a titularidade da ENBPar. Em razão dessa situação, os valores permanecem registrados como valores a receber, cabendo ressaltar que os recursos pertencem ao Proinfra, sendo a ENBPar responsável apenas pela gestão operacional do programa.

11 – FUNDO PARA DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento das usinas nucleares compreende o conjunto de medidas necessárias para a retirada definitiva de uma instalação nuclear de operação, de forma segura, em conformidade com as normas estabelecidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN. Para esse fim, a Eletronuclear mantém provisão específica para a desmobilização de ativos, constituída com base em estudos técnicos especializados, conforme descrito na Nota Explicativa 23.

Nos termos da Resolução CPPI nº 203/2021, foi determinada a transferência da titularidade do Fundo para Descomissionamento das Usinas Angra 1 e 2 Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN) da Axia para a Eletronuclear, a qual foi operacionalizada em junho de 2022, passando esta última a ser a única responsável pela gestão, acompanhamento e aplicação dos recursos do fundo.

O montante anual destinado ao FDES é definido pela ANEEL, por meio de rubrica específica incluída na parcela "A" da Receita Fixa Anual das usinas Angra 1 e 2, assegurando previsibilidade e aderência ao modelo regulatório vigente.

Os recursos do FDES encontram-se aplicados em fundo de investimento extramercado de longo prazo, administrado pelo Banco do Brasil, classificados no ativo não circulante – títulos e valores mobiliários, mensurados ao valor justo por meio do resultado, nos termos do CPC 48 / IFRS 9. A política de investimentos é predominantemente conservadora, compatível com o horizonte de longo prazo da obrigação de descomissionamento. Os aportes futuros continuarão sendo realizados conforme a regulação vigente, até a completa constituição dos recursos necessários.

A seguir, apresenta-se o detalhamento da carteira do fundo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Títulos públicos	3.085.574	2.540.766
Operações compromissadas	67.787	275.737
Dólar comercial futuro	-	(2.106)
Outros	50	61
	3.153.411	2.814.458

Abaixo, apresentamos o quadro da composição do fundo para descomissionamento:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023		3.274.612
Aplicação		156.968
Resgate (a)		(374.000)
Rendimento bruto		205.815
Imposto sobre operações financeiras (IOF)		(42.285)
FDES		(406.652)
		2.814.458
Saldo em 31 de dezembro de 2024		
Aplicação		39.160
Resgates		(88.142)
Rendimento bruto		448.541
Imposto de renda		(60.606)
		3.153.411

- a) Em 25 de março de 2024, foi realizado resgate parcial no montante de R\$ 374.000, correspondente ao ressarcimento de encargos tributários incidentes sobre os rendimentos do fundo e pagos, historicamente, com recursos de caixa não restrito da Eletronuclear. O valor do resgate foi definido de forma a não comprometer o equilíbrio entre o ativo do FDES e a provisão para descomissionamento registrada no passivo, com base nos saldos apurados em 31 de dezembro de 2023.

A Administração avalia que o montante acumulado no FDES permanece adequado para fazer frente às obrigações futuras de descomissionamento das usinas Angra 1 e 2, com base nos estudos técnicos atualmente disponíveis e no modelo de financiamento regulatório vigente, não havendo indícios de insuficiência de recursos financeiros na data-base das demonstrações financeiras.

12 – INVESTIMENTO

12.1- Composição do investimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Eletronuclear	4.043.490	4.122.647	-	-
Indústrias Nucleares do Brasil	1.246.665	1.403.587	-	-
Itaipu Binacional	1.336.212	1.374.864	1.336.212	1.374.864
Lucro a realizar (a)	(782.275)	(832.544)	-	-
Propriedade para investimento	-	-	1.561	1.561
	5.844.092	6.068.554	1.337.773	1.376.425

Conforme a instrução do ICPC 9, a Controladora reconheceu em suas demonstrações o lucro não realizado das operações de venda de estoque de elemento combustível entre INB e Eletronuclear, e a sua realização dependerá da utilização deste estoque pela Eletronuclear em seu processo de produção de energia.

O reflexo desse efeito encontra-se na equivalência do resultado da Controladora, conforme detalhado abaixo:

	Consolidado				
	Receita bruta	Impostos	Custo	Realização do estoque	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.353.739	(373.429)	(515.255)	(12.048)	453.007
Constituição do estoque	1.500.821	(315.190)	(661.550)	-	524.081
Realização do estoque	-	-	-	(144.544)	(144.544)
	2.854.560	(688.619)	(1.176.805)	(156.592)	832.544
Saldo em 31 de dezembro de 2024					
Constituição do estoque (a)	767.710	(162.422)	(395.689)	-	209.599
Realização do estoque	-	-	-	(259.868)	(259.868)
	3.622.270	(851.041)	(1.572.494)	(416.460)	782.275

A variação positiva dos investimentos decorre, principalmente, do resultado por equivalência patrimonial das controladas. A redução do saldo de "lucro não realizado" está associada, principalmente, à realização desse resultado na Eletronuclear, à medida que ocorre o consumo dos elementos combustíveis nucleares no processo de geração de energia elétrica. Esse consumo resulta na conversão do estoque em receita operacional, caracterizando a efetiva realização econômica do resultado anteriormente diferido no âmbito do grupo ENBPar. A Administração avalia que o lucro não realizado será integralmente realizado ao longo do ciclo operacional das usinas, não havendo expectativa de perda ou ajuste adicional sobre esses saldos.

- (a) A constituição do estoque refere-se, principalmente, aos custos relacionados à 21ª recarga de Angra 2, entregue pela INB, cujo reconhecimento contábil permanece registrado em estoques até a respectiva realização, conforme as condições contratuais e os critérios de reconhecimento de receita aplicáveis.

12.2- Movimentação do investimento

	Controladas		Investida		Total
	Eletronuclear	INB	Lucro não realizado	Itaipu Binacional	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.885.292	1.290.405	(453.007)	1.299.288	6.021.978
Equivalência patrimonial	237.355	134.548	-	156.848	528.751
Resultado	174.594	117.710	-	156.848	449.152
Outros resultados abrangentes	62.761	16.838	-	-	79.599
Varição cambial	-	-	-	77.502	77.502
Resultado	-	-	-	9.954	9.954
Outros resultados abrangentes	-	-	-	67.548	67.548
Lucro não realizado	-	-	(379.537)	-	(379.537)
Recebimento de dividendos	-	(21.366)	-	(158.774)	(180.140)
	4.122.647	1.403.587	(832.544)	1.374.864	6.068.554
Saldo em 31 de dezembro de 2024					
Equivalência patrimonial	(79.157)	(156.922)	-	179.838	(56.241)
Resultado	(45.539)	(156.939)	-	179.838	(22.640)
Outros resultados abrangentes	(33.618)	17	-	-	(33.601)
Varição cambial	-	-	-	(41.071)	(41.071)
Resultado	-	-	-	(6.577)	(6.577)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(34.494)	(34.494)
Lucro não realizado	-	-	50.269	-	50.269
Recebimento de dividendos	-	-	-	(177.419)	(177.419)
	4.043.490	1.246.665	(782.275)	1.336.212	5.844.092

O resultado por equivalência patrimonial reflete, principalmente, o desempenho operacional da Eletronuclear, influenciado pela geração de energia das usinas Angra 1 e 2, e da INB, decorrente das atividades do ciclo do combustível nuclear.



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



	Investida	Consolidado	Total
	Itaipu Binacional	Controlada INB	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.299.288	1.561	1.300.849
Equivalência patrimonial	156.848	-	156.848
Resultado	156.848	-	156.848
Varição cambial	77.502	-	77.502
Resultado	9.954	-	9.954
Outros resultados abrangentes	67.548	-	67.548
Recebimento de dividendos	(158.774)	-	(158.774)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.374.864	1.561	1.376.425
Equivalência patrimonial	179.838	-	179.838
Resultado	179.838	-	179.838
Varição cambial	(41.071)	-	(41.071)
Resultado	(6.577)	-	(6.577)
Outros resultados abrangentes	(34.494)	-	(34.494)
Recebimento de dividendos	(177.419)	-	(177.419)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.336.212	1.561	1.337.773

12.3 - Participação em negócio em conjunto

12.3.1 - Itaipu Binacional

O objeto da Itaipu consiste no aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná, em trecho compartilhado pelo Brasil e pelo Paraguai, mediante a construção e operação de usina com capacidade instalada total de 14.000 MW.

A Itaipu é regida pelas normas estabelecidas no Tratado e seus Anexos (Anexos: "A" – Estatuto da Itaipu; "B" – Descrição geral das instalações destinadas à produção de energia elétrica e das obras auxiliares; "C" – Bases financeiras e de prestação dos serviços de eletricidade da Itaipu), a seguir referidos, e tem como órgãos de administração um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, integrados por igual número de membros de cada país.

Conforme previsto no referido Anexo "C", até que esse anexo seja revisto, a ENBPar recebe como forma de remuneração, valores fixos por deter 50% desse investimento. No referido contexto, qualquer alteração nos números contábeis dessa investida não impacta a ENBPar.

12.4 - Resultado do investimento avaliado por equivalência patrimonial

Os investimentos permanentes em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e sua composição é a seguinte:

Controladas	Participação no capital social (%)	31/12/2025				Participação	
		Ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Eletronuclear	32,048%	24.593.321	15.493.956	11.513.866	(142.098)	3.689.964	(45.540)
INB	100,000%	3.354.082	882.008	1.246.665	(156.939)	1.246.665	(156.939)
						4.936.629	(202.479)

Controladas	Participação no capital social (%)	31/12/2024				Participação	
		Ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Eletronuclear	32,048%	24.586.511	15.493.956	11.638.855	544.787	3.730.020	174.593
INB	99,999%	2.894.006	882.008	1.403.608	117.712	1.403.587	117.710
						5.133.607	292.303

12.4.1 - Eletronuclear

A Eletronuclear tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica por elas decorrente e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao MME. Dentro do escopo desse objeto, a Eletronuclear exerce as atividades de exploração das usinas de Angra 1 e 2, bem como a construção da terceira unidade nucleoeletrônica, denominada usina Angra 3.

12.4.2 - INB

A INB atua no setor nuclear como executora da atividade monopolizada conferida à União, denominada Ciclo do Combustível Nuclear, englobando as etapas industriais de produção relacionadas à exploração de urânio, desde a etapa de mineração e beneficiamento do concentrado de urânio até a fabricação de componentes e montagem final dos elementos combustíveis que acionam os reatores nas usinas nucleares.

13 – IMOBILIZADO

13.1 - Composição do imobilizado

Em setembro de 2025, foi aprovado o aumento do quadro de pessoal da Controladora, visando o fortalecimento das operações. Esse crescimento gerou a necessidade de ampliação do espaço físico e aquisição de novos equipamentos, como móveis, utensílios e computadores, para acomodar os novos colaboradores e garantir a continuidade das atividades de forma eficiente.

	Controladora				Taxa média anual de depreciação
	31/12/2025	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2024	
Direito de uso em serviço					
Arrendamento (a)	14.904	(9.933)	4.971	7.496	20%
	14.904	(9.933)	4.971	7.496	
Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	424	(21)	403	12	10%
Veículos (b)	-	-	-	664	20%
Móveis e utensílios	214	(49)	165	150	10%
Benfeitorias	131	(85)	46	76	23%
Equipamento de informática (c)	2.740	(313)	2.427	1.006	10%
	3.509	(468)	3.041	1.908	
	18.413	(10.401)	8.012	9.404	

- (a) Os arrendamentos são referentes ao contrato de locação da sede da Controladora e contrato de locação de bens móveis para o escritório.
- (b) Os veículos faziam parte do Termo de Cooperação JD-JE/0057/22 entre a ENBPar e a Itaipu Binacional. Conforme o Termo de Encerramento, a responsabilidade sobre os veículos foi transferida para a Itaipu após a devolução dos bens, encerrando as obrigações da ENBPar.
- (c) As adições em informática e equipamentos refletem o plano de provimento de vagas aprovado em setembro de 2025 (Nota 34.8).

	Consolidado				Taxa média anual de depreciação
	31/12/2025	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2024	
Imobilizado em serviço					
Terrenos	53.030	-	53.030	53.030	-
Barragens, reservatórios e adutoras	5.716	(5.356)	360	408	6,49%
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.965.107	(1.481.503)	483.604	492.014	4,08%
Máquinas e equipamentos	8.851.864	(7.676.657)	1.175.207	1.339.507	1,89%
Veículos	57.949	(39.360)	18.589	34.150	14,36%
Móveis e utensílios	35.680	(28.946)	6.734	17.630	6,25%
Benfeitorias	131	(85)	46	76	20,80%
Equipamento de informática	18.714	(15.660)	3.054	2.186	10,00%
	10.988.191	(9.247.567)	1.740.624	1.939.001	
Imobilizado em Curso	14.137.554	-	14.137.554	13.288.170	
Direito de uso em serviço					
Arrendamento	14.904	(9.932)	4.972	7.496	
Edificações, obras civis e benfeitorias	30.561	(20.495)	10.066	10.590	
Veículos	102.048	(65.400)	36.648	15.067	
	147.513	(95.827)	51.686	33.153	
	25.273.258	(9.343.394)	15.929.864	15.260.324	

13.2 - Movimentação do imobilizado

	Controladora			
	31/12/2024	Adições	Depreciação	Baixas
Direito de uso em serviço				
Arrendamento	7.496	1.032	(3.557)	-
	7.496	1.032	(3.557)	-
Imobilizado em serviço				
Máquinas e equipamentos	12	408	(17)	-
Veículos	664	-	18	(682)
Móveis e utensílios	150	34	(19)	-
Benfeitorias	76	-	(30)	-
Equipamento de informática	1.006	1.552	(131)	-
	1.908	1.994	(179)	(682)
	9.404	3.026	(3.736)	(682)

	Consolidado			
	31/12/2024	Adições	Depreciação	Transf/ Baixas
Imobilizado em serviço				
Terrenos	53.030	-	-	-
Barragens, reservatórios e adutoras	408	-	(48)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	492.014	157	(47.587)	39.020
Máquinas e equipamentos	1.339.507	49.494	(255.455)	41.661
Veículos	34.150	431	(5.012)	(10.980)
Móveis e utensílios	17.630	232	(1.041)	(10.087)
Benfeitorias	76	-	(30)	-
Equipamento de informática	2.186	1.581	190	(903)
	1.939.001	51.895	(308.983)	58.711

	Consolidado			
	31/12/2024	Adições	Depreciação	Transf/ Baixas
Imobilizado em curso				
Terrenos	56.433	-	-	-
Barragens, reservatórios e adutoras	674.709	26.603	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.243.394	82.857	-	-
Máquinas e equipamentos	6.504.125	576.093	-	(9.790)
Veículos	10.434	4.153	-	(2.096)
Móveis e utensílios	2.614	55	-	(291)
A ratear	7.463.488	208.740	-	58.808
Transf. / Fab. e rep. / Mat. em processo	10.186	8.811	-	-
Adiantamento a fornecedores	700.350	3.121	-	(107.680)
Provisão para valor recuperável dos ativos (Impairment)	(4.377.563)	-	-	-
	13.288.170	910.433	-	(61.049)

	Consolidado			
	31/12/2024	Adições	Depreciação	Transf/ Baixas
Direito de uso em serviço				
Arrendamento	7.496	1.032	(3.557)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.590	5.917	(6.441)	-
Veículos	15.067	41.783	(20.201)	-
	33.153	48.732	(30.199)	-
	15.260.324	1.011.060	(339.182)	(2.338)

13.3 - Eletronuclear

A Eletronuclear opera as usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 e está construindo a Angra 3. Os itens do ativo imobilizado são bens e instalações usados na geração de energia elétrica e vinculados ao serviço público, não podendo ser retirados, alienados ou dados em garantia sem autorização prévia da ANEEL, conforme a legislação vigente.

A operação comercial das usinas Angra 1 e 2 é autorizada pelo MME e realizada pela Eletronuclear, que explora atividades nucleares para geração de energia elétrica. A ANSN concede autorizações para operação por 40 anos, renováveis por 10 anos, conforme a Reavaliação Periódica de Segurança. Antes do vencimento da licença, pode ser solicitada a prorrogação, sujeita à avaliação das condições operacionais.

O planejamento para a extensão da vida útil de Angra 1 inclui renovação de licenças, avaliação de ativos e modernização, seguindo protocolos de segurança nacionais e internacionais. O programa "Long Term Operation - LTO Angra 1" segue normas da ANSN e da Nuclear Regulatory Commission (NRC) dos EUA. Programas de gestão do envelhecimento dos sistemas da usina estão em andamento.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



16.1 – Financiamentos Reserva Global de Reversão

Em junho de 2023, a ENBPar assumiu a gestão dos contratos de financiamento emitidos com recursos do RGR celebrados até 17 de novembro de 2016, conforme previsto no Contrato de Transição da Gestão dos Programas Setoriais celebrado entre a Axia e a ENBPar.

A ENBPar efetua a gestão financeira dos contratos, através do controle dos saldos, recebimento dos mutuários e repasse desse recurso para o fundo, que tem como representante a CCEE, sem assumir risco de inadimplência nessa operação. Por essa gestão, a Controladora recebe uma taxa de administração prevista em cada contrato que representa, em média, 1% do valor liquidado mensalmente pelo mutuário.

16.2 – Aplicações nas usinas Angra 1 e 2 e capital de giro

Referem-se a financiamentos originalmente captados junto à Axia para investimentos na Usina Angra 1 e para capital de giro da Eletronuclear.

Em garantia das obrigações assumidas, a Eletronuclear vinculou receitas próprias oriundas das usinas Angra 1 e Angra 2 aos débitos previstos nos financiamentos, mediante procurações outorgadas por instrumento público, possibilitando o recebimento direto em caso de inadimplência.

No âmbito do Programa de Extensão da Vida Útil de Angra 1 – Long Term Operation (LTO), foram celebrados dois contratos de mútuo entre a ENBPar e a Eletronuclear:

Contrato nº GCGSC – 001/2024, celebrado em 19 de junho de 2024, no valor de R\$ 226.688, dos quais R\$ 222.434 líquidos foram liberados à Eletronuclear, sendo o restante correspondente do IOF no montante de R\$ 4.253;

Contrato nº GCGSC – 002/2024, celebrado em 4 de outubro de 2024, no valor de R\$ 173.311, com liberação líquida de R\$ 170.059 e IOF de R\$ 3.252.

Os contratos preveem carência de 12 meses de principal e encargos, amortização do principal em 10 anos após o término da carência, juros equivalentes à NTN-B 32 acrescida de 1,5% ao ano, com incorporação de juros ao saldo devedor durante o período de carência, e taxa de administração de 0,5% ao ano calculada pro rata temporis sobre o saldo devedor.

Em julho de 2025 teve início a amortização do principal e o pagamento dos juros relativos ao Contrato nº GCGSC – 001/2024.

Em novembro de 2025, a Eletronuclear solicitou waiver das parcelas com vencimento em novembro e dezembro de 2025 referentes aos contratos de mútuo firmados com a ENBPar, tendo o pedido aceito, condicionado a continuidade da cobrança dos encargos moratórios contratuais.

16.3 – Aplicações na usina Angra 3

Referem-se aos financiamentos captados com recursos da RGR, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Caixa Econômica Federal (CEF), destinados à implantação da Usina Angra 3.

Em garantia do contrato celebrado com o BNDES, a Eletronuclear constituiu cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretroatável, dos recebíveis decorrentes da venda de energia da Usina Angra 3 até a liquidação integral das obrigações.

No exercício de 2024 foram celebrados termos aditivos que formalizaram a inserção da ENBPar como interveniente no contrato de financiamento nº 10.2.2032.1, bem como a prorrogação de prazos relacionados ao preenchimento da conta reserva e à apresentação de obrigações regulatórias.

No segundo semestre de 2024 foi autorizada a suspensão temporária do pagamento de principal e encargos (*standstill*) por seis meses, com capitalização dos juros ao saldo devedor. Em janeiro de 2025 foram retomados os pagamentos do serviço da dívida.

Em maio de 2025, a Eletronuclear solicitou novo *standstill* até dezembro de 2026 ao BNDES e à CEF, sendo indeferido o pedido.

16.4 – Confissão de dívida

Em 30 de outubro de 2019 foi celebrado Instrumento Particular de Confissão de Dívida entre a Eletronuclear e Furnas Centrais Elétricas S.A., reconhecendo saldo líquido em favor de Furnas.

A dívida é atualizada pelo IPCA e amortizada em 96 parcelas pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), após período de carência de 24 meses. Sobre o saldo devedor atualizado incidem juros nominais de 7,83% ao ano e taxa de administração de 0,5% ao ano, calculados pro rata *temporis*.

A amortização do principal teve início em novembro de 2021 e vem sendo realizada mensalmente.

16.5 – Projetos Prioritários

Em maio de 2024, a Eletronuclear realizou processo de captação no mercado por meio de emissão de Notas Comerciais Privadas, no montante total de R\$ 450 milhões, sendo R\$ 150 milhões junto ao Banco ABC e R\$ 300 milhões junto ao Banco BTG Pactual.

As operações foram estruturadas sem apresentação de garantias, com taxa de CDI + 3,35% ao ano, pagamento na modalidade *bullet* com vencimento final em dezembro de 2025 e *fee upfront* de 1%, resultando em custo *All In* de CDI + 4% ao ano.

Os recursos foram liberados em 27 de junho de 2024, deduzidos os custos das operações.

16.6 – Movimentação dos saldos dos empréstimos Eletronuclear

	Eletronuclear
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.793.071
Captação	842.496
Juros, encargos, variações monetárias incorridos	597.145
Juros pagos	(271.712)
Amortização do principal	(273.783)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.687.217
Juros, encargos, variações monetárias incorridos	688.712
Juros pagos	(509.960)
Amortização do principal	(448.422)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.417.547

16.7 – Cronograma de pagamentos da Eletronuclear

As parcelas dos empréstimos e financiamentos tem seus vencimentos assim programados para os próximos exercícios:

	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
Eletronuclear	1.076.220	502.474	509.329	534.004	4.795.520	7.417.547
	1.076.220	502.474	509.329	534.004	4.795.520	7.417.547

16.8 – Obrigações assumidas – Covenants

A Eletronuclear possui cláusulas de *covenants* em alguns de seus contratos de empréstimos e financiamentos. Os principais *covenants* são referentes a: apresentar demonstrações financeiras auditadas; apresentar trimestralmente Relatório Gerencial sobre a evolução física e financeira do Projeto de Angra 3; cumprir as “Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES”; permitir ampla inspeção das obras do projeto de Angra 3 por parte de representantes do BNDES; enviar quadrimestralmente à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) posição dos créditos empenhados no Contrato de Contragarantia junto à União; e no caso de Furnas que foi incorporada pela Axia, emissão de Nota Promissória no ato da assinatura e a cada dois anos, ao final do exercício, com posição do saldo devedor em 31 de dezembro.

A Eletronuclear cumpriu todos os *covenants* referente ao exercício de 2025.

17 – TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ	-	-	11.202	130.674
CSLL	6.699	2.949	6.699	52.198
PIS	11.950	9.081	18.220	16.887
COFINS	60.460	41.827	89.337	77.798
IRRF	1.053	922	27.498	20.263
ICMS	131	-	94.862	102.593
Outros impostos	77.198	72.539	96.649	94.807
	157.491	127.318	344.467	495.220

18 – FOLHA DE PAGAMENTO E OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Folha de pagamento	354	170	300.124	265.183
Provisão pagamento PLR e RVA (a)	7.071	7.177	53.857	53.963
Provisões de férias, 13º salário e encargos	4.067	3.550	135.763	137.251
INSS	912	790	7.595	6.676
FGTS	316	270	9.782	8.420
Outros	21	-	22	-
	12.741	11.957	507.143	471.493
Circulante	12.262	11.439	506.664	470.975
Não circulante	479	518	479	518
	12.741	11.957	507.143	471.493

(a) O saldo registrado corresponde a R\$ 7.071 na ENBPar e R\$ 3.804 na INB, referentes à provisão de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e Remuneração Variável Anual (RVA) relativas aos exercícios de 2023 a 2025, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela SEST. Na Eletronuclear, o saldo de R\$ 42.982 refere-se a valores a pagar a título de PLR aos empregados, decorrentes de pleitos judiciais relacionados ao exercício de 2019. Ressalta-se que, pela via administrativa, não há expectativa de desembolso desses valores.

	ENBPar	INB	ETN	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro 2023	5.901	2.910	56.726	65.537
PLR e RVA pagos de 2023	(5.183)	(2.910)	-	(8.093)
Estorno de provisão de 2023	(461)	-	-	(461)
Estorno de pleitos judiciais 2021	-	-	(13.743)	(13.743)
Provisionado em 2024	6.920	3.803	-	10.723
Saldo em 31 de dezembro 2024	7.177	3.803	42.983	53.963
RVA pagos de 2023	(192)	-	-	(192)
PLR e RVA pagos de 2024	(6.563)	-	-	(6.563)
Estorno de provisão de 2024	(32)	-	-	(32)
Provisionado em 2025	6.681	-	-	6.681
Saldo em 31 de dezembro 2025	7.071	3.803	42.983	53.857

O Regulamento do Programa RVA 2026 da ENBPar define diretrizes para a participação dos diretores executivos nos resultados da empresa, conforme princípios de eficiência e transparência. Baseia-se na legislação vigente e diretrizes da SEST. i) Critérios de Pagamento: Proporcional ao tempo de serviço e ao atingimento de metas. ii) Indicadores e Metas: Baseados no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) e no Planejamento Estratégico 2026-2030. iii) Mínimo de Atingimento: 80% das metas para habilitação do pagamento. iv) Forma de Pagamento: 60% no primeiro ano (2026), 40% parcelado até 2028. O programa foi aprovado pela SEST com recomendações de ajustes e acompanhamento contínuo da execução das metas.

19 – PROVISÃO PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A provisão para a perda é registrada contabilmente quando o corpo técnico jurídico, por ocasião de sua avaliação, classifica a ação como risco de perda provável, conforme premissas do CPC 25.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para contingências				
Cíveis (a)	-	4.222	11.957	16.407
Ambientais	-	-	31.529	22.248
Trabalhista	-	-	451.488	318.693
Fiscais	-	-	8.672	8.651
Quebra de contrato (b)	-	-	80.963	27.229
	-	4.222	584.609	393.228
Circulante	-	13	130.355	143.892
Não circulante	-	4.209	454.254	249.336
	-	4.222	584.609	393.228

a) Na controladora, o processo 0025740-65.2005.4.01.3800, trata-se de liquidação por arbitramento, cujo título exequendo reconheceu a possível obrigação da Axia de indenizar a encampação dos bens pertencentes à empresa Cia Força e Luz Volta Grande. A Axia realizou corretamente os cálculos devidos, porém houve demora no efetivo pagamento, sendo a controvérsia atual relativa ao período compreendido entre a data do cálculo e a do pagamento. A CONJUR entende que a responsabilidade por tal atraso é exclusiva da Axia e já se manifestou nesse sentido nos autos. Dessa forma, modificando o seu status de provável para possível.

E o processo 0509091-29.2016.4.02.5101, trata-se de risco remoto, uma vez que não há obrigação pecuniária envolvida, tendo sido o pedido de indenização expressamente afastado. Ressalta-se, ainda, que foi aplicada multa à Axia por litigância de má-fé.

b) A provisão para quebra de contrato refere-se à rescisão amigável entre a INB e a Eletronuclear dos contratos firmados para a carga inicial do núcleo do reator de Angra 3, em decorrência da postergação das obras da usina, tendo seus valores apurados por meio de encontro de contas entre as partes, com base em estudos técnicos. A variação de R\$ 53 milhões no exercício decorre da atualização do valor provisionado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Em 31 de dezembro de 2023				
Constituições de provisões	-	13	-	13
Atualização monetária	4.209	-	4.209	-
Reversão de provisões/pagamentos	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	4.222	13	4.222	13
Constituições de provisões	-	-	-	243.038
Atualização monetária	-	-	-	17.094
Reversão de provisões/pagamentos	(4.222)	-	(4.222)	(68.751)
Em 31 de dezembro de 2025	-	13	-	584.609



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



19.1 – Depósitos vinculados às contingências

A rubrica de depósitos vinculados no consolidado, refere-se a valores vinculados a processos judiciais e administrativos, conforme relacionados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais				
Trabalhistas	15	-	75.134	68.292
Cíveis	-	-	4.301	416
Tributários	-	-	11.110	11.068
Ambiental	-	-	7.848	7.723
	15	-	98.393	87.499

19.2 – Passivos contingentes – Risco possível

Adicionalmente, a Controladora e suas controladas possuem processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	5.551	1.274	465.784	394.343
Cíveis (a)	7.254	990.617	459.812	1.332.190
Tributários	-	-	3.881	3.504
Ambiental	-	-	77.131	63.402
	12.805	991.891	1.006.608	1.793.439

Em conformidade com o disposto no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as contingências classificadas como de risco possível não são registradas contabilmente, mas devem ser divulgadas em nota explicativa quando relevantes.

- a) A variação relevante observada na Controladora decorre, substancialmente, da reavaliação jurídica de determinados processos anteriormente classificados como de risco possível, os quais, após análise atualizada dos fundamentos processuais e da legitimidade passiva, passaram a ser classificados como risco remoto, tendo em vista que a ENBPar não figura como parte no polo passivo das respectivas demandas ou não possui responsabilidade jurídica direta pelos fatos discutidos.

Em conformidade com o CPC 25, contingências classificadas como risco remoto não requerem divulgação em nota explicativa, motivo pelo qual deixaram de compor os montantes apresentados na data-base de 31 de dezembro de 2025.

19.2.1 – ENBPar

O quadro abaixo demonstra as principais ações que representam 98% do valor total classificado como risco possível na controladora:

Processo	Programa	Substituição Advogados	Valores envolvidos	Objeto do Processo
0100429-67.2023.5.01.0049	ENBPar	-	5.504	Reconhecimento de vínculo trabalhista / Obrigação de fazer
1063499-18.2024.4.01.3400	Proinfra	ENBPar devidamente representada	7.000	Busca que seja declarado o direito de compensação integral da Autora em função dos cortes de geração determinados pelo ONS ("constrained-off"), mediante isenção dos ressarcimentos contratuais decorrentes da aplicação da Parcela de ajuste prevista na Cláusula 14ª dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados pela parte autora no âmbito do Proinfra

As ações do Proinfra não impactam caixa da Controladora, e sim, se concretizar o risco, o caixa restrito do próprio programa.

19.2.2 – INB

Com relação às ações trabalhistas, destacam-se, em termos de relevância, o processo nº 0093900-49.2005.5.02.0012, com valor estimado de R\$ 7.000, e o processo nº 1001701-85.2024.5.02.0703, com valor estimado de R\$ 1.725, ambos em tramitação em São Paulo/SP, além do processo nº 0000829-32.2023.5.05.0641, que tramita em Guanambi/BA, com valor estimado de R\$ 1.788.

As demandas mais relevantes de natureza cível são os processos nº 0000761-18.2009.4.01.3309 e nº 0048-09.2010.4.01.3309, ambos de autoria do Ministério Público Federal, em tramitação em Guanambi/BA, com valores estimados, respectivamente, em R\$ 10.000 e R\$ 5.000.

19.2.3 – Eletronuclear

Com relação às demandas de natureza cível, destacam-se, em termos de relevância, o processo nº 0022780-32.2018.4.02.5101, com valor estimado de R\$ 219.072, em tramitação na 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro/RJ, proposto pela Andrade Gutierrez Engenharia S.A. em face da Eletronuclear S.A., visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a declaração de rescisão contratual por inadimplemento e a cobrança de serviços supostamente prestados e não pagos, bem como o processo nº 0900078-24.2024.8.19.0001, em tramitação na 41ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, com valor estimado de R\$ 102.565, proposto pelo Consórcio Agis – Ferreira Guedes – Matricial – Adtranz, visando a anulação de decisões administrativas relacionadas à rescisão contratual e a indenização por supostos prejuízos decorrentes da execução do contrato.

Com relação às demandas de natureza trabalhista, destaca-se o processo nº 0064500-25.1989.5.01.0029, em tramitação na 29ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, com valor estimado de R\$ 339.669, proposto pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro (SENGE), relacionado à aplicação do índice da URP de fevereiro de 1989 (26,05%), atualmente em fase de execução e aguardando julgamento de embargos de declaração.

No âmbito ambiental, destaca-se o processo nº 5000837-67.2020.4.02.5111, com valor estimado de R\$ 41.263, proposto pelo Ministério Público Federal, relacionado a questões ambientais envolvendo a usina de Angra 3, no qual foi proferida sentença de extinção do processo sem resolução do mérito por perda superveniente do objeto, permanecendo a discussão em sede de embargos de declaração.

20 – INCENTIVO DE DESLIGAMENTO DE PESSOAL

Em 21 de novembro de 2024, como parte da estratégia de adequação dos gastos com Pessoal, Material, Serviços e Outros ("PMSO") aos valores regulatórios estabelecidos na Receita Fixa das usinas de Angra 1 e 2, a Eletronuclear instituiu o Programa de Desligamento Voluntário ("PDV-2024"), estabelecendo prazo inicial de adesão entre 25 de novembro de 2024 e 30 de dezembro de 2024.

A adesão ao PDV-2024 é voluntária e depende de manifestação formal do empregado elegível, sendo sua efetivação condicionada à análise e aprovação pela Eletronuclear, que realiza o enquadramento dos participantes em grupos de desligamento conforme critérios internos previamente definidos. Os desligamentos foram estruturados em grupos com datas programadas ao longo de 2025, tendo início em 31 de janeiro de 2025 e término previsto para 30 de dezembro de 2025.

Em 19 de agosto de 2025, foi aprovada a reabertura do prazo de adesão ao programa, mantendo-se integralmente os critérios e parâmetros originalmente estabelecidos. As novas inscrições ocorreram entre 25

de agosto de 2025 e 5 de dezembro de 2025, com desligamentos previstos para os meses de setembro e dezembro de 2025. Essa reabertura teve como objetivo ampliar a adesão ao programa, antecipar a redução de despesas e contribuir para o equilíbrio econômico-financeiro da companhia, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Portaria SEST nº 1.122/2021.

Os empregados que se desligarem voluntariamente por meio do PDV-2024 farão jus ao recebimento das parcelas A, B e C, sendo a parcela C condicionada ao cumprimento das obrigações pelos empregados e estabelecidas e divulgadas nos termos da adesão, conforme disposto quadro abaixo:

Parcelas	Descrição	Características
A	Equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios	Cálculo da Multa do FGTS semelhante à rescisão sem justa causa
B	Equivalente a 100% do aviso prévio para fins rescisórios	Cálculo do aviso prévio semelhante à rescisão sem justa causa
C	Incentivo financeiro	30% do montante referente ao somatório dos valores equivalentes a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios e 100% do aviso prévio para fins rescisórios: 30%*(A+B) Obs: Cálculo do incentivo financeiro levará em conta o piso e teto definido pelo programa.
	Incentivo mínimo (A+B+C)	50.000,00
	Incentivo máximo (A+B+C)	1.000.000,00

Ao término do prazo inicial de adesão, o programa registrou a inscrição de 138 empregados. Após a reabertura das inscrições e considerando novas adesões e eventuais desistências, o total consolidado alcançou 170 empregados. O desembolso total estimado do programa é de R\$ 74.015, dos quais R\$ 33.167 foram realizados ao longo de 2025 e R\$ 40.817 permanecerem previstos para desembolso em 2026.

Cronograma de desligamento				
Data de Saída	Quantidade de empregados	Desembolso		
		Realizado	Previsto	
31/01/2025	38	13.373	-	
31/03/2025	15	5.330	-	
30/06/2025	22	10.421	-	
30/09/2025	13	4.043	-	
30/12/2025	82	-	40.818	
	170	33.167	40.818	

21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Eletronuclear e a INB patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e outros benefícios. Esses benefícios são classificados como Benefício Definido (BD) e de Contribuição Definida (CD).

As controladas patrocinam o Instituto de Seguridade Social (Núcleos). Adicionalmente, a Eletronuclear também é uma das patrocinadoras da Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social. Tais entidades são fechadas e sem fins lucrativos, que têm por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

A tabela abaixo apresenta a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos em comparação com os valores registrados no balanço patrimonial para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados da Eletronuclear e INB das obrigações de benefício pós-emprego – valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contrato de pactuação obrigação financeira	79.302	77.961
Provisão atuarial	118.944	103.121
	198.246	181.082
Circulante	2.300	2.119
Não circulante	195.946	178.963
	198.246	181.082

21.1 – INB

O Núcleo, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira por tempo indeterminado, criada em 1979, com sede na cidade do Rio de Janeiro e com funcionamento autorizado por meio da Portaria nº 1.514/1979, do antigo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que aprovou seu estatuto. É uma entidade regida pelas Leis Complementares nº 108/2001 e nº 109/2001. O Núcleo administra planos de benefícios previdenciários de caráter complementar, patrocinados, entre outras, pela INB, observando o regime de solidariedade entre as patrocinadoras, conforme a legislação aplicável.

O Núcleo está isento do imposto sobre a renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido nos rendimentos auferidos pelos investimentos da Entidade, de acordo com o artigo 5º da Lei nº 11.053/2004, e a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 588/2005.

O número de participantes do Núcleo é a seguinte:

	Sistema Núcleos		INB	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos	2.474	2.578	834	855
Assistidos	1.647	1.607	661	673
Beneficiários	445	435	222	228
Total de Participantes	4.566	4.620	1.717	1.756

As contribuições correntes (das patrocinadoras e dos participantes, na paridade de 1 para 1), destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde entrada no plano.

Durante o exercício de 2025, a controlada INB efetuou contribuições ao plano de benefícios administrado pelo Núcleo no montante de R\$ 15.923 mil, equivalentes a 9,88% da folha de salários de participação, em conformidade com o plano de custeio atuarial vigente e observada a paridade contributiva entre patrocinadora e participantes.

A avaliação atuarial anual de 2025 foi realizada pela assessoria externa responsável pelos cálculos atuariais do plano de benefícios administrado pelo Núcleo, Mirador Assessoria Atuarial Ltda., de acordo com a legislação específica e a metodologia determinada na nota técnica atuarial. Os dados cadastrais dos participantes foram fornecidos pelo Núcleo, com base na data de 30 de junho de 2025. Com base nas Demonstrações Financeiras do Núcleo, o Patrimônio Social, o Patrimônio de Cobertura do Plano e Fundos, em 31 de dezembro de 2025, apresentam-se da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
A. Patrimônio Social	4.887.303	4.435.885
B. Fundos	30.561	288.836
B.1 Fundo Administrativo	25.596	22.241
B.2 Fundo dos Investimentos	4.965	6.595
C. Patrimônio de Cobertura do Plano (A - B)	4.856.742	4.147.049

No exercício de 2025, as hipóteses atuariais utilizadas para efeito da Resolução CVM nº 110/2022 foram atualizadas, e suas comparações com aquelas adotadas pelo Núcleo são demonstradas no quadro a seguir:



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Comparações de Hipóteses	Avaliações CVM
Tábua de Mortalidade de ativos e inativos	AT – 2000 (-10%) M&F
Tábua de Mortalidade de Invalídios	MI – 2006 (-10%) M&F
Tábua de Invalidez	TASA-1927
Taxa de juros atuariais	7,16% a.a.
Taxa de rotatividade	1,44% a.a.
Taxa de crescimento salarial	1,80%
Fator de capacidade	0,9800
Taxa anual de inflação projetada	4,20%
% de casados na data de aposentadoria	85,00%
Diferença de idade entre homens e mulheres	5 anos

Considerando os procedimentos contábeis recomendados pelo CFC, pela CVM, especialmente pela Resolução CVM nº 110/2022 e pelo CPC nº 33 (R1), a INB contratou a avaliação atuarial independente das obrigações decorrentes desse programa de benefícios pós-emprego, por meio da empresa Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda. – registro CIBA nº 161 – Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), cujos resultados são apresentados a seguir.

A avaliação da Grant Thornton é baseada no regime de capitalização sob o método Crédito Unitário Projetado, que difere daquela que é periodicamente realizada pelo Núcleos, cujas bases seguem a legislação setorial específica da previdência complementar.

Com base nas hipóteses acima, a Grant Thornton emitiu um laudo de avaliação com o seguinte resultado para 31 de dezembro de 2025, comparado a 31 de dezembro de 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Alterações nas Obrigações:		
Obrigações no Início do Exercício	1.252.839	1.382.927
Custo do serviço corrente	15.791	18.207
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	149.374	119.688
(Ganhos)/Perdas Atuariais	15.963	(188.685)
Benefícios pagos no ano	(92.601)	(79.298)
Obrigações no Final do Exercício	1.341.366	1.252.839
Alterações nos Ativos Financeiros:		
Valor justo dos ativos financeiros no início do exercício	1.105.906	1.166.936
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	133.456	102.220
Contribuições patronais (normais/extraordinárias)	15.923	15.435
Contribuições de participantes normais	20.033	17.591
Benefícios pagos no ano	(92.601)	(79.298)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	32.126	(116.978)
Ativos financeiros no final do Exercício	1.214.843	1.105.906
Superávit (Déficit) apurado	(126.523)	(146.933)
Contrato de Dívida já reconhecida	192.633	197.251
Passivo a ser reconhecido ao final do exercício	66.110	50.318

Considerando que a INB é corresponsável, em regime de solidariedade plena, pelas obrigações do plano de benefícios administrado pelo Núcleos e que não há segregação formal dos ativos do plano, a avaliação atuarial independente apurou déficit atuarial de R\$ 126,5 milhões em 31 de dezembro de 2025.

A Grant Thornton manteve o critério adotado nas Avaliações Atuariais anteriores, utilizando a proporcionalidade das contribuições normais relativas da INB em relação ao total de contribuições normais vertidas no exercício, extraídas do balancete do NUCLEOS, em 31 de dezembro de 2025. Essa proporcionalidade de contribuições indicou uma taxa de rateio de 29,32% dos ativos financeiros do Plano.

Diante do exposto, tendo em vista que a INB possuía em seu passivo circulante e não circulante uma dívida contratada de R\$ 188.887 mil na data de 31 de dezembro de 2025, esse valor deverá ser deduzido do passivo atuarial apurado, visto se tratar de dívida relacionada aos benefícios pós-emprego do plano previdenciário, e não há a necessidade de nenhum registro em Resultados Abrangentes.

21.2 – Eletronuclear

A Eletronuclear patrocina planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e outros benefícios. Esses benefícios são classificados como Benefícios Definidos (BD) e de Contribuição Definida (CD).

A Eletronuclear é uma das patrocinadoras da Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social e do Núcleos – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

O plano de benefício previdenciário normalmente expõe a Eletronuclear a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

a) **Risco de investimento:** O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em renda fixa e variável considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 4.661/18 do Conselho Monetário Nacional e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano;

b) **Risco de taxa de juros:** A variação da taxa de desconto influencia o valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário. A redução da taxa de desconto aumenta o valor presente da obrigação registrado no passivo da Controladora; enquanto o aumento da taxa gera o inverso;

c) **Risco de longevidade:** O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes aumentará o passivo do plano; e

d) **Risco de salário:** O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes aumentará o passivo do plano.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados das obrigações com benefícios pós-emprego da Eletronuclear.

Obrigações de benefício pós-emprego – valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	31/12/2025	31/12/2024
Contrato de pactuação obrigação financeira	79.302	77.961
Provisão atuarial	118.944	103.121
Total das obrigações de benefício pós-emprego	198.246	181.082
Circulante	2.300	2.119
Não Circulante	195.946	178.963
	198.246	181.082

a) Conciliação dos passivos dos planos de previdência e outros benefícios

Planos de benefícios definidos previdenciários – Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

a.1) Real Grandeza:

	31/12/2025	31/12/2024
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	1.968.079	1.765.097
Valor justo dos ativos do plano	(2.167.325)	(2.113.282)
Teto do Ativo	199.246	348.185
Passivo/(Ativo), líquido	-	-
Custo de serviço corrente, líquido	6.809	12.440
Custo de juros, líquido	(94.730)	(15.762)
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	(87.921)	(3.322)

a.2) Núcleos

	31/12/2025	31/12/2024
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	2.256.106	1.990.964
Valor justo dos ativos do plano	(2.161.330)	(1.914.923)
Passivo/(ativo), líquido	94.776	76.041
Custo de serviço corrente, líquido	35.456	5.899
Custo de juros, líquido	6.355	32.980
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	41.811	38.879

Outros benefícios pós-emprego – Valores reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício:

a.3) Saúde:

	31/12/2025	31/12/2024
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	24.169	27.080
Passivo/(Ativo), líquido	24.169	27.080
Custo de juros, líquido	3.318	3.914
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	3.318	3.914

b) Divulgação de benefícios definidos previdenciários

Resultados de benefícios definidos previdenciários – conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido.

b.1) Real Grandeza:

	31/12/2025	31/12/2024
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.765.097	2.243.656
Custo de serviço corrente	6.809	12.440
Juros sobre a obrigação atuarial	221.620	207.763
Benefícios pagos no ano	(132.930)	(159.020)
Contribuições normais do participante	2.200	3.517
(Ganhos)/Perdas sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	105.283	(543.259)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	1.968.079	1.765.097

b.2) Núcleos:

	31/12/2025	31/12/2024
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.990.964	2.275.584
Custo de serviço corrente	35.456	5.899
Juros sobre a obrigação atuarial	244.850	214.677
Benefícios pagos no ano	(118.428)	(107.333)
Contribuições Normais do Participante	22.044	20.868
(Ganhos)/Perdas sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	81.220	(418.731)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	2.256.106	1.990.964

Planos de benefícios definidos previdenciários – conciliação do valor justo dos ativos:

b.3) Real Grandeza:

	31/12/2025	31/12/2024
Valor justo dos ativos no início do ano	2.113.282	3.031.786
Benefícios pagos durante o exercício	(132.930)	(159.020)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	2.200	3.516
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	2.169	3.523
Rendimento esperado dos ativos no ano	357.713	284.990
Ganho sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	(175.109)	(1.064.753)
Ajuste justo dos ativos ao final do ano	-	13.240
Valor justo dos ativos ao final do ano	2.167.325	2.113.282

b.4) Núcleos:

	31/12/2025	31/12/2024
Valor justo dos ativos no início do ano	1.914.923	1.940.634
Benefícios pagos durante o exercício	(118.428)	(107.333)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	22.044	20.868
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	34.622	29.504
Rendimento esperado dos ativos no ano	238.494	181.697
Ganho sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	69.675	(123.122)
Ajuste valor justo do ativo do ano anterior	-	(27.325)
Valor justo dos ativos ao final do ano	2.161.330	1.914.923

Resultados de benefícios definidos previdenciários – Montantes reconhecidos no resultado:

	31/12/2025	31/12/2024
Perdas atuariais reconhecidos no resultado do exercício		
Real Grandeza	(83.415)	(870)
Núcleos	34.566	(35.612)
Saúde	1.052	(1.279)
	(47.797)	(37.761)

Resultados de benefícios definidos previdenciários – Montantes reconhecidos em outros resultados abrangentes:

	31/12/2025	31/12/2024
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos no resultado do exercício – Real Grandeza	(83.415)	(870)
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos no resultado do exercício – Núcleos	34.566	(35.612)
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos no resultado do exercício – Saúde	1.052	(1.279)
Total	(47.797)	(37.761)

Resultados de benefícios definidos previdenciários – Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



	31/12/2025	31/12/2024
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício – Real Grandeza	(90.089)	(6.845)
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício – Núcleos	(11.545)	295.609
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício – Saúde	3.962	17.130
Encargos e var. monetária pactuação obrigação financeira com Real Grandeza	(7.225)	(7.095)
PED – Plano de equacionamento de déficit	-	(75.641)
Reclassificação entre passivo e resultado abrangente ano anterior	-	(27.326)
Total	(104.897)	195.832

c) Divulgação de outros benefícios pós-emprego

Resultados de outros benefícios pós-emprego – conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido.

c.1) Saúde:

	31/12/2025	31/12/2024
Valor das obrigações atuariais no início do ano	27.080	42.931
Juros sobre a obrigação atuarial	3.318	3.914
Benefícios pagos no ano	(2.267)	(2.635)
(Ganhos)/Perdas sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(3.962)	(17.130)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	24.169	27.080

d) Hipóteses atuariais e econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

Hipóteses Econômicas		
Fundação Real Grandeza	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	7,25%	7,67%
Projeção de aumento médio dos salários	2,01%	2,00%
Taxa média de inflação anual	4,05%	4,96%

Núcleos		
	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	7,37%	7,40%
Projeção de aumento médio dos salários	1,80%	1,80%
Taxa média de inflação anual	4,05%	4,96%

Hipóteses Demográficas		
Fundação Real Grandeza	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de rotatividade	1,53%	Nula
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT 2000 Básica, segregada por sexo	RP-2000 Geracional com escala MP
Tábua de mortalidade de inválidos	PUB 2010 MI segregada por sexo	PUB 2010 MI segregada por sexo
Tábua de invalidez	Álvaro Vindas, Desagravada em 50%	Álvaro Vindas, Suavizada em 50%

Núcleos		
	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de rotatividade	Experiência Núcleos 2024	Experiência Núcleos 2021
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT 2000 Segregada por Sexo e Suavizada em 10%	AT 2000 Segregada por Sexo e Suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	MI 2006 D10% Segregada por Sexo	MI 2006 Segregada por Sexo e Suavizada em 10%
Tábua de invalidez	TASA 1927	TASA 1927

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Eletronuclear tem como base as tendências históricas de retorno e previsões de analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano Real Grandeza foi negativo em R\$ 175.109 em 31 de dezembro de 2025 (perda de R\$ 1.064.753 em 31 de dezembro de 2024) e do plano Núcleos foi positivo em R\$ 69.675 em 31 de dezembro de 2025 (perda de R\$ 123.122 em 31 de dezembro de 2024).

e) Fluxo de pagamentos de benefícios esperado para os próximos anos:

Real Grandeza	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2025	150.455	159.093	149.630	142.522	1.366.379	1.968.079

Núcleos	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2025	138.364	140.296	135.372	131.637	1.710.437	2.256.106

Saúde	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2025	1.644	1.602	1.577	1.529	17.817	24.169

f) Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos

f.1) Real Grandeza:

Categoria de Ativo	31/12/2025	31/12/2024
Valores disponíveis imediatos	19	65
Realizáveis	26.265	26.414
Investimentos em renda fixa, variável e estruturados	2.129.238	2.070.309
Investimentos imobiliários	41.671	43.058
Empréstimos e financiamentos	3.588	8.430
Crédito privado	12.346	11.195
Depósitos judiciais	358	357
Ativo Líquido Total	2.213.485	2.159.828
(-) Exigíveis Operacionais	(5.604)	(4.887)
(-) Exigíveis Contingenciais	(8.706)	(11.380)
(-) Fundos Administrativos	(12.445)	(12.064)
(-) Fundo para garantia de operações com participantes	(19.405)	(18.215)
Total dos ativos	2.167.325	2.113.282

f.2) Núcleos:

Categoria de Ativo	31/12/2025	31/12/2024
Valores disponíveis imediatos	10	39
Realizáveis	233.805	232.240
Investimentos em renda fixa, variável e estruturados	2.106.453	1.862.075
Investimentos imobiliários	24.635	25.017
Empréstimos e financiamentos	11.590	10.463
Depósitos judiciais	12	25
Crédito privado	26.363	24.743
Ativo Líquido Total	2.402.868	2.154.602
(-) Contribuições contratadas	(215.829)	(216.246)
(-) Exigíveis Operacionais	(8.988)	(8.431)
(-) Exigíveis Contingenciais	(1.545)	(1.058)
(-) Fundos Administrativos	(12.529)	(10.755)
(-) Fundo para garantia de operações com participantes	(2.646)	(3.189)
Total dos ativos	2.161.331	1.914.923

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos de investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

g) Efeitos da variação percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto, aumento salarial, aumento nos custos médicos e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças, razoavelmente, possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Plano	Premissa	Varição	Impacto na obrigação
Plano de Benefício Definido – Real Grandeza	Taxa de desconto nominal	+1 p.p.	Redução de R\$ 207.148
		-1 p.p.	Aumento de R\$ 236.888
	Crescimento salarial	+1 p.p.	Aumento de R\$ 22.329
		-1 p.p.	Redução de R\$ 24.000
Plano de Benefício Definido – Núcleos	Taxa de desconto nominal	+1 p.p.	Redução de R\$ 209.466
		-1 p.p.	Aumento de R\$ 230.903
	Crescimento salarial	+1 p.p.	Aumento de R\$ 109.472
		-1 p.p.	Redução de R\$ 125.897
Plano de Saúde	Taxa de desconto nominal	+1 p.p.	Redução de R\$ 2.419
		-1 p.p.	Aumento de R\$ 2.448
	Custos médicos	+1 p.p.	Aumento de R\$ 2.707
		-1 p.p.	Redução de R\$ 3.158

Plano de Equacionamento de Déficit (PED)

Em decorrência dos efeitos da pandemia do COVID-19 sobre as economias do Brasil e do mundo, o Núcleo – Instituto de Seguridade Social apresentou em 31 de dezembro de 2021 um resultado deficitário no Plano Básico de Benefício (PBB) o qual ensejou a elaboração de um Plano de Equacionamento do Déficit (PED).

O PED visa manter o equilíbrio entre o Ativo e o Passivo e efetuar o reequilíbrio atuarial do Plano Básico de Benefícios do Núcleo (PBB), tendo em vista que, no exercício de 2021, o limite permitido pelas Resoluções CNPC nº 30/2018 e Instrução Previc nº 33/2020 foi ultrapassado em R\$ 289,3 milhões.

O equacionamento do Plano será efetuado através de contribuições extraordinárias, sendo dividido da seguinte forma: 46,30% para as patrocinadoras e 53,70% para os participantes ativos, aposentados e pensionistas, conforme estudo elaborado pela empresa de atuária responsável pelo PBB, a Mirador.

Do total a ser equacionado, será de responsabilidade da Eletronuclear o montante de R\$ 61.728 (data base de 31 de dezembro 2021), a ser reconhecido por meio da formalização de um Contrato de Confissão de Dívida, a ser celebrado entre a Eletronuclear e o Núcleo. A parcela a ser equacionada pela Eletronuclear será atualizada financeiramente até o momento de início das parcelas do contrato, mediante a aplicação da taxa de juros e do índice de atualização monetária (INPC/IBGE), que serão definidos contratualmente.

Primeiramente, o PED foi aprovado pelo Conselho de Administração da Eletronuclear e da ENBPar e, em agosto de 2023, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, por meio do Ofício SEI nº 1264/2023/MGI, aprovou o PED segundo as informações descritas na nota técnica SEI nº 101/2023/MGI.

O valor do equacionamento que cabe à Eletronuclear é ajustado pela taxa de juros do plano à época, ou seja, 5,23% a.a. + INPC mensal. O prazo de amortização do déficit é de 23 anos e 10 meses, inclusive para as patrocinadoras, sendo 13 pagamentos por ano. O valor de responsabilidade da Eletronuclear com base no último índice em 31.12.2023 é de R\$ 75.727.

Por deliberação do Conselho Deliberativo do Núcleo, foi implementado o Plano de Equacionamento de Déficit, com o início da cobrança das contribuições extraordinárias, junto aos participantes do plano, a partir da folha de pagamento de janeiro/2024.

Quanto à parte que cabe à patrocinadora Eletronuclear, o saldo foi atualizado para R\$ 75.641 com base no índice de janeiro de 2024, e o pagamento das parcelas começou a ser realizado a partir de fevereiro de 2024.

	Eletronuclear
Saldo em 31 de dezembro de 2023	75.641
Juros, encargos, variações monetárias incorridos	7.083
Juros pagos	(3.593)
Amortização do principal	(1.170)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	77.961
Juros, encargos, variações monetárias incorridos	7.225
Juros pagos	(4.016)
Amortização do principal	(1.868)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	79.302

22 – CONTAS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA E PROGRAMAS

O saldo da Conta de Comercialização de Energia e Programas de Governo, registrado no passivo circulante no montante de R\$ 4.779.131 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 3.913.445 em 31 de dezembro de 2024), representa obrigação presente da ENBPar, na qualidade de agente gestor e operacionalizador de programas e contratos setoriais instituídos por legislação federal e regulamentação da ANEEL, relativa a recursos vinculados arrecadados e ainda não liquidados na data-base, cuja destinação é exclusiva ao cumprimento de obrigações legais, regulatórias e contratuais, não integrando o patrimônio próprio da ENBPar e sendo executados conforme cronogramas e diretrizes estabelecidos pelos normativos aplicáveis, não havendo, até a referida data, litígios, contingências ou questionamentos administrativos que comprometam sua exigibilidade.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os saldos apurados eram os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Comercialização de energia de Itaipu	1.031.042	887.932	1.031.042	887.932
Proinfra	2.359.128	1.747.213	2.359.128	1.747.213
Procel	1.388.961	1.278.300	1.388.961	1.278.300
	4.779.131	3.913.445	4.779.131	3.913.445

A Administração avalia que os saldos registrados refletem adequadamente as obrigações decorrentes da arrecadação e gestão de recursos vinculados, estando suportados por controles internos, conciliações periódicas e normativos regulatórios específicos, não havendo indícios de perda, risco relevante de não liquidação ou exposição financeira própria da Companhia associada a tais valores.

23 – OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS E RESSARCIMENTO EXCEDENTE SOBRE FUNDO DESCOMISSIONAMENTO

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Obrigação para desmobilização de Ativos	777.829	662.865
Ressarcimento excedente sobre o fundo de descomissionamento	2.375.582	2.151.593
	3.153.411	2.814.458

Na Eletronuclear, o descomissionamento de usinas nucleares refere-se ao valor presente do montante financeiro necessário para cobrir os custos de desmobilização dos ativos ao final da vida útil econômica delas.

Conforme estabelecido no CPC 25, a estimativa inicial dos custos de descomissionamento referentes à desmontagem, remoção do item e restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas deve ser contabilizada como custo do empreendimento.

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento, considera-se o custo total estimado para a desmobilização e o cronograma de desembolsos, descontado a uma taxa que represente o risco do passivo para descomissionamento.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Para a posição de 31 de dezembro de 2025, foi atualizada a estimativa dos custos relacionados com as atividades de descomissionamento definindo-se o novo valor de provisão. Como premissa, foram considerados os custos estimados de descomissionamento tendo em vista a extensão de vida útil de Angra 1 e Angra 2 por mais 20 anos além do período inicial de operação de 40 anos. Desta forma, a Usina de Angra 1 teria sua operação até 2044 e a Usina de Angra 2 até 2062. Conforme estabelecido na revisão do Plano Preliminar de Descomissionamento aprovado pelo regulador CNEN e contemplando o plano de descomissionamento conjunto protelado e os custos estimados para a desmobilização em conjunto das usinas da CNAEA.

Neste contexto, a provisão foi estimada a preços correntes e com base no fluxo de caixa projetado, utilizando uma taxa de desconto nominal média de 10,75% a.a., taxa formada pelo spread da NTN-B Principal na data de 30 de dezembro de 2025, com maturity mais próxima da próxima data de início da atividade de cada rubrica, somado à inflação projetada, medida pelo IPCA.

A estimativa de custo para a realização do descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2 totaliza o montante de R\$ 7.982.687, sendo o ajuste a valor presente da obrigação para descomissionamento no montante de R\$ 7.204.858 perfazendo um reconhecimento da obrigação na data-base de 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 777.829 (R\$ 662.865 em 31 de dezembro de 2024).

O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de desmobilização de ativos:

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Estimativa Total de Custo	Ajuste a valor presente	Estimativa a valor presente	Valor presente
Angra 1	3.747.581	(3.242.409)	505.172	435.464
Angra 2	4.235.106	(3.962.449)	272.657	227.401
	7.982.687	(7.204.858)	777.829	662.865

23.1 - Ressarcimento excedente sobre fundo descomissionamento

Devido à incerteza quanto à utilização do fundo de descomissionamento para fins que não sejam relacionados à desmobilização dos ativos, a Eletronuclear considera que o superávit na data base 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 2.375.583 (R\$ 2.151.592 em 31 de dezembro de 2024), referente à diferença entre a estimativa para provisão de desmobilização de ativos e o valor do fundo atualmente constituído, deva permanecer registrado no passivo como uma obrigação regulatória devido a uma provável expectativa de futuro ressarcimento do excedente de arrecadação.

Mediante a determinação proferida pelo Acórdão nº 2503/2024 – TCU – Plenário, em 05 de fevereiro de 2025, a Eletronuclear realizou o segundo saque no valor de R\$ 406.652. Igualmente à realização do primeiro saque, a Eletronuclear imediatamente deu conhecimento aos seus órgãos reguladores (CNEN e ANEEL), bem como ao Egrégio TCU.

A manutenção no passivo encontra respaldo normativo no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que determina: "em casos raros que não é claro se existe ou não uma obrigação presente. Nesses casos, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço."

A Eletronuclear entende ser mais provável que sim do que não existir uma obrigação de devolução do saldo que exceder os valores para desmobilizar as usinas, considerando:

(i) Casos análogos em que nossa antiga Controladora (Axia) geriu recursos para fins específicos, resultando na devolução dos recursos excedentes ao final (RGR);

(ii) A definição da ANEEL de que o fundo de descomissionamento é a cobertura dada para a composição de fundo financeiro necessário para o desmantelamento das Centrais de Geração após o seu desligamento, sendo este originado via Parcela A;

(iii) Apontamentos do TCU sobre o resgate parcial sem prévia anuência dos agentes reguladores.

24 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social – A Controladora em 31 de dezembro de 2025, possui um capital social de R\$ 6.323.492, representado por 4.000.000.000 (quatro bilhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado pela União, sua única acionista.

O patrimônio líquido está assim composto:

	31/12/2025	31/12/2024
Capital Social	6.323.492	6.323.492
Ajustes de avaliação patrimonial	382.618	450.713
Reservas		
Legal	54.325	44.995
Lucro	-	357.097
Estatutária	774.119	284.076

Reserva legal – Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

Reserva estatutária – Destinada ao financiamento de investimentos e projetos estratégicos do Grupo ENBPar, conforme previsto no Estatuto Social.

Ajustes de avaliação patrimonial – Referem-se substancialmente aos efeitos das avaliações atuariais independentes relativas a benefícios pós-emprego, conforme Nota Explicativa nº 21.

Destinação do lucro – A destinação do lucro do exercício foi efetuada nos termos da Lei nº 6.404/1976 e do Estatuto Social da Controladora, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício	186.591	308.149
Lucro de exercício anterior	-	90.554
Lucro líquido ajustado	186.591	398.703
(-) Constituição da reserva legal (5%)	9.330	19.935
Lucro líquido ajustado (art. 202 da Lei nº 6.404/1976)	177.261	378.768
Dividendo a distribuir (25%)	44.315	94.692
Reserva estatutária	132.946	284.076

Dividendos - Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos mínimos obrigatórios, que, segundo o Estatuto da Controladora, serão de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. Em conformidade com o Decreto nº 2.673/1998, sobre os valores dos dividendos incidem encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, calculados a partir do encerramento do exercício social até a data do efetivo pagamento.

25 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta				
Suprimento de energia elétrica (a)	-	-	4.188.824	4.816.685
Receita de administração (b)	155.335	112.732	154.016	114.580
Venda de produtos e serviços	-	-	8.188	12.197
	155.335	112.732	4.351.028	4.943.462
Deduções				
(-) PIS e COFINS	(14.369)	(10.428)	(403.003)	(456.497)
(-) ICMS	-	-	(436)	(1.311)
(-) Encargos	-	-	(125.665)	(144.501)
(-) Outros	-	-	(458)	(2.348)
	(14.369)	(10.428)	(529.562)	(604.657)
Receita operacional líquida (ROL)	140.966	102.304	3.821.466	4.338.805

(a) A variação da receita operacional líquida no consolidado decorre, principalmente, da redução da receita de suprimento de energia elétrica da Eletronuclear S.A., pela diminuição da tarifa da receita fixa, que passou de R\$ 355,16/MW em 2024 para R\$ 308,74/MW em 2025, conforme estabelecido na Resolução Homologatória nº 3.432/2024 da ANEEL.

(b) Na Controladora, a variação decorre, principalmente, da ampliação da receita de Administração LPT, relacionada à assinatura do contrato de operacionalização do Programa Luz para Todos, que prevê o ressarcimento de custos administrativos equivalente a 1% do valor total do contrato, reconhecido conforme as condições contratuais.

As receitas de administração são compostas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ressarcimento de encargos de administração e supervisão	105.854	105.857	105.854	105.857
Administração RGR	3.445	4.568	3.445	4.568
Administração Mútuo	2.207	786	-	-
Administração LPT	43.829	1.521	43.829	1.521
Outras Receitas	-	-	888	2.634
	155.335	112.732	154.016	114.580

26 – CUSTOS OPERACIONAIS

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Custos operacionais		
Encargos sobre uso da rede elétrica	(233.658)	(240.364)
Custo do produto vendido	(1.581)	-
Pessoal	(783.478)	(648.016)
Salários	(445.162)	(372.578)
Encargos	(160.015)	(109.747)
Planos de Saúde	(53.242)	(38.669)
Demais Benefícios	(63.508)	(100.382)
FGTS	(38.669)	(26.219)
Incentivo de desligamento	(22.882)	(421)
Material	(85.285)	(70.086)
Serviço	(271.708)	(275.488)
Outros	(1.215.861)	(1.002.654)
Depreciação/Amortização	(294.898)	(192.057)
Combustível para produção de energia elétrica	(623.898)	(670.608)
Provisões/Reversões operacionais (a)	(223.991)	-
Outros custos	(73.074)	(139.989)
	(2.591.571)	(2.236.608)

(a) Refere-se, principalmente, a atualização das estimativas das obrigações de descomissionamento e da rentabilidade dos ativos vinculados ao fundo, resultando no reconhecimento do excedente das obrigações em relação aos recursos disponíveis.

Os custos operacionais consolidados apresentaram aumento de R\$ 130.994 (5,9%) em 31 de dezembro de 2025, concentrado substancialmente na Eletronuclear. A variação decorreu, principalmente, do crescimento das despesas com pessoal, que aumentaram R\$ 135.462 (21%), refletindo reajustes salariais, encargos sociais e despesas com programas de desligamento, bem como da elevação da depreciação e amortização, que cresceu R\$ 102.841 (54%) associada à entrada em operação de ativos e à maior amortização do combustível nuclear. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela redução do consumo de combustível nuclear, em razão de paradas programadas.

27 – DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas operacionais				
Pessoal	(31.566)	(35.417)	(515.114)	(723.852)
Salários	(28.606)	(26.005)	(241.408)	(373.953)
Encargos	(8.158)	(8.261)	(122.161)	(165.270)
Ressarcimento (a)	15.288	7.464	15.288	7.464
Planos de Previdência	-	-	(5.628)	(1.068)
Planos de Saúde	(321)	-	(57.487)	(83.598)
Demais Benefícios	(2.211)	(1.729)	(56.266)	(62.189)
FGTS	(2.387)	(2.338)	(29.610)	(39.507)
Incentivo de desligamento	-	-	(10.316)	-
Diretoria e membros do Conselho	(5.171)	(4.548)	(7.526)	(5.731)
Material	(89)	(208)	(24.160)	(43.639)
Serviço	(8.551)	(4.740)	(183.645)	(221.805)
Outros	(6.925)	(4.069)	(393.166)	(286.584)
Depreciação/Amortização	(1.684)	(1.748)	(45.172)	(52.695)
Provisões/Reversões judiciais	-	-	(213.353)	(96.567)
Outras despesas	(5.241)	(2.321)	(134.641)	(137.322)
	(47.131)	(44.434)	(1.116.085)	(1.275.880)

Refere-se a ressarcimentos relacionados à execução de Programas de Governo, à administração do BUSA e à comercialização da energia de Itaipu, no âmbito das atribuições da ENBPar. A partir de 2025, o Procel passou a efetuar ressarcimentos à ENBPar, o que explica o aumento significativo desse montante em comparação ao exercício de 2024.

As despesas operacionais consolidadas apresentaram redução de R\$ 281.801 (-22,1%) em 2025, quando comparadas a 2024, movimento concentrado substancialmente na Eletronuclear e decorrente, principalmente, da diminuição das despesas com pessoal (-28,8%), refletindo a normalização de efeitos extraordinários registrados no exercício anterior, bem como do menor impacto de provisões, ajustes específicos e despesas com serviços (-17,2%), além da redução em provisões judiciais, fatores que contribuíram para a melhora do perfil de despesas recorrentes; tal variação foi parcialmente compensada pelo reconhecimento de despesas com incentivo de desligamento em 2025, em linha com medidas de otimização da estrutura organizacional, resultando, no consolidado, em aprimoramento do desempenho operacional do Grupo e maior controle das despesas administrativas na Eletronuclear.

28 – RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O resultado da equivalência patrimonial corresponde à participação da Controladora no resultado das controladas e da Itaipu Binacional, apurado pelo método da equivalência patrimonial, conforme disposto no CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição do resultado foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Eletronuclear	(45.639)	174.594	-	-
Indústrias Nucleares do Brasil	(156.939)	117.710	-	-
Itaipu Binacional	179.838	156.848	179.838	156.848
Lucro não realizado				
Lucro a realizar	(209.599)	(524.081)	-	-
Realização do lucro	259.868	144.544	-	-
	27.629	69.615	179.838	156.848



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



O resultado da equivalência patrimonial em 2025 decorreu principalmente do desempenho das controladas — com redução do resultado da INB e da Eletronuclear — parcialmente compensado pelo maior resultado da Itaipu Binacional, sendo os lucros não realizados oriundos das operações de combustível nuclear entre INB e Eletronuclear eliminados até sua efetiva realização econômica por meio da geração de energia, em conformidade com o CPC 18 (R2) e com a substância econômica das operações do Grupo.

29 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Perda na desativação de bens (a)	-	-	-	(166.118)
Reversão de provisões	-	-	(1.746)	(2.984)
Outras receitas e despesas (b)	-	7	26.154	325.646
Recuperação de despesas - Procel (c)	18.987	-	18.987	-
	18.987	7	43.395	156.544

- a) Em 2024 houve o reconhecimento de perda na desativação de bens no consolidado, não havendo ocorrência dessa natureza no exercício de 2025;
- b) A variação observada no consolidado decorre, principalmente, da redução dos valores registrados na rubrica "Outras receitas e despesas", os quais em 2024 foram impactados por efeitos não recorrentes, incluindo movimentações relacionadas a provisões e ao fundo de descomissionamento. Em 2025, observa-se menor influência desses eventos;
- c) Refere-se a ressarcimentos associados à execução do programa, reconhecidos no resultado conforme o regime de competência. No exercício de 2025, foram registrados aproximadamente R\$ 7 milhões referentes ao período corrente, bem como valores retroativos relacionados aos exercícios de 2022 a 2024, os quais totalizaram cerca de R\$ 16 milhões, reconhecidos no período em decorrência da regularização e validação dos respectivos créditos. O montante total reconhecido no consolidado em 2025 foi de R\$ 18.987.

30 – RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro da Controladora e de suas controladas é composto pelas seguintes rubricas:

31 – APRESENTAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADORA, DAS OPERAÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO DE ITAIPU, PROINFA E PROCEL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	31/12/2025					31/12/2024			
	Controladora	C.E. Itaipu	Proinfa	Procel	Aglutinado	Controladora	C.E. Itaipu	Proinfa	Aglutinado
Receita operacional bruta	155.335	13.020.833	6.107.585	-	19.283.753	112.732	12.979.803	5.006.479	18.099.014
(-) Deduções sobre a receita	(14.369)	(1.204.427)	(564.952)	-	(1.783.748)	(10.428)	(1.152.398)	(463.099)	(1.625.925)
Receita operacional líquida	140.966	11.816.406	5.542.633	-	17.500.005	102.304	11.827.405	4.543.380	16.473.089
Custos operacionais	-	(11.687.875)	(5.241.758)	-	(16.929.633)	-	(12.208.905)	(5.040.952)	(17.249.857)
RESULTADO BRUTO	140.966	128.531	300.875	-	570.372	102.304	(381.500)	(497.572)	(776.768)
Receita / (Despesas) operacionais	(47.131)	(11.500)	(10.101)	(31.458)	(100.190)	(44.434)	(10.891)	(10.002)	(65.327)
Resultado da equivalência patrimonial	27.629	-	-	-	27.629	69.615	-	-	69.615
Outras receitas e despesas líquidas	18.987	-	-	-	18.987	7	-	-	7
	(515)	(11.500)	(10.101)	(31.458)	(53.574)	25.188	(10.891)	(10.002)	4.295
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	140.451	117.031	290.774	(31.458)	516.798	127.492	(392.391)	(507.574)	(772.473)
Resultado Financeiro	160.269	350.352	321.128	173.224	1.004.973	114.912	145.873	190.127	450.912
RESULTADO ANTES DAS TRANSFERENCIAS	300.720	467.383	611.902	141.766	1.521.771	242.404	(246.518)	(317.447)	(321.561)
Transferência do resultado da conta de comercialização de energia elétrica Itaipu e Proinfa									
Operacional	-	(117.031)	(290.774)	352	(407.453)	-	392.391	507.574	899.965
Financeiro	-	(350.352)	(321.128)	(142.118)	(813.598)	-	(145.873)	(190.127)	(336.000)
	-	(467.383)	(611.902)	(141.766)	(1.221.051)	-	246.518	317.447	563.965
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS	300.720	-	-	-	300.720	242.404	-	-	242.404
Imposto de renda e contribuição social	(107.480)	-	-	-	(107.480)	72.204	-	-	72.204
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	193.240	-	-	-	193.240	314.608	-	-	314.608
Participações no resultado	(7.649)	-	-	-	(7.649)	(6.459)	-	-	(6.459)
LUCRO DO EXERCÍCIO	186.591	-	-	-	186.591	308.149	-	-	308.149

Os programas LPT, RGR, e BUSA não apresentam reflexos operacionais no resultado.

32 – RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação foi apurado em conformidade com o CPC 41 (R1) – Resultado por Ação, mediante a divisão do lucro líquido atribuível à acionista controladora pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação no exercício.

Considerando que não houve alteração na quantidade de ações emitidas no período, o número médio ponderado corresponde ao total de 4.000.000.000 ações ordinárias.

A Controladora não possui instrumentos patrimoniais potencialmente dilutivos nem ações em tesouraria; dessa forma, o resultado por ação básico e diluído são equivalentes.

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício	186.591	308.149
Quantidade de ações ordinárias	4.000.000.000	4.000.000.000
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	0,046648	0,077037

33 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

33.1 – Gestão do risco de capital

Em consonância com outras empresas do setor, o Grupo ENBPar monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à exposição líquida dividida pelo montante do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos (Nota explicativa 16), subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (Notas explicativas 4 e 5). O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Receita de juros, comissões e taxas	59.218	19.080	-	-
Receita de aplicações financeiras	114.975	77.513	227.450	168.507
Ganho sobre TVM - Fundo descomissionamento	-	-	427.684	244.198
Atualizações monetárias ativas	1.084	1.375	8.173	12.483
Outras receitas financeiras	-	-	59.217	92.151
	175.277	97.968	722.524	517.339
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	-	-	(544.543)	(507.508)
Perda sobre TVM - Fundo descomissionamento	-	-	-	(50.292)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos	-	-	(69.522)	(261.987)
Atualizações monetárias passivas	-	-	(100.901)	(47.805)
Encargos de arrendamento	(124)	(193)	(14.030)	(3.836)
Outras despesas financeiras	(4.085)	(3.634)	(32.236)	(47.529)
	(4.209)	(3.827)	(761.232)	(918.957)
Itens financeiros				
Variações cambiais, líquidas	(10.799)	20.771	(1.084)	34.465
	(10.799)	20.771	(1.084)	34.465
Resultado Financeiro	160.269	114.912	(39.792)	(367.153)

No exercício de 2025, o resultado financeiro da Controladora foi positivo em R\$ 160.269 (R\$ 114.912 em 2024), influenciado, substancialmente, pelo incremento das receitas de aplicações financeiras, refletindo o maior volume de recursos aplicados e o comportamento das taxas de mercado.

No Consolidado, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 39.792 (R\$ 367.153 negativos em 2024). A redução do resultado negativo em relação ao exercício anterior decorre, principalmente: (i) do aumento da rentabilidade dos ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, notadamente os vinculados ao fundo de descomissionamento; e (ii) da menor despesa com ajuste a valor presente da obrigação de desmobilização de ativos, reconhecida nos termos do CPC 25 e do CPC 27.

Tais efeitos foram parcialmente compensados pelos encargos financeiros incidentes sobre empréstimos e financiamentos da controlada Eletronuclear, mensurados ao custo amortizado conforme CPC 48.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Total dos empréstimos e financiamentos	8.132.421	8.485.259
(-) Caixa e equivalentes de caixa – Caixa e Banco	(1.215.558)	(1.366.023)
(-) Títulos e valores mobiliários (CP)	(199.145)	(966.200)
Exposição líquida	6.717.718	6.153.036
(+) Total do Patrimônio Líquido	15.275.549	15.369.228
Total do capital	21.993.267	21.522.264
Índice de alavancagem financeira	31%	29%

33.2 – Classificação por categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio para gestão e das características do fluxo de caixa contratual. A Controladora e suas controladas classificam os ativos financeiros nas seguintes categorias:

33.2.1 - Custo amortizado

Os ativos financeiros que são detidos e gerenciados em um modelo de negócios cujo objetivo é coletar apenas fluxos de caixa contratuais (juros e principal) devem ser classificados como ativos financeiros ao custo amortizado. Em resumo, se o ativo financeiro é um instrumento de dívida simples, cujo objetivo consiste em receber apenas juros e principal, ele deve ser classificado e contabilizado ao custo amortizado.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras, usando o método da taxa efetiva de juros.



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

DO LADO DO POVO BRASILEIRO

33.2.2 - Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Quaisquer ativos financeiros que não sejam classificados nas categorias de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes devem ser mensurados e reconhecidos pelo justo valor por meio do resultado. Portanto, a categoria de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado representa uma categoria "residual". Os ativos financeiros que são detidos para negociação e gerenciados com base no justo valor, também estão incluídos nesta categoria.

Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado a valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos no resultado financeiro, no período em que ocorrerem.

33.2.3 – Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Controladora e de suas controladas são reconhecidos e mensurados de acordo com o CPC 48 (IFRS 9).

Os ativos financeiros são classificados, conforme o modelo de negócios adotado e as características dos fluxos de caixa contratuais, nas seguintes categorias:

- (i) custo amortizado; e
- (ii) valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são, substancialmente, classificados e mensurados ao custo amortizado.

A seguir, apresenta-se a composição dos instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ATIVOS FINANCEIROS				
Custo amortizado	9.874.224	9.577.988	10.149.987	10.283.624
Caixa e equivalentes de caixa	6.258.700	5.495.534	6.476.457	6.112.769
Clientes	1.968.681	2.444.390	2.394.286	2.865.303
Depósitos judiciais	15	-	98.393	87.499
Empréstimos e financiamentos	1.646.828	1.638.064	1.180.851	1.218.053
Valor justo por meio do resultado	-	-	3.352.556	3.780.658
TVM e fundo para descomissionamento	-	-	3.352.556	3.780.658
PASSIVOS FINANCEIROS				
Custo amortizado	4.447.775	5.152.709	12.525.059	13.392.648
Fornecedores	3.261.508	3.926.609	4.334.059	4.870.487
Empréstimos e financiamentos	1.180.851	1.218.053	8.132.421	8.485.259
Arrendamentos	5.416	8.047	58.579	36.902

33.3 - Gestão de riscos financeiros

No exercício de suas atividades, a Controladora e suas controladas são impactadas por eventos de risco que podem comprometer seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros.

Para a gestão de riscos financeiros, a Controladora e suas controladas definiram políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

33.3.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Controladora e suas controladas terem seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Controladora e suas controladas apresentam exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte-americano e euro, que causam volatilidade em seus resultados, bem como em seu fluxo de caixa.

A Eletronuclear possui política de *hedge* financeiro cujo objetivo é monitorar e mitigar a exposição às variáveis de mercado que impactam seus ativos e passivos, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis dessas variáveis em suas demonstrações financeiras.

A INB, por operar com baixo percentual de nacionalização do ciclo do combustível nuclear, impõe elevados valores de aquisições de matéria-prima e serviços no exterior a curto e médio prazo. Por consequência, ela está exposta ao risco de elevação de taxas de câmbio, com impacto nos custos de urânio, matéria-prima e serviços de beneficiamento de urânio (conversão e enriquecimento), e dos componentes metálicos especiais, assim como ocorre também nas aquisições de equipamentos e peça de reposição neste mercado internacional. Para reduzir os impactos das oscilações cambiais, a INB realiza aplicações de suas disponibilidades diárias de caixa no Fundo de Investimento Extramercado do Banco do Brasil, como forma de proteção financeira indireta.

A Controladora possui operações passivas relevantes em dólar, porém há, para grande parcela desse compromisso, um *hedge* natural, referente aos recursos de remuneração de capital e ressarcimento de encargos de administração e supervisão recebidos de Itaipu que, também, são em dólar.

As práticas citadas acima, visam que os resultados da Controladora e suas controladas reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Considerando as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela Controladora e suas controladas, a Política elenca uma escala de prioridades, optando pela solução estrutural, e, apenas para os casos residuais, adoção de operações com instrumentos financeiros derivativos.

33.3.2 - Risco de taxa de juros

A Administração da Controladora e suas controladas entendem que a exposição ao risco de juros é gerenciável, visto que os empréstimos e financiamentos contratados estão indexados, principalmente, à Unidade Fiscal de Referência (UFIR) e à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), ou não possuem indexador algum, como é o caso do contrato de financiamento com a Caixa, que possui taxa de juros fixa ao longo do contrato. Além disso, todos os recursos são captados em moeda nacional, reduzindo a exposição cambial.

A UFIR não sofreu nenhuma variação no período, visto que foi extinta em 2000 e está congelada desde então. A TJLP, que é divulgada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), foi aumentada de 6,91% a.a. no terceiro trimestre para 7,43% a.a. no quarto trimestre. O impacto para a Eletronuclear proveniente de mudanças da TJLP é suavizado pelo fato de que o contrato de financiamento com o BNDES prevê que qualquer valor da TJLP que exceda o patamar de 6,00% a.a. será capitalizado ao saldo devedor. Além da taxa referente à TJLP, o contrato com o BNDES prevê ainda o pagamento de um *spread* fixo de 1,72% a.a.

Aproximadamente 41,7% da dívida total da Eletronuclear está indexada à TJLP. No caso da dívida com taxas pré-fixadas, esse montante representa cerca de 36,8% do total. A dívida que está indexada à UFIR, a qual está congelada e representa cerca de 5,9% do total. As dívidas atreladas ao CDI e à SELIC representam uma participação de 6,3% e 0,1%, respectivamente. Cerca de 5,5% da dívida está atrelada à variação do *spread* do NTN-B 2032.

Outra fração de aproximadamente 2,8% do total da dívida da Eletronuclear está indexada ao Índice IPCA. Cerca de 1,0% da dívida está indexada ao TERM SOFR de 6 meses, referente ao *Credit Agreement* firmado com o Banco Santander S.A.

Segue, abaixo, a exposição total do risco de juros dos financiamentos e empréstimos:

	Moeda	Indexador	Taxa média	Consolidado	
				31/12/2025	Juros *
Angra 1 e 2:					
RGR - ECF 2278/ ECF 2507/ ECF 2579	R\$	UFIR	5,00%	29.506	1.328
FURNAS - Instrumento de confissão de dívida	R\$	IPCA	7,84%	189.663	28.242
SANTANDER - LTO Angra 1	USD	TERM SOFR 6M	5,09%	44.750	3.277
Angra 3:					
RGR - ECF 2878	R\$	UFIR	5,00%	359.026	120.124
BNDES - nº 10.2.2032.1 - Subcréditos A e B	R\$	TJLP	7,72%	3.100.582	1.543.936
BNDES - nº 10.2.2032.1 - Subcréditos E	R\$	SELIC	17,79%	5.887	1.656
CEF - nº 0410.351-27/13	R\$	Sem Indexador	6,50%	2.691.188	1.241.035
Projetos prioritários					
Banco ABC	R\$	CDI	18,75%	150.821	12.742
BTG Pactual	R\$	CDI	19,73%	380.070	33.763
				6.951.493	2.986.103

* Montante de juros até o término das amortizações dos empréstimos calculado conforme taxas contratuais.

	Moeda	Indexador	Taxa média	Consolidado	
				31/12/2024	Juros *
Angra 1 e 2:					
RGR - ECF 2278/ ECF 2507/ ECF 2579	R\$	UFIR	5,00%	62.414	4.604
FURNAS - Instrumento de confissão de dívida	R\$	IPCA	7,86%	216.520	43.131
SANTANDER - LTO Angra 1	USD	TERM SOFR 6M	5,83%	75.739	7.119
Angra 3:					
RGR - ECF 2878	R\$	UFIR	5,00%	388.738	140.756
BNDES - nº 10.2.2032.1 - Subcréditos A e B	R\$	TJLP	7,72%	3.206.733	1.667.774
BNDES - nº 10.2.2032.1 - Subcréditos E	R\$	SELIC	14,38%	7.556	2.778
CEF - nº 0410.351-27/13	R\$	Sem Indexador	6,50%	2.826.477	1.419.965
Projetos prioritários					
Banco ABC	R\$	CDI	15,91%	161.010	35.725
BTG Pactual	R\$	CDI	15,91%	322.019	72.321
				7.267.206	3.394.173

* Montante de juros até o término das amortizações dos empréstimos calculado conforme taxas contratuais.

Indexadores nacionais:

a.1) Risco de apreciação das taxas de juros:

(*) Premissas adotadas:	31/12/2025	Provável	25%	50%
IPCA	4,26%	4,05%	5,06%	6,08%
TJLP	9,07%	9,19%	11,49%	13,79%
TERM SOFR 6M	3,57%	3,63%	4,54%	5,45%
CDI	14,90%	12,15%	15,19%	18,23%
SELIC	14,90%	12,15%	15,19%	18,23%
NTN-B 2032	12,33%	12,22%	15,28%	18,33%

		Saldo em 31/12/2025	Efeitos no resultado		
			Cenário I Provável 2026*	Cenário II (+25%)*	Cenário III (+50%)*
IPCA	Empréstimos e financiamentos	(189.663)	(213.024)	(214.310)	(215.594)
	Impacto no resultado	-	(23.361)	(24.647)	(25.931)
TJLP	Empréstimos e financiamentos	(3.100.582)	(3.415.370)	(3.481.267)	(3.547.167)
	Impacto no resultado	-	(314.788)	(380.685)	(446.585)
TERM SOFR 6M	Empréstimos e financiamentos	(44.750)	(46.204)	(46.431)	(46.658)
	Impacto no resultado	-	(1.454)	(1.681)	(1.908)
CDI	Empréstimos e financiamentos	(530.891)	(564.866)	(570.933)	(576.879)
	Impacto no resultado	-	(33.975)	(40.042)	(45.988)
SELIC	Empréstimos e financiamentos	(5.887)	(6.551)	(6.692)	(6.830)
	Impacto no resultado	-	(664)	(805)	(943)
NTN-B 2032	Empréstimos e financiamentos	(466.054)	(526.049)	(538.299)	(550.303)
	Impacto no resultado	-	(59.995)	(72.245)	(84.249)
Impacto no resultado dos índices			(434.237)	(520.105)	(605.604)

Os empréstimos e financiamentos e suas respectivas taxas estão apresentados apenas pelos montantes da Eletronuclear, considerando que os valores do RGR, Programa de Governo administrado pela ENBPar, não apresentam exposição a riscos próprios (nota explicativa 16).

33.3.3 - Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de a Controladora e suas controladas incorrerem em perdas financeiras decorrentes do não cumprimento, por clientes ou contrapartes, de obrigações contratuais relativas a instrumentos financeiros. Esse risco decorre, principalmente, das contas a receber de clientes e das aplicações financeiras, sendo que o valor contábil desses ativos representa a exposição máxima ao risco de crédito.

No consolidado, a maior parcela da receita decorre da venda de energia elétrica produzida pelas usinas Angra 1 e 2, cujo fornecimento está amparado por contratos de longo prazo firmados com as distribuidoras de energia elétrica, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Embora a liquidação financeira do faturamento seja operacionalizada pela CCEE, conforme a regulamentação setorial vigente, o risco de crédito final permanece com a Eletronuclear S.A., nos termos da Resolução Normativa nº 1.009/2022 da ANEEL.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



A receita fixa dessas usinas é regulada pela ANEEL, com reajustes anuais e revisões periódicas, o que contribui para a previsibilidade e mitigação do risco de inadimplência. Eventuais desvios entre a energia contratada e a efetivamente gerada são apurados ao final de cada exercício e compensados no exercício subsequente, conforme as regras de comercialização aplicáveis.

A seguir, são apresentadas as principais contas sujeitas ao risco de crédito:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	6.258.700	5.495.534	6.476.457	6.112.769
Clientes	1.968.681	2.444.390	2.394.286	2.865.303
TVM e fundo para descomissionamento	-	-	3.352.556	3.780.658

A controladora INB apresenta maior exposição ao risco de crédito em função da concentração de sua carteira de clientes, sendo que mais de 95% de seu faturamento próprio é realizado com a Eletronuclear. A gestão desse risco envolve acompanhamento contínuo dos recebíveis e interlocução com a própria Eletronuclear e com o MME, visando assegurar a regularidade dos recebimentos.

Adicionalmente, a INB vem adotando estratégias para diversificação de sua base de clientes, incluindo o desenvolvimento do Projeto Santa Quitéria, a ampliação da prestação de serviços de engenharia e da atuação no mercado internacional, bem como a celebração de parcerias público-privadas, nos termos da Lei nº 14.514/2022.

A INB não possui operações de desconto ou de captação de crédito no sistema bancário.

33.3.4 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Controladora e suas controladas são responsabilidade das suas respectivas áreas financeiras e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e perdas financeiras e garante-se o atendimento às exigências ou a liquidez necessidades operacionais.

A ENBPar não apresenta risco de liquidez, enquanto a investida INB possui risco atrelado aos seus recebíveis junto à Eletronuclear, por ser seu único cliente, que, por sua vez, enfrenta risco de liquidez significativo conforme descrito na nota de risco operacional. O índice de liquidez geral está impactado pelos financiamentos e passivos das obras da usina Angra 3.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Controladora e suas controladas por faixas de vencimento, correspondentes ao período restante no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que devem ser quitadas as obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

PASSIVOS FINANCEIROS	Controladora				Total
	31/12/2025				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Mensurados ao custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	69.172	1.111.679	-	-	1.180.851
Fornecedores	3.261.508	-	-	-	3.261.508
Arrendamentos	3.621	1.795	-	-	5.416
	3.334.301	1.113.474	-	-	4.447.775

PASSIVOS FINANCEIROS	Consolidado				Total
	31/12/2025				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Mensurados ao custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	1.105.383	980.881	2.806.279	3.239.878	8.132.421
Fornecedores	4.334.059	-	-	-	4.334.059
Arrendamentos	35.760	22.819	-	-	58.579
	5.475.202	1.003.700	2.806.279	3.239.878	12.525.059

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados apenas pelos montantes da Eletronuclear, considerando que os valores do RGR da Controladora não estão expostos a riscos próprios (nota explicativa 16).

As Usinas Angra 1 e Angra 2 têm pautado seu desempenho segundo os padrões internacionais de segurança e confiabilidade adotados pela indústria nuclear.

Considerando a complexidade do negócio, a administração da Eletronuclear vem monitorando os riscos, e quando necessário, submetendo-os a diversos órgãos aos quais está subordinada, entendendo não haver aspectos de natureza operacional que possam indicar um risco de descontinuidade operacional das Usinas Angra 1 e 2.

A terceira usina da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAEA), Angra 3, é considerada uma importante ampliação da capacidade de geração para o sistema elétrico brasileiro, com a vantagem de utilizar uma fonte limpa de energia. Com uma potência instalada prevista de 1.405 MW, a usina representa a retomada de planos visando à expansão do parque gerador nuclear no Brasil.

Com o objetivo de caracterizar a situação atual da construção de Angra 3 e as implicações da sua eventual paralisação para a Eletronuclear, a administração da Eletronuclear vem conduzindo ações visando o equacionamento das condições necessárias à plena retomada e conclusão do empreendimento.

A conclusão das obras da usina Angra 3 em condições sustentáveis depende, entre outras questões, de uma nova estruturação financeira, dado o montante significativo de investimentos (custos diretos) ainda a realizar. Atualmente, a Eletronuclear não possui garantias disponíveis para conseguir novos financiamentos, visto que todos os seus ativos já estão comprometidos com os créditos existentes.

Na reestruturação da Eletronuclear, decorrente da capitalização da Axia, foi criada a Diretoria de Angra 3, uma área relevante para a gestão da construção da usina. Essa iniciativa permitiu a organização de uma estrutura específica para levar adiante o projeto, com desdobramentos positivos na sua execução. Em função do processo de reestruturação do organograma da Eletronuclear, vigente a partir de julho de 2025, são esperados impactos em 2025 na estrutura de gestão de Angra 3 e, por consequência, nas atribuições e processos associados. A construção de Angra 3 avançou em definições importantes na modelagem financeira e de contratação.

No mês de maio de 2025, foram concluídos, pelo BNDES, os estudos remanescentes para o projeto de viabilização do empreendimento Angra 3 e para a tomada de decisão necessária à continuidade da execução do projeto. O documento encaminha as versões finais da minuta de matriz de riscos do EPC, da minuta de edital e da minuta do contrato do EPC, a revisão do orçamento, atualização parcial do escopo definitivo do EPC, lista de documentos para o Data Room da licitação do EPC, relatório de projeção financeira da ENBPar, dentre outros. Os relatórios e anexos se constituem em documento preparatório à decisão do CNPE e ao processo licitatório de contratação do EPC. Todos os documentos passaram pela avaliação do TCU ao longo dos meses de maio e setembro, que emitiu relatório preliminar com recomendações que oportunizariam a redução do orçamento para a contratação do EPC. As equipes da Eletronuclear avaliaram o documento e debateram com as equipes do TCU a aceitação ou inviabilidade do atendimento às recomendações. Atualmente, está sendo discutido junto ao BNDES um planejamento das modificações aceitas, visando a conclusão das atividades antes da data de necessidade de emissão do edital para a contratação do EPC.

Vale ressaltar que em 2024 a Eletronuclear obteve com sucesso negociação para suspensão do pagamento de principal e juros da dívida com a CEF e BNDES ("Standstill") de 6 meses, para o período de julho até dezembro

de 2024. Com as postergações na deliberação do CNPE sobre a retomada do projeto, a Eletronuclear reapresentou o pedido de "waiver" para as instituições com o objetivo de obter nova postergação até dezembro de 2025 e mais recentemente, até dezembro de 2026. O pedido ainda está em análise pelos bancos.

Mesmo com a suspensão das amortizações dos financiamentos junto ao BNDES e CEF em 2024 e a redução de dispêndios pela Diretoria de Angra 3 (DN) ao mínimo necessário para a manutenção do empreendimento até aprovação da retomada, em setembro de 2024, houve o esgotamento dos recursos do caixa restrito de Angra 3, levando ao emprego de recursos do caixa da Eletronuclear até que haja novo evento de liquidez específico para o projeto. Ao longo do ano de 2025 foram feitas outras tentativas de extensão do prazo do waiver, porém sem sucesso. Pelos posicionamentos dos bancos consultados, os waivers estão condicionados a uma decisão positiva do CNPE.

Em 26 de março de 2025, por meio de comunicado ao mercado, a Axia informou que, conjuntamente com a União, assinou o Termo de Conciliação decorrente dos trabalhos da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal (CCAF) constituída "para tentativa de conciliação e solução consensual e amigável entre as partes", nos termos da decisão proferida pelo Ministro Nunes Marques, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.385, em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal (STF), indicando de maneira resumida a não participação da Axia na retomada de Angra 3, ainda como acionista relevante da Eletronuclear, porém na manutenção das garantias e compromissos atualmente vigentes para os financiamentos do BNDES e CEF existentes para o projeto. No mesmo fato, a Axia também indica a concessão de aportes em até R\$ 2,4 Bilhões através de subscrição de debêntures conversíveis da Eletronuclear, com uso restrito para a LTO de Angra 1, assim garantindo a fonte de recursos necessária até 2028 para a conclusão do projeto. Os Termos foram ratificados em deliberação em assembleia geral extraordinária da Axia ocorrida em abril. No mesmo mês, a Advocacia-Geral da União (AGU) encaminhou ao STF o acordo para homologação, com vistas ao encerramento da ação judicial.

Em 28 de março de 2025, também por meio de comunicado ao mercado, a Axia informou que conjuntamente com a União, assinou o Termo de imediata suspensão e rescisão condicionada do acordo de investimentos celebrado, em 22 de abril de 2022, entre a Axia e a ENBPar, conforme previsto no Termo de Conciliação.

A postergação da reunião do CNPE e os Termos de Conciliação entre Axia e União e entre Axia e ENBPar impactaram as premissas da modelagem entregue pelo BNDES e encaminhadas ao MME e ao TCU, requerendo a atualização desses estudos.

Em outubro de 2025, por meio da Resolução CNPE nº 12/2025, foi reconhecida a necessidade de atualização e complementação, por parte da Eletronuclear e do BNDES, dos estudos relativos à modelagem econômico-financeira para a conclusão da usina Termonuclear Angra 3. Ao final de outubro de 2025, o BNDES encaminhou os resultados das atualizações destes estudos em cumprimento à referida Resolução CNPE nº 12/2025 a Eletronuclear enviou ao Ministério de Minas e Energia (MME), o resultado do estudo atualizado sobre a modelagem econômico-financeira de Angra 3, elaborado pelo BNDES. O MME deverá remeter os estudos ao CNPE, que decidirá pela conclusão ou não da usina em reunião com realização prevista ainda em 2025. O tema já foi debatido pelo CNPE em três oportunidades desde 2024 — em dezembro de 2024, fevereiro de 2025 e outubro de 2025 — ocasiões em que houve voto favorável à conclusão do empreendimento proferido pelo presidente do Conselho, o ministro de Minas e Energia, seguido, contudo, de pedido de vista coletivo pelos demais conselheiros.

A Lei Orçamentária Anual - LOA 2025 foi aprovada pelo Congresso Nacional em março de 2025, confirmando o orçamento previsto para a Eletronuclear de R\$ 1,8 bilhões, sendo R\$ 397 milhões (custos diretos e indiretos) previstos para a implantação de Angra 3, bem abaixo das necessidades do empreendimento.

No mês de maio de 2025, foi recebido o Ofício SEI nº 882/2025/MGI, com vistas ao início do processo de elaboração da proposta do Orçamento de Investimento e do Programa de Dispêndios Globais (PDG) para o exercício de 2026, com a solicitação da programação mensal dos valores orçamentários para Angra 3, dentre outros projetos da Eletronuclear. A estimativa encaminhada pela DN/SG.N foi, na ocasião, de R\$ 1,7 bilhões para os custos diretos do empreendimento em 2026.

A primeira versão do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) – Exercício Financeiro 2026 foi publicada no final de agosto de 2025. Contudo, o valor apresentado no PLOA para a implantação de Angra 3 foi de R\$ 89 milhões, montante associado somente aos custos indiretos do empreendimento, destinando recurso zero para os custos diretos de Angra 3 em 2026, gerando grande risco de descontinuidade do processo de preservação das obras civis, equipamentos e canteiro de obras de Angra 3.

Além disso, a necessidade financeira de curto prazo decorre dos compromissos de adimplemento do serviço da dívida, em caso de não postergação da suspensão, dos contratos celebrados e dos investimentos na unidade em construção. Para mitigar possível risco de liquidez e continuidade do projeto Angra 3, a Eletronuclear vem adotando, com o apoio da ENBPar, um conjunto de medidas em um plano de ação para captação de recursos financeiros e implementando medidas administrativas de redução de custos.

Desse modo, diante de um cenário de incertezas relevantes sobre a obtenção de recursos, em curto prazo, por meio de linhas de financiamento para os projetos prioritários LTO e Angra 3, foi definido um "Plano de Ação" para mitigar possíveis riscos associados à liquidez de curto prazo e à continuidade operacional da Eletronuclear, onde podemos exemplificar como principais medidas alcançadas em 2024:

A revisão orçamentária com redução do déficit dos custos operacionais de Angra 1 e 2 em aproximadamente R\$ 500 milhões (reduzindo déficit estimado de R\$ 1 bilhão em 2024 para R\$ 500 milhões realizados);

A realização de saque extraordinário no FDES para reembolso de tributos sobre rendimento pagos com o caixa restrito da Eletronuclear desde 2010, no valor de R\$ 374 milhões, em março de 2024 (com realização de novo saque para reembolso de R\$ 406 milhões em fevereiro 2025, totalizando cerca de R\$ 0,8 bilhão recuperado);

A obtenção de postergação do serviço da dívida em 6 meses, junto ao BNDES e CEF, de julho 2024 a dezembro 2024, representando redução de R\$ 366 milhões nas necessidades de caixa da Eletronuclear; Ações de governança junto à ENBPar e ao MME no sentido de viabilizar revisão na PLOA, direcionando recursos mínimos ao menos para permitir a preservação das atividades do Projeto de Angra 3 em 2026;

A revisão dos investimentos em Angra 3 ao mínimo necessário, até aprovação da retomada do projeto pelo CNPE, e revisão dos gastos previstos para 2026; Apesar da ausência de garantias e aval dos acionistas, a viabilização de financiamento de curto prazo de R\$ 450 milhões com os bancos BTG e ABC (operações *bullet* com vencimento em dezembro 2025) para investimento LTO de Angra 1; e

A revisão tributária com obtenção de créditos fiscais históricos em aproximadamente R\$ 200 milhões, com efeito caixa em 2024, e a viabilização de R\$ 400 milhões de financiamento mútuo junto ao controlador ENBPar para complemento de investimento LTO;

Todas as principais medidas de 2024 totalizaram, aproximadamente, R\$ 3 bilhões de liquidez adicional à Eletronuclear, possibilitando a realização de todos os investimentos necessários requeridos no período e proporcionando posição de fechamento de caixa disponível de R\$ 583 milhões para o ano.

Na continuidade da busca por maior eficiência financeira da Eletronuclear, para 2025, a Administração tem tomado ações adicionais para redução perene de custos operacionais de Pessoal, Material, Serviço e Outros (PMSO) além de ações buscando geração de liquidez extraordinária em curso, como:

A execução de PDV com adesão de 133 colaboradores que irá proporcionar redução estimada em até R\$ 90 milhões a partir de 2026;

A materialização e contabilização de crédito fiscal IRPJ/CSLL em até R\$ 410 milhões, referente à atualização monetária de dividendos de 2022 (já está sendo compensado em caixa com tributos de 2025);

A emissão de Debêntures Conversíveis no montante de até R\$ 2,4 Bilhões com compromisso de subscrição pela Axia para o *capex* remanescente do projeto LTO de Angra 1, conforme Termo de Conciliação celebrado entre União e Axia em 26 de março de 2025;

A recuperação de impostos desde 2010 sobre a Parcela A referente ao FDES em até R\$ 1 bilhão (processo já em andamento perante o TCU e com acórdão publicado 27 de novembro de 2024, cabendo, agora, a solução da questão regulatória pelos órgãos reguladores ANSN e ANEEL, em conjunto com a Eletronuclear e com indicação de resolução em até 180 dias);

A obtenção de prorrogação *standstill* sobre serviço da dívida Angra 3 junto à CEF e ao BNDES, até dezembro 2026 (R\$ 61 milhões mensais);



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



A obtenção de créditos fiscais Renuclear Federal, Estadual e *Ex-Tarifário*, com potencial de redução em até R\$ 250 milhões anuais nos investimentos;

A obtenção de maior remuneração tarifária através de trabalho em curso conduzido por consultoria Regulatória para revisão da base de Ativos e do PMSO regulatório (potencial obtenção de revisão a partir de 2026); e

A continuidade de controle orçamentário mensal rigoroso com objetivo de enquadramento ao PMSO Regulatório nos ciclos 2026-2027.

Todas as ações descritas acima visam mitigar os riscos de liquidez da Eletronuclear, por meio do monitoramento contínuo e integrado dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, tanto projetados quanto realizados. A gestão da liquidez é conduzida de forma coordenada pelas áreas financeira e de captação de recursos, com o objetivo de evitar descasamentos entre entradas e saídas de caixa, reduzir potenciais perdas financeiras e assegurar o atendimento às necessidades operacionais. Contudo, o cenário futuro, existe incerteza relevante relacionada à capacidade da Eletronuclear de honrar seus compromissos de curto prazo. Todavia, o êxito nas ações contidas no "Plano de Ação" da Eletronuclear tende a mitigar os riscos de liquidez de curto prazo e de continuidade operacional da Eletronuclear.

Nesse contexto, destacam-se os seguintes indicadores de liquidez:

A relação entre os ativos realizáveis e as obrigações exigíveis de curto prazo resultou em índice de liquidez corrente de 0,76 em 31 de dezembro de 2025 (1,27 em 31 de dezembro de 2024), refletindo capital circulante líquido negativo de R\$ 751.066 na referida data; e

A relação entre os ativos realizáveis e o total das obrigações exigíveis (curto e longo prazo) resultou em índice de liquidez geral de 0,60 em 31 de dezembro de 2025 (0,67 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração da Eletronuclear entende que os riscos associados à liquidez corrente encontram-se adequadamente gerenciados. Ressalta-se que o índice de liquidez geral é impactado, principalmente, pelos financiamentos vinculados às obras da Usina Angra 3, cuja entrada em operação, e consequente geração de receitas, está prevista para março de 2033.

Diante desse cenário, a Administração da Eletronuclear mantém práticas contínuas de acompanhamento e gestão da liquidez, com vistas a assegurar a continuidade operacional.

33.3.5 – Risco operacional

33.3.5.1 – Eletronuclear S.A.

A nova estrutura da Eletronuclear, a partir da criação da holding ENBPar, em 2022, vem promovendo maior robustez e agilidade ao setor, permitindo um melhor posicionamento e alinhamento com as estratégias definidas para a Eletronuclear.

A Eletronuclear mantém elevado padrão de governança, alcançado por meio do fortalecimento das melhores práticas, com os seguintes órgãos estatutários: Assembleia Geral, Conselho Fiscal (CF), Diretoria Executiva (DE), Conselho de Administração (CA), Comitê de Auditoria e de Riscos (COAUD), Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (CO-PESSOAS) e Comitê Estatutário de Acompanhamento do Projeto da Usina Termonuclear de Angra 3 (COANGRA). A estrutura de governança se completa com a gestão de risco, controles internos e conformidade, entre outros fundamentos clássicos da moderna administração.

A gestão de riscos na Eletronuclear envolve a identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos, além do monitoramento e comunicação para a alta administração, sendo submetidos aos órgãos de governança, a cada trimestre, os temas classificados como críticos. Nessa instância, são analisados os impactos, riscos e oportunidades decorrentes de questões que afetam os principais objetivos estratégicos da Eletronuclear. Quando identificado um risco para a Eletronuclear que ainda não tenha sido contemplado na matriz corporativa, é solicitada a sua inclusão para que seja priorizado seu monitoramento.

A cultura da segurança, cuja premissa é que a segurança precede os aspectos financeiros, é submetida a um aprimoramento constante através das reuniões do seu Comitê de Segurança e Supervisão Independente (COSIS), acompanhando as melhores práticas adotadas na indústria nuclear.

O Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2025-2029 apresenta o Planejamento da Eletronuclear para um horizonte de cinco anos. O documento reúne a visão de futuro, com a sua nova identidade empresarial, sua estratégia desdobrada em diretrizes e objetivos estratégicos, acompanhada de uma análise de riscos, além do *Top Five*, que apresenta os principais projetos e ações da Eletronuclear.

O PNG oferece também uma sinalização clara e objetiva dos rumos que a Eletronuclear pretende trilhar, com foco na cultura de segurança, manutenção de Angra 1 e Angra 2, na garantia da capacidade de geração e da extensão da licença de operação de Angra 1 em 20 anos e na conclusão de Angra 3, aumentando assim a capacidade de geração da Eletronuclear. O documento contém um capítulo com uma análise de riscos corporativos.

A Eletronuclear tem como atividade principal a operação das usinas Angra 1 e 2.

O principal insumo na geração de energia elétrica de fonte termonuclear é o combustível nuclear, fornecido no Brasil única e exclusivamente pela INB, empresa estatal de economia mista vinculada ao MME, sendo que a ENBPar, em nome da União, exerce no Brasil o monopólio da produção e comercialização de materiais nucleares, dentre eles, os elementos combustíveis utilizados nos reatores das usinas Angra 1 e 2.

A extensão da vida útil de Angra 1 por mais 20 anos (até 2044) foi formalizada por meio da concessão, pela CNEN, da Autorização de Operação de Longo Prazo (AOLP) conforme a Resolução nº 331/2024 publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 25 de novembro de 2024, a qual prorrogou a então Autorização de Operação Permanente (AOP) por mais 20 anos, contados a partir de 23 de dezembro de 2024. Portanto, a AOLP concedeu a Angra 1 a licença para operar até 23 de dezembro de 2044, mantendo assim à disposição do sistema elétrico brasileiro uma capacidade de geração de 640 MW por 20 anos. Este é um dos projetos mais importantes em curso na Eletronuclear.

Como parte das condicionantes da AOLP, a Eletronuclear vem executando um conjunto de projetos de melhorias de segurança e modernização de sistemas de Angra 1 cuja instalação está programada para o período de 2026 a 2030.

A Eletronuclear vem dando continuidade ao projeto e ao financiamento de longo prazo para a extensão da vida útil de Angra 1. O processo de licenciamento, iniciado em 2019, está sendo desenvolvido e acompanhado por equipes multidisciplinares de todas as diretorias da Eletronuclear. Em dezembro de 2023, foi entregue à CNEN a documentação da 3ª Revisão Periódica de Segurança (RPS). A partir de então, iniciou a fase de respostas aos questionamentos e exigências da CNEN.

34 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

34.1 - Transações com entidades governamentais

A Controladora e suas controladas mantêm transações com entidades governamentais e instituições financeiras sob controle comum da União, no curso normal de suas operações. Tais transações referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras, captações de empréstimos e financiamentos e manutenção de disponibilidades, foram realizadas em condições usuais de mercado.

Os saldos das principais transações com essas entidades estão apresentados a seguir:

	ENBPar	Eletronuclear	INB
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa			
Poder Público Federal - Banco Brasil	6.089.163	553	198.797
Poder Público Federal - Caixa Econômica Federal	139.402	15	17
TVM			
Poder Público Federal - Banco Brasil	-	199.145	-
Fundo de descomissionamento			
Poder Público Federal - Banco Brasil	-	3.153.411	-
Passivo			
Empréstimos e Financiamento			
Poder Público Federal - Caixa Econômica Federal	-	2.691.188	-
Poder Público Federal - BNDES	-	3.106.469	-
	6.228.565	9.150.781	198.814

34.2 – Contratos com empresas do grupo e entidades públicas

34.2.1 - Contratos com Eletronuclear S.A.

A Controladora mantém contratos com sua controlada Eletronuclear relacionados ao compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos, formalizados por meio de acordos de cooperação celebrados no curso normal das operações do Grupo.

Os principais instrumentos vigentes são:

- Acordo de cooperação para compartilhamento de licenças, infraestrutura, telecomunicações e conectividade do Sistema SAP, com vigência de 10 anos;
- Acordo de cooperação para disponibilização de espaço virtual e infraestrutura de tecnologia da informação, com vigência de 10 anos.

Os contratos têm por objeto o compartilhamento de sistemas corporativos e infraestrutura tecnológica, com vistas à padronização de processos, racionalização de custos e otimização de recursos no âmbito do Grupo.

Tais contratos têm por objetivo a racionalização de custos, a padronização de sistemas corporativos e a otimização da infraestrutura tecnológica do Grupo, sendo celebrados no curso normal das operações e em conformidade com as políticas internas de governança e contratação.

As contratações foram formalizadas em conformidade com as políticas internas de governança, estando alinhadas às disposições da Resolução CGPAR nº 30, de 4 de agosto de 2022, especialmente quanto à transparência, justificativa de interesse da estatal e demonstração de compatibilidade econômico-financeira.

34.3 – Transações entre as Subsidiárias Eletronuclear e INB

As transações entre as controladas Eletronuclear e INB referem-se, substancialmente, à venda de elementos combustíveis nucleares produzidos pela INB e destinados às recargas das usinas, operadas pela Eletronuclear. Essas operações são realizadas no curso normal dos negócios e formalizadas por meio de contratos específicos, refletindo:

- Registros de contas a receber e a pagar entre as partes;
- Adiantamentos para formação de estoque de combustível nuclear;
- Reconhecimento de receitas pela INB e dos correspondentes custos pela Eletronuclear.

Os saldos patrimoniais e os efeitos no resultado estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Eletronuclear	INB	Eletronuclear	INB
Ativo	1.007.117	742.505	753.850	348.742
Clientes	-	742.505	-	348.742
Estoque de combustível nuclear -	714.545	-	302.144	-
Adiantamento	-	-	159.134	-
Outros	292.572	-	292.572	-
Imobilizado	-	-	-	-
Passivo	450.714	1.298.908	281.238	821.354
Fornecedores	450.714	-	281.238	-
Passivos contingentes	-	292.572	-	292.572
Obrigações com clientes	-	1.006.336	-	528.782
Resultado	(268.567)	776.408	(152.208)	1.508.485
Receita				
Receita operacional	-	776.408	-	1.508.485
Custos				
Custos operacionais	(268.567)	-	(152.208)	-

As transações são referentes a venda do elemento combustível da INB para a Eletronuclear.

34.4 – Transações entre a ENBPar e Subsidiárias

As transações entre a ENBPar e suas subsidiárias Eletronuclear, INB e Itaipu, na qualidade de partes relacionadas, decorrem do modelo regulatório dos setores elétrico e nuclear. Os saldos patrimoniais e os efeitos no resultado referem-se exclusivamente às operações entre cada subsidiária e a controladora, envolvendo principalmente mútuos, ressarcimentos de encargos de supervisão e administração, dividendos e repasses vinculados à comercialização regulada de energia elétrica, realizados no curso normal das atividades e em conformidade com a regulamentação aplicável, não caracterizando operações de natureza comercial nem geração de margem econômica, no caso da Itaipu.

Os principais saldos patrimoniais e os efeitos no resultado decorrentes dessas transações estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Eletronuclear	INB	Itaipu	Eletronuclear	INB	Itaipu
Ativo	854.586	-	18.243	871.164	21.366	59.742
Empréstimos e financiamentos	854.586	-	-	871.164	-	-
Ressarcimento de encargos de supervisão e administração	-	-	18.243	-	-	22.628
Dividendos a receber	-	-	-	-	21.366	37.114
Passivo	-	-	2.518.834	-	-	3.293.702
Fornecedores	-	-	2.518.834	-	-	3.293.329
Acordo de cooperação	-	-	-	-	-	373
Resultado	64.313	918	(12.772.747)	20.796	562	(13.347.482)
Receita						
Ressarcimento de encargos de supervisão e administração	-	-	105.854	-	-	105.857
Receita da taxa de administração mútuo	2.207	-	-	786	-	-
Despesas						
Fatura processada Itaipu - ENBPar	-	-	(12.878.601)	-	-	(13.453.339)
Resultado Financeiro						
Receita de juros sobre o mútuo	62.106	-	-	20.010	-	-
Atualização monetária sobre dividendos	-	918	-	-	562	-



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



34.5 - Remuneração do pessoal-chave

A remuneração do pessoal-chave da Controladora e de suas controladas, compreendendo os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está apresentada a seguir:

	Controladora			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Remunerações e benefícios de curto prazo - Diretoria, Conselheiros e membros do Comitê	5.627	4.921	14.831	14.117

Os honorários atribuídos aos administradores foram aprovados pelos respectivos órgãos de governança e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, em conformidade com a legislação aplicável às empresas estatais, com vigência para o período compreendido entre abril de 2025 e março de 2026, abrangendo a Controladora e suas controladas.

34.6 - Relação entre a maior e a menor remuneração

Em conformidade com a Resolução CGPAR nº 30/2022, são apresentadas, a seguir, as informações relativas à maior, menor e média remuneração mensal dos administradores e empregados da Eletronuclear e de suas controladas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Para fins de apuração, foram consideradas todas as parcelas de natureza remuneratória, inclusive salários, honorários, vantagens e benefícios concedidos, excluídos os encargos sociais.

	31/12/2025			31/12/2024		
	ENBPar	INB	Eletronuclear	ENBPar	INB	Eletronuclear
Remuneração de Administração						
Maior remuneração de administradores (a)	58	47	88	45	41	73
Menor remuneração de administradores	56	38	38	39	37	29
Remuneração média de administradores	57	33	53	43	39	48
Remuneração de Empregados						
Maior remuneração de empregados (b)	33	59	149	29	54	130
Menor remuneração de empregados	12	4	4	9	3	2
Remuneração média de empregados	21	15	21	16	13	20
Remuneração dos Conselheiros						
Remuneração média de Conselheiros	6	4	8	6	4	8

a) Na Eletronuclear, a maior remuneração de administradores em 2025 decorre, principalmente, de pagamentos retroativos de honorários efetuados no exercício.

b) Na Eletronuclear, a maior remuneração de empregados em 2025 foi impactada pelos reajustes decorrentes de acordo coletivo e pelos efeitos retroativos com data-base em maio de 2024.

34.7 - Remuneração pessoal-cedido

A Controladora conta com pessoal cedido por órgãos e entidades da Administração Pública, nos termos da legislação vigente. Os empregados permanecem vinculados às entidades de origem, responsáveis pelo pagamento da remuneração e dos encargos sociais, cabendo à Controladora, quando aplicável, o ressarcimento dos custos conforme os instrumentos de cessão. A remuneração do pessoal cedido à Controladora conforme tabela abaixo:

	31/12/2025			31/12/2024		
	ENBPar	INB	Eletronuclear	ENBPar	INB	Eletronuclear
Remuneração pessoal cedido						
CEMIG	301	-	-	254	-	-
ANVISA	-	-	-	132	-	-
MGI	428	-	-	268	-	-
CGU	-	-	-	83	-	-
CEB	-	-	-	36	-	-
ABIN	501	-	-	353	-	-
DENIT	181	-	-	83	-	-
ANM	-	80	-	-	93	-
MCTI	-	64	-	-	60	-
Núcleos	-	38	-	-	15	-
Prefeitura de Barra Mansa	-	180	-	-	180	-
Secretaria de Ciência RJ	-	23	-	-	23	-
AGU	182	-	291	-	-	465
Celesc	-	-	21	-	-	362
EPE	-	-	431	-	-	517
Município de Angra do	-	-	366	-	-	490
Reis	-	-	818	-	-	710
Itaipu	-	-	-	-	-	-
Câmara dos deputados (CD)	195	-	-	-	-	-
	1.788	385	1.927	1.209	371	2.544

34.8 - Quadro de empregados

Em setembro de 2025, foi aprovada a ampliação da estrutura organizacional da ENBPar, por meio do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Estado (SIEST), elevando o quadro funcional autorizado de 124 para 168 empregados.

Em 31 de dezembro de 2025, 157 vagas encontravam-se efetivamente ocupadas, permanecendo o saldo remanescente em fase de provimento, de acordo com o planejamento de pessoal da Controladora.

	31/12/2025			31/12/2024		
	ENBPar	INB	Eletronuclear	ENBPar	INB	Eletronuclear
Composição do corpo funcional						
nº empregados	157	1.052	1.716	120	1.080	1.920
nº admissão	66	16	-	30	18	59
nº demissão	34	39	208	31	126	58
nº de estagiários	-	73	52	-	61	105
nº de empregados PCD	-	28	28	-	23	29
nº de prestadores de serviços terceirizados	53	507	948	29	516	958

As admissões e demissões apresentadas no quadro refletem a movimentação ocorrida ao longo do período de janeiro a dezembro de 2025, não correspondendo, necessariamente, ao número de vagas ocupadas na data-base, mas ao fluxo de entradas e desligamentos verificados durante o exercício.

Os valores e quantitativos divulgados nesta nota referem-se exclusivamente aos empregados, não contemplando os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de auditoria, cuja remuneração e informações específicas são apresentadas na Nota Explicativa 34.5.

34.9 - Valor de benefícios concedidos

Os benefícios concedidos observam a política corporativa vigente e os limites regulatórios aplicáveis às empresas estatais, sendo compatíveis com o porte, a complexidade operacional e o perfil de risco das atividades desenvolvidas pelo Grupo.

No exercício, a Controladora concedeu aos empregados auxílio alimentação no valor mensal de R\$ 1.261 reais por empregado. Adicionalmente, no benefício de assistência à saúde, a Controladora arca com até 50% do valor, conforme tabela progressiva, observados os critérios e limites estabelecidos na política de benefícios vigente.

	31/12/2025			31/12/2024		
	ENBPar	INB	Eletronuclear	ENBPar	INB	Eletronuclear
Benefícios Concedidos	14.128	76.068	179.654	2.085	78.357	525.831
Alimentação	1.908	12.907	42.243	1.804	13.253	38.984
Previdência	-	-	-	-	-	-
Privada	-	19.788	38.806	13	19.131	37.244
Saúde	461	28.345	83.968	127	30.963	92.134
Transporte	-	8.938	318	-	8.475	25.439
Outros	-	6.090	14.319	141	6.535	106.147
Encargos sociais	11.381	63.709	245.049	11.090	64.251	225.883
Capacitação e desenvolvimento profissional	378	23	-	-	74	-

A utilização de pessoal cedido decorre da natureza estratégica das atividades desempenhadas pelo Grupo, que demandam expertise técnica e regulatória específica de órgãos e entidades públicas, não configurando substituição do quadro próprio, mas complemento temporário e especializado.

34.10 - Transações com comercialização de energia e programas governamentais

	31/12/2025				
	PROINFA	PROCEL	RGR	ITAIPU	
Ativo					
Circulante	3.180.720	1.389.050	69.172	3.615.568	
Não circulante	465.501	-	1.111.679	-	
	3.646.221	1.389.050	1.180.851	3.615.568	
Passivo					
Circulante	3.646.221	1.389.050	69.172	3.615.568	
Não circulante	-	-	1.111.679	-	
	3.646.221	1.389.050	1.180.851	3.615.568	
	31/12/2024				
	PROINFA	PROCEL	RGR	BUSA	ITAIPU
Ativo					
Circulante	2.531.467	1.279.800	144.885	-	4.641.558
Não circulante	465.501	-	1.073.168	4.209	97.778
	2.996.968	1.279.800	1.218.053	4.209	4.739.336
Passivo					
Circulante	2.996.968	1.279.800	144.885	-	4.699.570
Não circulante	-	-	1.073.168	4.209	39.766
	2.996.968	1.279.800	1.218.053	4.209	4.739.336

Os valores apresentados acima são operações administradas e operacionalizadas pela ENBPar por designação legal, porém não afetam o resultado e não trazem risco substancial para a Controladora.

35 - SEGUROS

A Controladora e suas controladas mantêm políticas de seguros compatíveis com a natureza e a complexidade de suas operações, consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas relacionadas aos seus principais ativos e à responsabilidade civil inerente às suas atividades, com base em avaliação técnica de riscos e práticas de mercado. Os valores segurados e respectivos prêmios das principais apólices vigentes em 31 de dezembro de 2025, estão apresentados a seguir:

	Vigência	Contratante	Valor	
			segurado	Prêmio equivalente
Riscos nucleares:			22.972.520	32.843
Danos materiais	out/26	Eletronuclear	20.083.760	23.705
Responsabilidade civil	out/26	Eletronuclear	2.888.760	9.138
Riscos de engenharia:			16.728.134	9.452
Construção	ago/26	Eletronuclear	4.392.474	3.231
Responsabilidade civil	ago/26	Eletronuclear	30.000	550
Armazenamento de equipamentos	ago/26	Eletronuclear	12.305.660	5.671
Riscos operacional:			2.753.397	11.022
Unidades industriais	abr/27	INB	2.450.798	9.500
Transporte internacional – avarias no estoque	ago/26	INB	302.599	1.522
Outros			1.034.552	3.464
D&O	mar/26	Eletronuclear	70.000	680
D&O	nov/26	INB	10.000	119
D&O	fev/26	ENBPar	100.000	620
Seguro de vida em grupo e acidentados pessoais	out/26	INB	209.295	894
Diversos		INB	46.575	738
Diversos		Eletronuclear	584.682	410
Imobiliária	jul/25	ENBPar	14.000	3
TOTAL			43.488.603	56.781

Os prêmios apresentados correspondem aos valores pagos e a pagar das respectivas apólices, na moeda de origem, convertidos para reais pela taxa de câmbio vigente na data-base das demonstrações financeiras.

No caso específico da Eletronuclear, as coberturas relacionadas a riscos nucleares observam os requisitos regulatórios aplicáveis às atividades do setor nuclear, incluindo as exigências de responsabilidade civil decorrentes da legislação específica.

36 - COMPROMISSOS OPERACIONAIS REGULATÓRIOS

Além das obrigações registradas no presente balanço, a Controladora e suas controladas possuem outros compromissos contratados até a data do balanço, mas ainda não incorridos e cujas realizações ocorrerão nos próximos exercícios, portanto, sem registros patrimoniais em 31 de dezembro de 2025.

Trata-se de contratos e termos de compromissos referentes à venda de energia elétrica, à aquisição de matéria-prima (combustível nuclear) para produção de energia elétrica, aos compromissos socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3 e à aquisição de bens e serviços para substituições em seu ativo imobilizado, a saber:



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



36.1 – Venda de energia elétrica

Com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art. 11 da Lei nº 12.111/2009 e mediante a edição da Resolução Normativa nº 1.009/2022, toda a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 será rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do SIN, de acordo com as cotas-partes estabelecidas pelo Despacho nº 3.835/2024 pela ANEEL para o período de 2025 a 2032. A Resolução Homologatória ANEEL nº 3.432/2024 e o Despacho 3.847/2024 estabeleceram a receita fixa de R\$ 4.111.686 para o ano de 2025, relativa às Centrais de Geração Angra 1 e 2. Conforme está previsto nos procedimentos estabelecidos pela ANEEL, as atualizações da receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 ocorrerão nas seguintes condições:

- (i) Reajustes tarifários anuais, representados pela atualização inflacionária dos valores do período;
- (ii) Revisões tarifárias a cada intervalo de cinco anos;
- (iii) Revisões extraordinárias poderão ser realizadas por solicitação da Eletronuclear ou por iniciativa da ANEEL, para cobertura de custos excepcionais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos empreendimentos.

36.2 – Combustível nuclear

Contratos assinados entre a INB e a Eletronuclear para aquisição de matéria-prima para produção de energia elétrica e combustível nuclear para as próximas recargas das usinas Angra 1 e 2, bem como para a carga inicial e futuras recargas de Angra 3, conforme quadro demonstrativo a seguir:

	2026	2027	2028	Total
Combustível nuclear	959.807	1.196.214	285.718	2.441.739

36.3 – Compromissos socioambientais

Termos de compromissos assumidos com os municípios, nos quais a Eletronuclear se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais, vinculados ao empreendimento Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA, conforme quadro demonstrativo a seguir:

	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Compromisso Socioambiental	80.300	85.000	60.000	60.000	3.100	288.400

36.4 – Aquisições de bens e serviços

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de bens e serviços das usinas Angra 1, 2 e 3, necessários à garantia de performance operacional desses ativos, conforme quadro demonstrativo a seguir:

	2026	2027	2028	2029	Após 2030	Total
Fornecedores	591.378	571.805	42.948	246	369	1.206.746

37 – EVENTOS SUBSEQUENTES

37.1 – Alteração de condições contratuais de mútuo

Em 27 de novembro de 2025, a Eletronuclear solicitou a postergação das parcelas com vencimento em 30 de novembro e em 30 de dezembro de 2025, justificada pelas restrições temporárias de liquidez, totalizando aproximadamente R\$ 14,2 milhões. Em 1º de dezembro de 2025, a ENBPar, concordou com a postergação desses vencimentos para 30 de janeiro de 2026, mantendo a incidência de multa e juros de mora conforme previsto contratualmente.

Posteriormente, em 12 de janeiro de 2026, a Eletronuclear solicitou nova postergação das parcelas anteriormente prorrogadas, bem como das parcelas vincendas em 30 de janeiro e 28 de fevereiro de 2026, totalizando aproximadamente R\$ 28,5 milhões, para liquidação em 30 de março de 2026. Em 14 de janeiro de 2026, a ENBPar, concordou com a postergação dos referidos vencimentos para 30 de março de 2026, mantendo a aplicação de multas e juros até a data da efetiva liquidação.

A ENBPar avaliou que tais postergações decorreram de condições de liquidez verificadas após a data-base de 31 de dezembro de 2025, não alterando as condições existentes naquela data. Dessa forma, o evento foi classificado como evento subsequente não ajustável, nos termos do CPC 24 – Evento Subsequente, não havendo necessidade de ajuste nos saldos reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A ENBPar permanece acompanhando a evolução da situação financeira da Eletronuclear e os desdobramentos contratuais relacionados aos referidos mútuos.

37.2 – Alienação da participação da Axia na Eletronuclear - Direito de preferência

Em 17 de outubro de 2025, a Axia protocolou junto à ENBPar comunicação formal de intenção de venda de sua participação societária na Eletronuclear à empresa J&F, informando que, de acordo com o Acordo de Acionistas da Eletronuclear, os sócios devem se manifestar sobre o exercício do direito de preferência no prazo de até 120 dias.

Diante da necessidade de manifestação da ENBPar, acerca do Contrato de Compra e Venda de Ações da Eletronuclear S.A. celebrado entre Axia e J&F, sob efeito do referido Acordo de Acionistas, em 12 de fevereiro de 2026, a Companhia, seguindo orientação da União, expressa no voto da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), formalizou à Axia sua decisão de não exercer o direito de preferência na aquisição dessas ações.

As condicionantes necessárias para a conclusão dessa operação de venda encontram-se sob gestão da Axia e do grupo J&F. Dessa forma, a Companhia aguarda manifestação formal da Axia confirmando a conclusão da venda.

Essa operação societária não altera o controle da Eletronuclear atualmente pertencente a ENBPar.

37.3 – Receita das usinas de Angra 1 e 2

A Lei nº 15.235/2025, resultado da conversão da Medida Provisória nº 1.300/2025, determinou que, a partir de 1º de janeiro de 2026, o pagamento à Eletronuclear decorrente da geração de energia de Angra 1 e 2 será rateado entre os usuários finais de energia elétrica do SIN, de que trata o art. 3º-A da Lei nº 10.848/2004, exceto entre os consumidores integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda, sendo os custos e a geração de energia rateados proporcionalmente ao consumo individual verificado, mediante adicional tarifário específico, conforme regulação a ser estabelecida pela ANEEL.

Por meio do aviso de Consulta Pública (CP) nº 37/2025, publicado no DOU, a ANEEL instaurou Consulta Pública para colher subsídios para o estabelecimento do rateio do custo e da geração de Angra 1 e 2 entre os usuários finais de energia elétrica do SIN, de que trata o art. 3º-A da Lei nº 10.848/2004, exceto entre os consumidores integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda, em razão do art. 11-A da Lei nº 12.111/2009, incluído pela Lei nº 15.235/2025.

Dada a urgência para operacionalizar o novo rateio de Angra 1 e 2, já vigente a partir de 1º de janeiro de 2026, a Diretoria da ANEEL entendeu adequada a proposta das suas áreas técnicas, aprovou em caráter provisório, as modificações propostas ao Regulamento e às Regras e Procedimentos de Comercialização, com a possibilidade de recontabilização na CCEE e no processo tarifário subsequente à aprovação definitiva, caso sejam aprovadas alterações no fechamento da Consulta Pública.

Na prática, as alterações provisórias já instituídas aumentam consideravelmente o número de clientes da Companhia, que passam a não mais se limitar a todas as distribuidoras conectadas ao SIN, que atendem os consumidores do ambiente regulado, excluídos os integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda, para abranger também os consumidores livres e especiais, bem como os autoprodutores, estes na parcela de consumo líquido decorrente da interligação ao SIN.

O envio das contribuições para a presente Consulta Pública, ocorreu durante o período de 10 de dezembro de 2025 a 24 de janeiro de 2026. A análise das contribuições recebidas por esta consulta está em andamento pelo órgão regulador e é acompanhada pela administração da Eletronuclear.

37.4 – Emissão de debêntures conversíveis em ações

Até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras a Eletronuclear ainda não concluiu a celebração da 1ª Emissão de Escritura de Debêntures conversíveis em ações, aguarda-se a aprovação na assembleia de seus acionistas, com previsão de ser concluída até o final de março de 2026. Paralelamente, a Eletronuclear tem realizado reuniões frequentes com a Axia no sentido de comprovar o atendimento de todas as condições precedentes exigidas na referida escritura de forma a viabilizar imediatamente a liberação dos recursos. A Eletronuclear estima que o efetivo ingresso de recursos por meio da emissão deste instrumento, que é um dos principais eventos de reforço ao seu Caixa em instrumento de liquidez de curto prazo, ocorra ainda no mês de abril de 2026.

Marlos Costa de Andrade Diretor Presidente Diretor de Finanças - Substituto	Stênio Schneider Cardona Rocha Superintendente de Contabilidade CRC – DF 019.744/O
--	---

PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONSELHO FISCAL. EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA ENBPAR. EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025.

Aspectos Formais: Trâmite procedimental regular. Registro de restrição temporal de exame em decorrência da juntada de documentos e relatórios de auditoria com exíguo prazo de análise, motivada especialmente por ajustes contábeis de última hora provenientes da subsidiária Eletronuclear.

Mérito Contábil: Peças contábeis consolidadas atestadas e corroboradas por minuta do Relatório do Auditor Independente, com opinião não modificada (sem ressalvas).

Alerta Estrutural (Governança e Riscos): Constatação de risco de liquidez significativo e incerteza relevante atrelada à continuidade operacional da controlada Eletronuclear, com excesso de passivos, exigindo intervenções de reestruturação de capital.

Constatação de Passivo Relevante: Evidenciação contábil de injeção material nas provisões para contingências trabalhistas da controlada Eletronuclear exclusivamente no 4º trimestre. Necessidade de oportuna averiguação da origem e contexto de surgimento do referido passivo.

Conclusão: Parecer favorável ao encaminhamento para aprovação das contas, acompanhado de recomendações à Administração para realização de averiguações internas visando ao fortalecimento do ambiente de controle e transparência informacional.

1. RELATÓRIO

1. Encontram-se submetidos a este Conselho Fiscal, para exame e opinamento, na forma do art. 163, II e VII, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e art. 90, II, do Estatuto Social da ENBPar, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2025 (processo nº 48110.000433/2025-19) e o Relatório da Administração 2025 (processo nº 48110.000069/2026-60).

1.1. Demonstrações Financeiras – 2025

2. Em relação ao processamento das Demonstrações Financeiras, cumpre informar, preliminarmente, que o processo administrativo nº 48110.000433/2025-19, destinado à consolidação das informações econômico-financeiras da Companhia, abrigou também, anteriormente, parte do trâmite de aprovação das Demonstrações Financeiras referentes ao 3º trimestre de 2025. Nesta fase progressiva, o trimestre foi formalmente aprovado pela Diretoria Executiva por meio da Resolução da Diretoria Executiva nº 266, de 18.11.2025, e, em última instância, pelo Conselho de Administração, mediante a Resolução do Conselho de Administração nº 108, de 03.12.2025. O encerramento trimestral foi apreciado em 24.11.2025 tanto pelo Comitê de Auditoria, consoante a Certidão SEI nº 0044689, de 02.12.2025, quanto pelo Conselho Fiscal, conforme a Certidão SEI nº 0044014, de 26.11.2025.

3. Superada a etapa intermediária, o processo passou a abrigar os atos procedimentais voltados ao encerramento do exercício de 2025. O acompanhamento dos trabalhos de elaboração e consolidação das Demonstrações Financeiras anuais teve início formal com o encaminhamento de material de apoio por meio do Despacho SEI nº 0054519, de 09.02.2026. Referido material foi apresentado ao Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD) em reunião ordinária realizada em 12.02.2026, que conheceu a apresentação constante

do documento SEI nº 0055749, fato atestado pela Certidão, de 03.03.2026.

4. Dando seguimento ao rito de governança, a área técnica contábil disponibilizou, em 05.03.2026, através do Despacho SEI nº 0059050, a primeira versão da minuta das Demonstrações Financeiras do exercício de 2025, visando possibilitar a apreciação prévia por parte da Auditoria Externa e dos órgãos colegiados da ENBPar (DIREX, COAUD, CONSAD e CONFIS).

5. Ocorre que, em 20.03.2026, a Presidência da ENBPar expediu o Ofício nº 220/2026/ENBPar, dirigido à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, destacando que o fechamento das informações financeiras – que serão objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária, designada para 28.04.2026 – encontrava-se na dependência do prévio fechamento do balanço das suas subsidiárias (Indústrias Nucleares do Brasil S.A. e Eletronuclear S.A.). E, não obstante os esforços empreendidos pela Controladora para atendimento tempestivo do supracitado prazo, a ENBPar fora comunicada, em 19.03.2026, pela área técnica da Eletronuclear, que o balancete havia sido ajustado com alterações financeiramente relevantes, o que demandaria, por decorrência, nova análise pelas áreas técnicas, pela auditoria independente, e pelos órgãos de governança da Companhia. Por tal razão, foi solicitada a PGFN a dilação do prazo para envio das documentações relativas à AGO da ENBPar para até o dia 03.04.2026, a fim de que fosse possível viabilizar o trâmite de governança prévio à deliberação assemblear.

6. Em 25.03.2026, foi realizada a 51ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, da qual participou este Conselho Fiscal, tendo em vista a inserção original em pauta da apreciação das Demonstrações Financeiras de 2025 e do correspondente Relatório da Administração.

7. A referida apreciação e deliberação pelo CONSAD, todavia, restou prejudicada, em face do não recebimento, em tempo, das informações atualizadas da Eletronuclear S.A., o que inviabilizou inclusive a prévia elaboração do correspondente Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

8. Importante registrar que, no início da 51ª Reunião Ordinária/CONSAD, a Superintendência de Contabilidade noticiou ter chegado ao conhecimento a existência de um relatório elaborado por consultoria especializada contratada pela Eletronuclear, a qual teria identificado a necessidade de provisão de um passivo relacionado à folha de pagamento da subsidiária na ordem de R\$ 122 milhões. O referido passivo implicaria, segundo noticiado, reconhecimento de provisão aproximada de pelo menos R\$ 120 milhões, que impactariam diretamente no balanço consolidado do grupo, com potencial efeitos relevantes sobre os indicadores de liquidez, resultado e provisões.

9. No momento da reunião, encontrava-se disponível, no processo administrativo nº 48110.000433/2025-19, a versão 2 da minuta de Demonstrações Financeiras da ENBPar – 2025, juntada aos autos em 19.03.2026, mas que não contemplava as informações atualizadas oriundas da Eletronuclear. Em 25.03.2026, foi promovida a juntada da versão 3 da Minuta de Demonstrações Financeiras 2025, incorporando as informações atualizadas pela Eletronuclear, informadas abaixo. Após a juntada da versão 3 (atualizada), a versão 2 foi excluída em 27.03.2026.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



10. Ainda em **25.03.2026**, realizou-se também a 51ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, a qual, a par de outros assuntos, incluiu em pauta a deliberação sobre a proposta de aprovação das Demonstrações Financeiras de 2025 (processo nº 48110.000433/2025-19) e do Relatório da Administração 2025 (inicialmente referenciado pelo processo nº 48110.000079/2026-03), sendo que este último não chegou sequer a ter o seu acesso disponibilizado no SEI ao Conselho Fiscal até a referida data, em razão do não fechamento.

11. Considerando que a consolidação dos resultados da ENBPar depende diretamente dos números de suas subsidiárias, foram posteriormente juntados aos autos nº 48110.000433/2025-19 os documentos comprobatórios da aprovação das contas da controlada Eletronuclear S.A., cujos órgãos de governança deliberaram sobre suas respectivas demonstrações financeiras. Assim, foram acostados, mediante o Despacho, de **27.03.2026**, os seguintes atos da subsidiária: Relatório da Administração e Responsabilidade Social (rolagem 1-39), Relatório do auditor independente (PwC) sobre as demonstrações financeiras (rolagem 40-43) de **23.03.2026** e Demonstrações financeiras 2025 da Eletronuclear (rolagem 44-140), conforme documento SEI nº 0064660; a Resolução da Diretoria Executiva nº 1937.001/26, de **21.03.2026**; a Certidão do Comitê de Auditoria e de Riscos nº 130, exarada em **22.03.2026**, atestando a realização da 168ª Reunião do Comitê de Auditoria e de Riscos – COAUD Eletronuclear S.A. em **20.03.2026**; a Deliberação do Conselho de Administração nº 578.001/26, de **23.03.2026**; e o Parecer do Conselho Fiscal da Eletronuclear, de **23.03.2026**.

12. Na ordem, consolidando os trâmites do exercício na holding, a Diretoria de Finanças submeteu a matéria para deliberação final através da Proposta de Resolução de Diretoria nº 96/2026, de **27.03.2026**. Esta proposição foi formalmente encaminhada aos órgãos colegiados por meio do Despacho, de **27.03.2026**, o qual fez anexar a versão atualizada (versão 3) da Minuta das Demonstrações Financeiras de 2025 e a Minuta do Relatório do Auditor Independente (Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S), submetendo a documentação final à apreciação dos Órgãos Colegiados (DIREX, COAUD, Conselho de Administração e Conselho Fiscal), encarecendo que eventuais comentários e contribuições, se ainda identificados, fossem encaminhados à Superintendência de Contabilidade, a fim de que pudessem ser analisados e, em tempo, se pertinentes, incorporados à versão final do documento, antes do encaminhamento para deliberação final pelo Conselho de Administração.

13. Por fim, encerrando o relato da instrução procedimental que antecede a análise de mérito deste Conselho, cumpre registrar a manifestação do Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD) da ENBPar. Por meio do Parecer nº 5/2026/COAUD, assinado nesta data (**31.03.2026**), o referido colegiado opinou favoravelmente, sem ressalvas, ao encaminhamento das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, bem como do Relatório da Administração do exercício de 2025, para deliberação do Conselho de Administração e posterior submissão à Assembleia Geral Ordinária. A conclusão do COAUD amparou-se na constatação de que as peças refletem adequadamente a posição da Companhia, corroborada pela emissão de opinião não modificada pelo Auditor Independente.

14. Não obstante o parecer favorável à proposta de aprovação das contas, o COAUD consignou destaques e recomendações de suma relevância para o monitoramento da governança e da sustentabilidade do Grupo, os quais dialogam diretamente com as constatações deste Conselho Fiscal, adiante formuladas. Dentre os principais apontamentos, o Comitê alertou expressamente para a incerteza relacionada à continuidade operacional da Eletronuclear, destacando o severo risco de liquidez, o excesso de endividamento da subsidiária e a sua dependência de medidas extraordinárias de *funding* para a manutenção de seus projetos. Adicionalmente, o COAUD evidenciou o risco intragrupo atrelado à Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB), que impactou negativamente a equivalência patrimonial da *holding* e cuja liquidez encontra-se fragilizada e concentrada em recebíveis devidos pela própria Eletronuclear.

15. Por fim, em alinhamento às preocupações procedimentais igualmente ora suscitadas, o COAUD destacou a recente constituição de uma comissão trabalhista relevante no âmbito da Eletronuclear. Apoiando-se em Certidão do comitê da subsidiária, o órgão registrou que a referida provisão decorre de riscos identificados em estudo técnico recente e recomendou que o tema permaneça sob acompanhamento contínuo e reavaliação periódica pela Administração. Diante desse quadro, o Comitê orientou a adoção de diligência prioritária sobre o plano de ação da Eletronuclear, bem como a implementação de melhorias para mitigar eventuais deficiências nos controles internos das controladas.

16. Por meio da Resolução da Diretoria Executiva nº 63, de **30.03.2026**, a DIREX manifestou-se favorável, por unanimidade, a proposta de Relatório de Demonstrações Financeiras de 2025, bem como quanto à destinação do Lucro Líquido do Exercício auditadas, conforme o Relatório da Auditoria Independente (SEI nº 0064315).

17. O Parecer nº 1/2026/AUDIN/CONSAD, subscrito em **01.04.2026**, da Auditoria Interna (AUDIN), concluiu, balizado exclusivamente no exame documental dos fluxos e procedimentos que lhe foram submetidos, pela adequação dos controles internos, das instâncias de governança e da confiabilidade do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia. O órgão atestou a existência de uma trilha formal de processos, com cronogramas preestabelecidos e o devido respeito à segregação de funções promovida pela Diretoria de Finanças, declarando, ao final, que as referidas peças contábeis encontram-se plenamente aptas para a manifestação e deliberação das esferas superiores de governança, notadamente o Comitê de Auditoria (COAUD), este Conselho Fiscal (CONFIS), o Conselho de Administração (CONSAD) e a Assembleia Geral Ordinária (AGO).

18. Registra-se que, em função da exiguidade do prazo para elaboração do presente exame e emissão de Parecer, as análises do Conselho foram realizadas com base nas minutas dos documentos finais antecipadas para avaliação prévia, antes da tramitação e pronunciamento formal do Conselho de Administração favorável à proposta de aprovação e encaminhamento à Assembleia, razão pela qual a presente manifestação contém referência aos nºs de ID SEI das minutas das Demonstrações Financeiras de 2025, do Relatório do Auditor Independente e do Relatório da Administração 2025, cujas versões finais somente foram juntadas após a deliberação final do Conselho de Administração. Não obstante, consigne-se que os referidos documentos foram formalmente juntados ao processo conforme os seguintes IDs:

- Versão final das Demonstrações Financeiras 2025;
- Versão final do Relatório da Auditoria Independente;
- Versão final do Relatório da Administração 2025.

1.2. Relatório da Administração – 2025

19. Paralelamente ao trâmite das Demonstrações Financeiras 2025, o processo administrativo nº 48110.000069/2026-60 foi autuado para conduzir as providências de governança voltadas à realização da Assembleia Geral Ordinária (AGO) e à aprovação do Relatório da Administração da ENBPar relativo ao exercício de 2025.

20. O rito processual teve início a partir da comunicação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), consubstanciada no Ofício SEI nº 1644/2026/MF, de **13.01.2026**, posteriormente retificado pelo Ofício SEI nº 4323/2026/MF, de **28.01.2026**, que fixou a data da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para **28.04.2026** e reiterou a exigência de envio prévio da documentação financeira e administrativa com 30 dias de antecedência.

21. Para atender a esta exigência legal, a Assessoria de Governança Corporativa elaborou um cronograma reverso, formalizado por meio do Despacho SEI nº 0053121, de **01.02.2026**, visando organizar o fluxo de aprovações. Referido cronograma foi submetido e conhecido pelas instâncias de governança da Companhia ao longo dos meses de fevereiro e março, conforme atestam os seguintes atos: Certidão da 213ª Reunião da Diretoria Executiva, de **06.02.2026**; Certidão da 87ª Reunião do Comitê de Auditoria, de **03.03.2026**; Certidão da 50ª Reunião do Conselho Fiscal, de **04.03.2026**; e, por fim, a Certidão da 54ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, de **20.03.2026**.

22. Em **20.01.2026**, a ENBPar oficiou suas subsidiárias para remessa tempestiva de seus dados financeiros, indispensáveis à consolidação do balanço e do relatório da *holding*, conforme Ofício nº 46/2026/ENBPar e Ofício nº 47/2026/ENBPar. Contudo, em decorrência de ajustes contábeis de última hora e materialmente relevantes reportados pela controlada Eletronuclear S.A., a Diretoria da ENBPar precisou atuar de forma diligente para evitar a preclusão dos prazos. Para tanto, expediu o Ofício nº 220/2026/ENBPar, de **20.03.2026**, solicitando à PGFN a dilação excepcional do prazo de envio dos documentos. O pleito foi deferido pela PGFN mediante o Ofício SEI nº 14900/2026/MF, de **23.03.2026**, que postergou o limite de remessa para **03.04.2026**.

23. Superado o percalço informacional provocado pela controlada, a minuta preliminar do Relatório da

Administração 2025, juntada em **22.03.2026**, foi encaminhada para diagramação e ajustes finais através do Despacho SEI nº 0062546, de **22.03.2026**. A versão diagramada (minuta) do Relatório de Administração 2025 (SEI nº 0064534) foi juntada apenas em **27.03.2026**. Em seguida, o documento técnico consolidado foi objeto de crivo pela Nota Técnica nº 190/2026/ASGOV/PR, de **27.03.2026**, a qual atestou que o relatório contempla adequadamente os resultados operacionais, econômico-financeiros e os avanços de governança corporativa da estatal, recomendando seu encaminhamento aos colegiados.

24. Por fim, o Diretor-Presidente assinou a Proposta de Resolução de Diretoria nº 88/2026, de **27.03.2026**, que formaliza a submissão da versão da proposta do **Relatório da Administração de 2025** para apreciação. O rito se seguiu com o Despacho SEI nº 0064561, de **27.03.2026**, mediante o qual a Secretária Geral (SECGER) distribuiu a documentação à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria, ao Conselho de Administração e a este Conselho Fiscal para a devida deliberação legal e estatutária.

25. Cumpre a este Conselho Fiscal registrar, para os fins de governança, uma observação procedimental que configura material limitação ao escopo de seu exame. Consta-se que os documentos imprescindíveis para a deliberação deste colegiado foram juntados aos respectivos autos muito recentemente e ainda sob a forma de minuta. Notadamente, a versão 3 da minuta das Demonstrações Financeiras, a minuta do Relatório do Auditor Independente e a minuta do Relatório da Administração, documentos estes que ainda se encontravam pendentes de submissão ao Conselho de Administração, em reunião marcada para **31.03.2026**, foram carreados aos autos e formalmente disponibilizados a este Conselho apenas no dia **27.03.2026**. A 9ª Reunião Extraordinária deste Conselho Fiscal, que tem por objeto a apreciação das referidas demonstrações financeiras e do Relatório de Administração necessitou ser designada para a mesma data, para garantir o cumprimento dos prazos legais e estatutários. Esta juntada muito próxima à data de deliberação - motivada especialmente por ajustes contábeis de última hora nas informações da subsidiária Eletronuclear, impõe uma razoável restrição ao tempo hábil necessário para o escrutínio minucioso que a materialidade e a complexidade dos fatos exigem. É estritamente dentro desse contexto de exiguidade temporal e de limitação fática de exame que o presente Parecer está sendo elaborado, promovendo-se este registro para resguardo da responsabilidade fiduciária e de diligência dos membros deste Colegiado.

26. Eis a síntese do essencial.

2. FUNDAMENTAÇÃO

27. Sob a ótica da governança corporativa e do estrito cumprimento dos ritos societários, este Conselho Fiscal procedeu à análise do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas e do Relatório da Administração da ENBPar, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 (processo nº 48110.000433/2025-19). Inicialmente, cumpre registrar que, sob o aspecto estritamente formal e procedimental, a estruturação dos referidos documentos observou as etapas e os trâmites exigidos pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), pela Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016) e pelo Estatuto Social da Companhia. A documentação final submetida a este colegiado transitou pelas instâncias de governança da *holding*, contando com a apreciação e a manifestação da Diretoria Executiva (DIREX), do Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD) e do Conselho de Administração (CONSAD).

28. Observou-se, ademais, que a consolidação dos dados da ENBPar foi devidamente precedida do fechamento e da aprovação das contas no âmbito de suas subsidiárias - notadamente a Eletronuclear -, cujos colegiados deliberaram sobre os respectivos relatórios e balanços que compõem o resultado do

grupo. Em que pesem as necessidades de ajustes contábeis de última hora ocorridas na referida controlada, as quais demandaram dilações de prazo devidamente autorizadas pelo órgão competente e o saneamento tempestivo das demonstrações financeiras (que passaram a refletir correções realizadas), o fluxo procedimental manteve-se aderente à normalidade institucional, sem prejuízo da observação feita ao final do Capítulo 1 supra, no que tange ao recebimento das informações às vésperas do prazo final para deliberação. Desse modo, com essas observações, não se divisam indicativos de atrasos injustificados, no âmbito da ENBPar, ou de impropriedade no rito de instrução processual que culminou na submissão das propostas finais ora em exame por este Conselho.

2.1. Do Mérito das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração

29. No escopo da análise de mérito, faz-se mister destacar a estrutura analítica e os apontamentos específicos consignados pela auditoria externa em seu Relatório final. Com efeito, sob o prisma da materialidade, chama a atenção deste Colegiado a segregação técnica adotada pelo auditor ao tratar da dificuldade financeira da controlada. Antes mesmo de elencar os parágrafos de ênfase, o relatório dedica uma seção autônoma e prioritária intitulada *"Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional da Controlada Eletronuclear"*. Esse tratamento prévio e destacado evidencia que o pronunciado risco de liquidez - materializado no excesso de passivos sobre ativos circulantes no expressivo montante de R\$ 751.066 mil, fortemente impactado pelos financiamentos das obras de Angra 3 e pelo Programa de Extensão de Vida Útil (LTO) de Angra 1 - possui uma relevância estrutural superior aos demais eventos ordinários reportados no encerramento do exercício.

30. Na sequência, em seção específica dedicada às *"Ênfases"*, a auditoria independente cuidou de dar transparência a quatro eventos materiais e subsequentes de inegável relevância para a esmerada compreensão da posição patrimonial do Grupo:

a) **Alteração de condições contratuais de mútuo:** consubstanciada na sucessiva postergação, para março de 2026, de parcelas devidas pela Eletronuclear à ENBPar, medida justificada pelas restrições temporárias de liquidez da subsidiária;

b) **Alienação da participação da Axia na Eletronuclear:** formalização da decisão da ENBPar, balizada por orientação da União, de não exercer o direito de preferência na aquisição da participação societária alienada pela referida sócia à empresa J&F;

c) **Receita das usinas de Angra 1 e 2:** o advento de um novo arcabouço normativo (Lei nº 15.235/2025) que, regulamentado em caráter provisório pela ANEEL, altera a forma de rateio dos custos e da geração de energia destas usinas, ampliando consideravelmente a base de clientes faturados no âmbito do Sistema Interligado Nacional (SIN) a partir de 2026; e

d) **Emissão de debêntures conversíveis em ações:** a pendência de aprovação em assembleia de acionistas para a conclusão da 1ª Emissão de Debêntures da Eletronuclear, operação apontada como um dos principais instrumentos de reforço de caixa de curto prazo da subsidiária, com expectativa de ingresso de recursos para abril de 2026.

31. Não obstante, cumpre a este Conselho Fiscal arrematar que o destaque e a evidenciação desses eventos materiais cumprem o estrito papel de conferir máxima transparência e previsibilidade às demonstrações financeiras, mas não foram reportados como configuradores de qualquer distorção contábil. Conforme atestado expressamente pelo auditor ao final de cada um dos apontamentos suscitados, as ressalvas não maculam a higidez dos números apresentados, mantendo-se intacta a emissão da opinião não modificada sobre a regularidade das contas da Companhia.

32. Ante o exposto, no que tange aos aspectos de mérito, a análise das Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com base na Proposta de Resolução de Diretoria nº 96/2026, mediante a qual a Diretoria Executiva atesta que os números consolidados foram devidamente revisados e são confiáveis para a tomada de decisão dos acionistas e *stakeholders*; no Relatório da Administração; no Relatório do Auditor Independente *Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S*, no qual a auditoria externa emitiu uma opinião sem ressalvas, atestando de forma categórica que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, estando em plena conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), **este Conselho Fiscal manifesta-se favorável** à sua submissão à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da ENBPar.

33. Na ordem, destacamos pontos relevantes realçados por este Conselho.

2.2. Alerta Estrutural sobre o Agravamento da Situação Econômico-Financeira da Eletronuclear

34. Não obstante a regularidade procedimental e contábil, este Conselho Fiscal, no cumprimento de seu dever de monitoramento de riscos corporativos, vê-se na obrigação de registrar um alerta severo quanto aos indicativos de degradação contínua e sistêmica da capacidade de continuidade operacional da subsidiária Eletronuclear S.A..

35. No Parecer nº 1/2025/CONFIS, exarado em **10.04.2025**, que avaliou as contas do exercício de 2024, este Colegiado já havia consignado grave preocupação com a *"baixa capacidade que a Eletronuclear apresenta de convergir para uma estrutura de custos compatível, o que agrava ainda mais a situação de possível insolvência no curto prazo"*. Naquela ocasião, alertou-se expressamente que a persistência desse cenário representaria elevados riscos financeiros para a ENBPar, podendo conduzir a *holding* a uma situação de dependência estatal.

36. Uma análise comparativa das Demonstrações Financeiras e dos sucessivos Relatórios de Auditoria Independente dos anos anteriores comprova a materialização acelerada desse risco:

37. **Exercícios de 2022 e 2023:** Os auditores independentes já incluíam parágrafos de *"ênfase"* em seus pareceres, alertando o mercado sobre a *"incerteza relevante relacionada à continuidade operacional"* da Eletronuclear. A viabilidade da empresa encontrava-se (e ainda se encontra) umbilicalmente atrelada à necessidade premente de aportes externos e captação de recursos para as obras de Angra 3 e para o Programa de Extensão de Vida Útil (LTO) de Angra 1.

38. **Exercício de 2024:** O Relatório do Auditor Independente deste exercício já alertava para o agravamento da situação, apontando expressamente que a Eletronuclear enfrentava *"risco de liquidez significativo"* e severos desafios financeiros para cumprir obrigações de curto prazo, fortemente impactada pelos investimentos em Angra 3 e LTO (conforme atestado na Nota Explicativa nº 33.3.4 das DFs da ENBPar de 2024).

39. **Exercício de 2025:** A fragilidade que era uma tendência tornou-se um déficit material e quantificado. O Relatório do Auditor Independente de 2025 elevou o nível de alerta e registrou, de forma expressa, ainda que sob o título *"incerteza relevante relacionada à continuidade operacional da Controlada Eletronuclear"*, que a subsidiária apresentou *"excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 751.066 mil"*. Isso demonstra que a controlada praticamente esgotou seu capital de giro e opera em déficit imediato de liquidez.

40. **Apontamento por Órgão de Controle:** Este diagnóstico acerca da sustentabilidade financeira da Eletronuclear é ratificado pelo Relatório de Avaliação nº 1802241 da Controladoria-Geral da União – CGU, de **10.02.2026**, o qual analisou o período de 2020 a 2024, cuja cópia se encontra juntada ao processo administrativo nº 48110.000040/2026-88. A CGU demonstrou que, nos anos de 2022 e 2024, o fluxo de caixa livre da Eletronuclear (Geração de Caixa Operacional menos os Investimentos/CAPEX) foi deficitário, gerando uma cobertura média inferior a 0,5x, arrematando que *"a cobertura média inferior a 0,5x confirma que a empresa não gera caixa suficiente para sustentar seus compromissos de médio prazo, dependendo de medidas financeiras externas"* (grifo no original - vide pág. 25 do Relatório). À luz dessas constatações (vide pág. 3 do Relatório),

A CGU concluiu que a Eletronuclear (ETN) mantém desempenho técnico e governança consolidados, mas sua sustentabilidade econômico-financeira é parcial e dependente, operando com liquidez restrita, fluxo de caixa insuficiente para cobrir investimentos e amortizações, e com forte dependência de aportes e financiamentos da ENBPar.

41. Ademais, o exame da Nota Explicativa nº 16.6 (pág. 42/84) das Demonstrações Financeiras de 2025 demonstra que, em 31.12.2025, o saldo de endividamento da Eletronuclear atinge a cifra de R\$ 7.417.547 mil, com parcelas a vencer em 2026 no valor de R\$ 1.076.220 mil.

42. Sendo assim, ao tempo em que se registra não terem sido identificadas restrições à aprovação das contas da ENBPar de 2025, o Conselho Fiscal realça novamente à Assembleia Geral e à Alta Administração que o saneamento contábil não elide a pronunciada crise estrutural da Controlada. O balanço reflete a realidade, mas a realidade atestada é a de uma subsidiária que mantém um equilíbrio de difícil sustentação, exigindo intervenções energéticas, definitivas e expeditas de reestruturação de capital e repactuação de custos operacionais.

2.3. Das Constatações Relativas ao Registro de Passivo na Controlada Eletronuclear

43. No curso dos trâmites tendentes à aprovação, este Conselho Fiscal tomou conhecimento, por intermédio de relatos da área técnica e dos documentos colacionados aos autos processuais, da necessidade de um ajuste contábil de última hora promovido pela controlada Eletronuclear, consubstanciado no reconhecimento de um passivo de aproximadamente R\$ 122 milhões.

44. Após a juntada, em **27.03.2026**, de **informações atualizadas pela Eletronuclear S.A.**, e ao ensejo de cotejar as *"Notas Explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas do período findo em 30 de setembro de 2025"* da referida Controlada (disponíveis no endereço

<https://www.eletronuclear.gov.br/Quem-Somos/Governanca/Documents/Demonstra%C3%A7%C3%B5es%20Financeiras%20Trimestrais/2025/31-NotasExplicativas1764187063793.pdf>), com o *"Relatório da Administração e Responsabilidade Social & Demonstrações Financeiras 2025"* encaminhado a ENBPar, verifica-se que:

a) na Nota *"23.1 Provisões"* (pág. 33/73), das Notas relativas ao 3º Trimestre da Eletronuclear, constou, em **30.09.2025**, como provisão para contingências para cobrir perdas trabalhistas consideradas prováveis o montante de **R\$ 156.691 mil**;

b) na *"Nota 24. PROVISÃO PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES"*, subitem *"24.1. Provisões"* (pág. 39/88 – rolagem PDF 89), constante das Demonstrações Financeiras 2025 da Eletronuclear juntadas aos autos, consta, desta feita, como provisão para cobrir perdas trabalhistas consideradas prováveis, o montante de **R\$ 282.631 mil**.

45. A diferença resultou em acréscimo na provisão trabalhista de **R\$ 125.940** apenas no último trimestre.

46. E cotejando as informações constantes da *"Nota 19 – Provisão para Litígios e Passivos Contingentes"* (pág. 30/59), constantes das Demonstrações Financeiras Intermediárias de **30.09.2025** da ENBPar, verifica-se que, na referida data (30.09.2025), a provisão para contingências trabalhistas encontrava-se no patamar de **R\$ 296.888 mil** (vide pág. 30). Por outro lado, examinando o mesmo quadro correspondente das Demonstrações Financeiras de 2025/ENBPar (**31.12.2025**), constante do documento SEI nº **0065537**, constata-se que a referida provisão para contingências trabalhistas saltou para **R\$ 451.488 mil**, o que impulsionou o saldo total de provisões para litígios da Companhia a atingir a cifra de **R\$ 154.600 mil**.

47. A materialização contábil dessa provisão trabalhista evidencia-se, portanto, de forma objetiva, ao se cotejar o saldo das provisões reportadas nas demonstrações intermediárias já auditadas com os números constantes da proposta final de encerramento do exercício.

48. Como demonstrado, ao examinarmos as Demonstrações Financeiras Consolidadas da ENBPar encerradas em **30.09.2025**, constata-se que o referido passivo não compunha os saldos oficiais: a rubrica consolidada classificada como *"perda provável"* para contingências trabalhistas posicionava-se no montante de **R\$ 296.888 mil**. Contudo, a análise da Nota Explicativa nº 19 (*"Provisões para litígios e passivos contingentes"*) constante da minuta definitiva das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2025 revela que essa mesma rubrica trabalhista saltou para **R\$ 451.488 mil** no fechamento do ano (2025).

49. A sinalização de que esse expressivo incremento se originou na subsidiária encontra amparo direto nas Demonstrações Financeiras individuais da Eletronuclear, cuja gestão justificou contabilmente o salto nas provisões operacionais do 4º trimestre como decorrente de *"variação na atualização de provisões para contingências, conforme prognósticos do Departamento Jurídico no valor de R\$ 146 milhões"* (Nota Explicativa 5, alínea "d" - pág. 35/38 - rolagem 36) e que *"a movimentação de contingências está relacionada à revisão de estimativas em razão da evolução de decisões na fase de execução e liquidação dos processos judiciais, a qual considera também, provisionamento para riscos identificados sem que necessariamente existam demandas judiciais contra a Companhia"* (Nota Explicativa 24.1 - pág. 40/88 - rolagem 90).

50. A incorporação desse montante exclusivamente no último trimestre recomenda cautelas técnicas naturais de oportuna averiguação sobre a sua origem, tendo em vista que os elementos juntados ao processo nº 48110.000433/2025-19 não permitem aferir com maiores detalhes e segurança o contexto de surgimento do referido passivo.

51. **Recomenda-se**, assim, que, sem prejuízo do regular trâmite de aprovação das contas da ENBPar, **sejam realizadas**, nas instâncias competentes, acaso não ainda não adotadas, **averiguações** relacionadas à **elevação da provisão para contingências** trabalhistas para cobrir perdas consideradas prováveis.

52. No pressuposto de que as Demonstrações Financeiras consolidadas de 2025 da ENBPar já contemplam as necessárias correções contábeis, atestadas pelos auditores independentes, opina-se, sem prejuízo, no sentido de que sejam realizadas, de forma diligente e oportuna, as devidas averiguações sobre os fatos que ensejaram o acréscimo da provisão trabalhista, visando a fortalecer o ambiente de controle e a transparência em torno das demonstrações financeiras.

3. CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTO

53. Ante o exposto, após análise da documentação pertinente, o Conselho Fiscal da ENBPar opina, por **unanimidade**, favorável ao encaminhamento das seguintes peças à Assembleia Geral Ordinária para as devidas deliberações legais e estatutárias, sem prejuízo das demais julgadas necessárias:

- Demonstrações Financeiras 2025;
- Relatório da Administração 2025; e
- Relatório da Auditoria Independente.

54. Adicionalmente, este Colegiado, para o estrito resguardo de sua responsabilidade e de sua diligência, delibera pelos seguintes **registros e recomendações** à Alta Administração:

a) reitera-se o alerta quanto à pronunciada crise e à fragilidade econômico-financeira da controlada Eletronuclear, evidenciada especialmente pela insuficiência de geração de caixa e pelo excesso de passivos, demandando das instâncias competentes a adoção de intervenções voltadas à reestruturação de capital e sustentabilidade da controlada; e

b) considerando a constatação de um acréscimo material expressivo nas provisões para contingências trabalhistas, contabilizado exclusivamente no último trimestre, provenientes das demonstrações da Eletronuclear S.A., somado à ausência de maiores explicitações sobre a origem dessa potencial obrigação, recomenda-se a realização diligente e oportuna de averiguações internas. Tal medida, que não prejudica o trâmite regular da proposta de aprovação das contas do exercício da ENBPar, visa fortalecer o ambiente de transparência e controle em torno das demonstrações financeiras da Companhia em sua relação com as Controladas.

(assinado eletronicamente)

EDIMAR FERNANDES DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Fiscal

(assinado eletronicamente)

LEONARDO MARTINS CANUTO ROCHA
Conselheiro Fiscal

(assinado eletronicamente)

BRENNO LEOPOLDO CAVALCANTE DE PAULA
Conselheiro Fiscal

Referência: Processo nº 48110.000433/2025-19

SEI nº 0065

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação.
Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

Aos
Administradores e aos Conselheiros da
EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A. – ENBPAR
Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A. ("Companhia" ou "ENBPAR"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de

dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional da controlada Eletronuclear

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 33.3.4, que menciona que a controlada Eletronuclear enfrenta risco de liquidez significativo, seu índice de liquidez geral está impactado pelos financiamentos e passivos das obras da usina Angra 3. Conforme mencionado na referida nota explicativa, a Eletronuclear apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 751.066 mil, e sua posição financeira está substancialmente afetada pelos financiamentos das obras da Usina Angra 3. Adicionalmente, encontra-se em andamento o Programa de Extensão de Vida Útil da Usina Angra 1 – Long Term Operation (LTO), que também vem demandando a obtenção de recursos financeiros relevantes. Nesse sentido, a Eletronuclear vem enfrentando desafios financeiros para cumprir com suas obrigações de curto prazo, principalmente relacionadas aos investimentos necessários para o desenvolvimento dos projetos Angra 3, LTO e aos pagamentos dos serviços das dívidas existentes. O plano de ação da Eletronuclear, que considera, entre outros aspectos, a necessidade de suporte financeiro dos acionistas e de terceiros, está descrito na referida nota explicativa. Essa situação, entre outras descritas na referida nota explicativa, indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Eletronuclear. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ênfases

Eventos subsequentes

Alteração de condições contratuais de mútuo

Conforme mencionado na nota explicativa nº 37.1, em 27 de novembro de 2025, a Eletronuclear solicitou a postergação das parcelas com vencimento em 30 de novembro e em 30 de dezembro de 2025, justificada pelas restrições temporárias de liquidez, totalizando aproximadamente R\$ 14,2 milhões. Em 1º de dezembro de 2025, a ENBPar concordou com a postergação desses vencimentos para 30 de janeiro de 2026, mantendo a incidência de multa e juros de mora conforme previsto contratualmente. Posteriormente, em 12 de janeiro de 2026, a Eletronuclear solicitou nova postergação das parcelas anteriormente prorrogadas, bem como das parcelas vincendas em 30 de janeiro e 28 de fevereiro de 2026, totalizando aproximadamente R\$ 28,5 milhões, para liquidação em 30 de março de 2026. Em 14 de janeiro de 2026, a ENBPar concordou com a postergação dos referidos vencimentos para 30 de março de 2026, mantendo a aplicação de multas e juros até a data da efetiva liquidação.

A ENBPar avaliou que tais postergações decorreram de condições de liquidez verificadas após a data-base de 31 de dezembro de 2025, não alterando as condições existentes naquela data. Dessa forma, o evento foi classificado como evento subsequente não ajustável, nos termos do CPC 24 – Evento Subsequente, não havendo necessidade de ajuste nos saldos reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A ENBPar permanece acompanhando a evolução da situação financeira da Eletronuclear e os desdobramentos contratuais relacionados aos referidos mútuos. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Alienação da participação da Axia na Eletronuclear - Direito de preferência

Conforme mencionado na nota explicativa nº 37.2, em 17 de outubro de 2025, a Axia protocolou junto à ENBPar comunicação formal de intenção de venda de sua participação societária na Eletronuclear à empresa J&F, informando que, de acordo com o Acordo de Acionistas da Eletronuclear, os sócios devem se manifestar sobre o exercício do direito de preferência no prazo de até 120 dias. Diante da necessidade de manifestação da ENBPar acerca do Contrato de Compra e Venda de Ações da Eletronuclear S.A. celebrado entre Axia e J&F, sob efeito do referido Acordo de Acionistas, em 12 de fevereiro de 2026, a Companhia, seguindo orientação da União, expressa no voto da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), formalizou à Axia sua decisão de não exercer o direito de preferência na aquisição dessas ações. As condicionantes necessárias para a conclusão dessa operação de venda encontram-se sob gestão da Axia e do grupo J&F. Dessa forma, a Companhia aguarda manifestação formal da Axia confirmando a conclusão da venda. Essa operação societária não altera o controle da Eletronuclear, atualmente pertencente à ENBPar. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Receita das usinas de Angra 1 e 2

Conforme mencionado na nota explicativa nº 37.3, a Lei nº 15.235/2025, resultado da conversão da Medida Provisória nº 1.300/2025, determinou que, a partir de 1º de janeiro de 2026, o pagamento à Eletronuclear decorrente da geração de energia de Angra 1 e 2 será rateado entre os usuários finais de energia elétrica do SIN, de que trata o art. 3º-A da Lei nº 10.848/2004, exceto entre os consumidores integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda, sendo os custos e a geração de energia rateados proporcionalmente ao consumo individual verificado, mediante adicional tarifário específico, conforme regulação a ser estabelecida pela ANEEL. Por meio do aviso de Consulta Pública (CP) nº 37/2025, publicado no DOU, a ANEEL instaurou Consulta Pública para colher subsídios para o estabelecimento do rateio do custo e da geração de Angra 1 e 2 entre os usuários finais de energia elétrica do SIN, de que trata o art. 3º-A da Lei nº 10.848/2004, exceto entre os consumidores integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda, em razão do art. 11-A da Lei nº 12.111/2009, incluído pela Lei nº 15.235/2025. Dada a urgência para operacionalizar o novo rateio de Angra 1 e 2, já vigente a partir de 1º de janeiro de 2026, a Diretoria da ANEEL entendeu adequada a proposta das suas áreas técnicas, aprovou em caráter provisório as modificações propostas ao Regulamento e às Regras e Procedimentos de Comercialização, com a possibilidade de recontabilização na CCEE e no processo tarifário subsequente à aprovação definitiva, caso sejam aprovadas alterações no fechamento da Consulta Pública. Na prática, as alterações provisórias já instituídas aumentam consideravelmente o número de clientes da Companhia, que passam a não mais se limitar a todas as distribuidoras conectadas no SIN, que atendem os consumidores do ambiente regulado, excluídos os integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda, para abranger também os consumidores livres e especiais, bem como os autoprodutores, estes na parcela de consumo líquido decorrente da interligação ao SIN. O envio das contribuições para a presente CP ocorreu durante o período de 10 de dezembro de 2025 a 24 de janeiro de 2026. A análise das contribuições recebidas por esta consulta está em andamento pelo órgão regulador e é acompanhada pela administração da Eletronuclear. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Emissão de debêntures conversíveis em ações

Conforme mencionado na nota explicativa nº 37.4, até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras, a Eletronuclear não tinha concluído a celebração da 1ª Emissão de Escritura de Debêntures conversíveis em ações, aguardando a aprovação na assembleia de seus acionistas, com previsão de ser concluída até o final de março de 2026. Paralelamente, a Eletronuclear tem realizado reuniões frequentes com a Axia no sentido de comprovar o atendimento de todas as condições precedentes exigidas na referida escritura, de forma a viabilizar imediatamente a liberação dos recursos. A Eletronuclear estima que o efetivo ingresso de recursos por meio da emissão deste instrumento, que é um dos principais eventos de reforço ao seu caixa em instrumento de liquidez de curto prazo, ocorra ainda no mês de abril de 2026. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09(R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma, e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável pelas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de serem causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causados por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou das atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 31 de março de 2026.

RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S 2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP

Sócio Responsável Técnico

